



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

MARIANA DE OLIVEIRA PINHEIRO

**MULHERES NEGRAS, *SELF* E VIOLÊNCIA SEXUAL:
PENSANDO INTERSECCIONALIDADES JUNTO A
USUÁRIAS DE UM SERVIÇO ESPECIALIZADO EM
SALVADOR, BAHIA**

Salvador - Bahia

2023

MARIANA DE OLIVEIRA PINHEIRO

**Mulheres negras, *self* e violência sexual: pensando
interseccionalidades junto a usuárias de um serviço especializado em
Salvador, Bahia**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestra em Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (PPGpsi/UFBA).

Área de concentração: Psicologia do Desenvolvimento.

Linha de pesquisa: Contextos de desenvolvimento, clínica e saúde.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vania Bustamante.

Salvador - Bahia

2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pinheiro, Mariana de Oliveira

P654 Mulheres negras, self e violência sexual: pensando interseccionalidades junto a usuárias de um serviço especializado em Salvador, Bahia / Mariana de Oliveira Pinheiro, 2023. 181 f.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Vania Bustamante

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia, Salvador, 2023.

1. Psicologia do desenvolvimento. 2. Crime sexual. 3. Violência contra as mulheres. 4. Negras -Salvador (BA). I. Bustamante, Vania. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD: 155



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
Instituto de Psicologia - IPS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI
MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO



TERMO DE APROVAÇÃO

MULHERES NEGRAS, SELF E VIOLÊNCIA SEXUAL: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO INTERSECCIONAIS EM PERSPECTIVA

Mariana de Oliveira Pinheiro

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Vania Nora Bustamante Dejo (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia – UFBA



Documento assinado digitalmente
JEANE SASKYA CAMPOS TAVARES
Data: 03/10/2023 14:42:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Jeane Saskya Campos Tavares
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Profa. Dra. Maria Virgínia Machado Dazzani
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Salvador, 25 de setembro de 2023.

Dou fé

Profa. Dra. Vania Nora Bustamante Dejo

Agradecimentos

Ao divino e sagrado que, em seus caminhos, me conduziram e possibilitaram chegar até aqui.

À toda minha família e aos que, por parte materna e paterna, acompanharam mais de perto minha trajetória, meus pais, irmão, avós, minhas tias e tios, primas e primos. Sem dúvidas, a minha família é a minha base. Em especial, agradeço aos meus pais, Paulo e Solange, meu irmão Miguel e meus avós, Nilta e Ayrton. Deixo um agradecimento particular à minha mãe, Solange, que sempre acreditou em mim, acima de todas as coisas, e não se cansa de me lembrar que sou capaz, sempre que esmoreço.

À todas as minhas amigas e amigos, a família que escolhi e escolho todos os dias, pelo incentivo de me lançar nessa alucinante aventura que é a academia, pelo suporte, acolhimento e amparo desde o preparo para a seleção como ao longo desses anos de construção da pesquisa e escrita da dissertação. Vocês são importantes demais na minha vida.

À minha orientadora Vania Bustamante, por aceitar me acompanhar nessa caminhada, pelo apoio constante, pela generosidade, partilhas, ensinamentos e, sobretudo, por apostar nessa dissertação junto comigo.

Ao grupo de pesquisa *Cuidado, família e saúde*, pelo acolhimento, pela parceria, pelas trocas e amparo ao longo de todo o mestrado.

À toda a equipe do Serviço AME, pela caminhada que construímos durante longos e desafiadores anos e por abrir os braços para a minha proposta e assim possibilitar que essa dissertação tivesse terreno seguro para florescer.

E por fim, embora não menos importante, a todas as mulheres acolhidas no Serviço AME, em especial as que generosamente aceitaram o meu convite para comporem junto comigo essa dissertação. Minha vida foi transformada graças a vocês, e só tenho a agradecer por me possibilitarem participar um pouco dos seus processos. Espero poder fazer jus à grandiosidade de cada uma e ser mais um veículo para que suas palavras alcancem todos os espaços que podem e devem ocupar.

O que os livros escondem, as palavras ditas libertam.

Conceição Evaristo

RESUMO

PINHEIRO, Mariana de Oliveira. **Mulheres negras, self e violência sexual: pensando interseccionalidades junto a usuárias de um serviço especializado em Salvador, Bahia.** 2023. 180 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador - Bahia, 2023.

A violência sexual representa um grave problema de saúde pública e que afeta majoritariamente o público de mulheres negras (pretas e pardas). Essa dissertação teve como objetivo compreender e analisar as dinâmicas do *self* de mulheres negras em situação de violência sexual atendidas em um serviço de assistência especializado em Salvador (Bahia). Para tanto, se propôs a descrever o perfil de mulheres que acessam e aderem ao acompanhamento multiprofissional em decorrência de uma situação de violência sexual, analisar as narrativas daquelas que se autodeclararam como negras, considerando as posições do seu *self*, perceber quais os atravessamentos interseccionais que perpassam o este *self* antes e após a situação de violência e observar quais as estratégias e recursos por elas acessados e como estes podem se associar ao processo de enfrentamento da violência e nas concepções de si mesmas. Para tanto, à luz da Teoria do *Self* Dialógico, da Psicologia Cultural Semiótica, do conceito de Interseccionalidade e outras contribuições do Feminismo Negro e Decolonial, foi realizado um levantamento bibliográfico de produções acerca da temática e realizada uma pesquisa empírica, por meio da análise de prontuários e de entrevistas narrativas com sete mulheres autodeclaradas como negras, adultas e usuárias de um Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual em Salvador (Bahia). Os resultados foram apresentados em três artigos científicos, no qual o primeiro, intitulado “Perfil das usuárias de um serviço de saúde especializado em violência sexual antes e durante a pandemia de COVID-19”, através de um estudo quantitativo-documental, comparou o perfil sociodemográfico das usuárias do Serviço de Saúde Especializado em Violência Sexual e as características da violência sexual antes e durante a pandemia de COVID-19. O segundo, que tem como título “Violência sexual por parceiro íntimo e o self sob uma ótica interseccional: estudo de caso”, utilizando um estudo de caso idiográfico com uma usuária do Serviço, buscou compreender os Campos Afetivos-Semióticos e dinâmicas do *self* de mulheres negras em situação de violência sexual por parceiro íntimo. O terceiro artigo, “Encruzilhadas na assistência a mulheres negras em situação de violência sexual”, por meio de um estudo qualitativo e da construção de categorias a partir da proposta categorial-conteúdo de análise, identificou os desafios e possibilidades na assistência a mulheres negras em situação de violência sexual a partir de uma análise interseccional e semiótica, através da realização de entrevistas narrativas com usuárias do Serviço. Foi constatada a importância da consideração da violência sexual enquanto um problema de saúde pública, indissociável do contexto social, político, econômico e fruto das desigualdades de gênero, raça e classe. Os resultados dos três artigos evidenciam a necessidade da construção de políticas públicas ancoradas neste entendimento e a transformação da ótica e organização social visando a diminuição dos índices de mulheres negras atingidas pela violência, tomando como referência a teoria e metodologia interseccional. Concomitante a isso, foi evidenciada a importância da constante qualificação da assistência diante de situações de violência sexual e da consideração das especificidades e singularidades do público majoritariamente afetado por estas violências - as mulheres negras.

Palavras-chave: violência sexual, self, interseccionalidade, mulheres negras; estratégias de enfrentamento.

ABSTRACT

PINHEIRO, Mariana de Oliveira. **Mulheres negras, self e violência sexual: pensando interseccionalidades junto a usuárias de um serviço especializado em Salvador, Bahia.** 2023. 180 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador - Bahia, 2023.

Sexual violence represents a serious public health problem that affects mostly black women (black and brown). This dissertation aimed to understand and analyze the dynamics of the self of black women in situations of sexual violence who are assisted in a specialized assistance service in sexual violence in Salvador (Bahia). To this end, it proposed to describe the profile of women who adhere to multidisciplinary follow-up as a result of a situation of sexual violence, to analyze the narratives of black women in situations of sexual violence considering the positions of their self, to perceive which repositioning and crossings intersectional aspects that pervade the self of black women in situations of sexual violence before and after the situation of violence and observe which strategies and resources are accessed by black women in situations of sexual violence, assisted by a specialized service, and how these can be associated with the process coping with violence and in their conceptions of themselves. To this end, in the light of the Theory of the Dialogical Self, Semiotic Cultural Psychology, the concept of Intersectionality and other contributions from Black and Decolonial Feminism, a bibliographic survey of productions on the subject was carried out and empirical research was carried out, through the analysis of medical records and of narrative interviews with seven adult black women who use a Reception Service for Women in Situation of Sexual Violence in Salvador (Bahia). The results were presented in three scientific articles, in which the first, entitled “Profile of users of a health service specialized in sexual violence before and during the COVID-19 pandemic”, through a quantitative-documentary study, compared the profile sociodemographic profile of users of the Health Service Specialized in Sexual Violence and the characteristics of sexual violence before and during the COVID-19 pandemic. The second, which is entitled “Sexual violence by an intimate partner and the self from an intersectional perspective: case study”, using an idiographic case study with a user of the Service, sought to understand the Semiotic Affective Fields and dynamics of the self of women black women in situations of sexual violence by an intimate partner. The third article, “Crossroads in the assistance to black women in situations of sexual violence”, through a qualitative study and the construction of categories from the categorical-content analysis proposal, identified the challenges and possibilities in the assistance to black women in situation of sexual violence based on an intersectional and semiotic analysis, through narrative interviews with users of the Service. It was verified the importance of considering sexual violence as a public health problem, inseparable from the social, political, economic context and the result of gender, race and class inequalities. The results show the need to build public policies anchored in this understanding and the transformation of the perspective and social organization aimed at reducing the rates of black women affected by violence, taking intersectional theory and methodology as a reference. Concomitantly with this, the importance of constantly qualifying assistance in situations of sexual violence and considering the specificities and singularities of the public most affected by this violence - black women - was highlighted.

Keywords: sexual violence, self, intersectionality, black women; coping strategies.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figura 1. Linha do tempo com os principais marcos no enfrentamento à violência sexual contra a mulher.....	14
Quadro 1. Identificação das participantes da pesquisa.....	51
Tabela 1. Distribuição das variáveis sociodemográficas das usuárias antes e durante a pandemia de COVID-19.....	67
Gráfico 1. Quantitativo de acesso ao serviço antes e durante a pandemia de COVID-19.....	69
Tabela 2. Distribuição das variáveis de caracterização dos casos de violência sexual antes e duante a pandemia de COVID-19.....	69

LISTA DE SIGLAS

- CAMSID** - Centro de Acolhimento a Mulher Soteropolitana Irmã Dulce
- CAPS** - Centro de Atenção Psicossocial
- CASS** - Campos Afetivo-Semióticos
- CEDAP** - Centro Estadual Especializado em Diagnóstico, Assistência e Pesquisa
- CNES** - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
- COVID-19** - Coronavírus SARS-CoV-2
- CREAM** - Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher Arlette Magalhães
- CREAS**- Centro de Referência Especializado da Assistência Social
- DEAMs** - Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres
- EUA** - Estados Unidos da América
- GEDEM** - Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher do Ministério Público da Bahia
- IBGE**- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPERBA** - Instituto de Perinatologia da Bahia
- ISTs** - Infecções sexualmente transmissíveis
- NUDEM** - Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Estado da Bahia
- OPAS** - Organização Pan-Americana da Saúde
- Organização Não Governamental TamoJuntas** - Assessoria Multidisciplinar Gratuita para Mulheres em Situação de Violência
- SAMSVS** - Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual
- Serviço AME** - Hospital da Mulher Maria Luzia Costa dos Santos
- TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UPAs** - Unidades de Pronto Atendimento
- VIVER** - Serviço de Acolhimento a Pessoa em Situação de Violência Sexual
- VPPI** - Violência por parceiro íntimo

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 1. Meios narrativos, semióticos e afetivos na compreensão do <i>self</i>.....	31
Capítulo 2. Contribuições feministas e decoloniais em uma perspectiva interseccional..	40
Capítulo 3. Percurso metodológico.....	48
3.1 Delineamento da pesquisa.....	48
3.2 Campo e participantes da pesquisa.....	49
3.3 Relação da pesquisadora com o campo e participantes.....	51
3.4 Instrumentos para construção dos dados.....	52
3.5 Análise dos dados.....	54
3.6 Estruturação dos resultados e discussão.....	55
3.7 Questões éticas.....	57
Capítulo 4. Perfil das usuárias de um serviço de saúde especializado em violência sexual antes e durante a pandemia de COVID-19.....	59
Capítulo 5. Violência sexual por parceiro íntimo e o self sob uma ótica interseccional: estudo de caso.....	85
Capítulo 6. Encruzilhadas na assistência a mulheres negras em situação de violência sexual.....	111
Conclusões.....	148
Referências.....	152
Apêndices	162
Apêndice A - Ficha de Dados Sociodemográficos e do Atendimento no Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual.....	162
Apêndice B - Temário Entrevista Narrativa	164
Apêndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	165
Apêndice D - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia.....	171
Apêndice E - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.....	176

Introdução

Este estudo versa sobre o *self* de mulheres negras que passaram por situação de violência sexual. Considerando esta temática, torna-se importante compreender os contextos que perpassam a violência sexual e suas implicações quanto ao público majoritariamente afetado - o de mulheres negras. Minayo (2006) afirma que a violência, caracterizada como um fenômeno complexo e multicausal, atinge a todos os segmentos populacionais e os afeta emocionalmente. Neste sentido, o processo de compreensão da violência direcionada à mulher demanda uma aproximação e olhar associados a diversos âmbitos, sendo um deles a perspectiva de gênero.

Saffioti (2015, p. 47) traz que o entendimento do conceito de gênero não se resume a uma categoria de análise, uma vez que também diz respeito a uma categoria histórica e, enquanto tal, pode ser concebido em diversas instâncias:

[...] como aparelho semiótico (Lauretis, 1987), como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (Flax, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações de homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b; SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995).

Entende-se que a violência de gênero distingue um tipo de dominação e opressão estruturalmente construído nas relações entre homens e mulheres, reproduzido no cotidiano e subjetivamente assumido, atravessando classes sociais, raças, etnias e faixas etárias. Tal como ocorre com a inserção da violência contra a mulher no âmbito da saúde, a expressão violência de gênero deve muito de sua força ao movimento feminista, um dos mais importantes movimentos sociais do século XX (MINAYO, 2006).

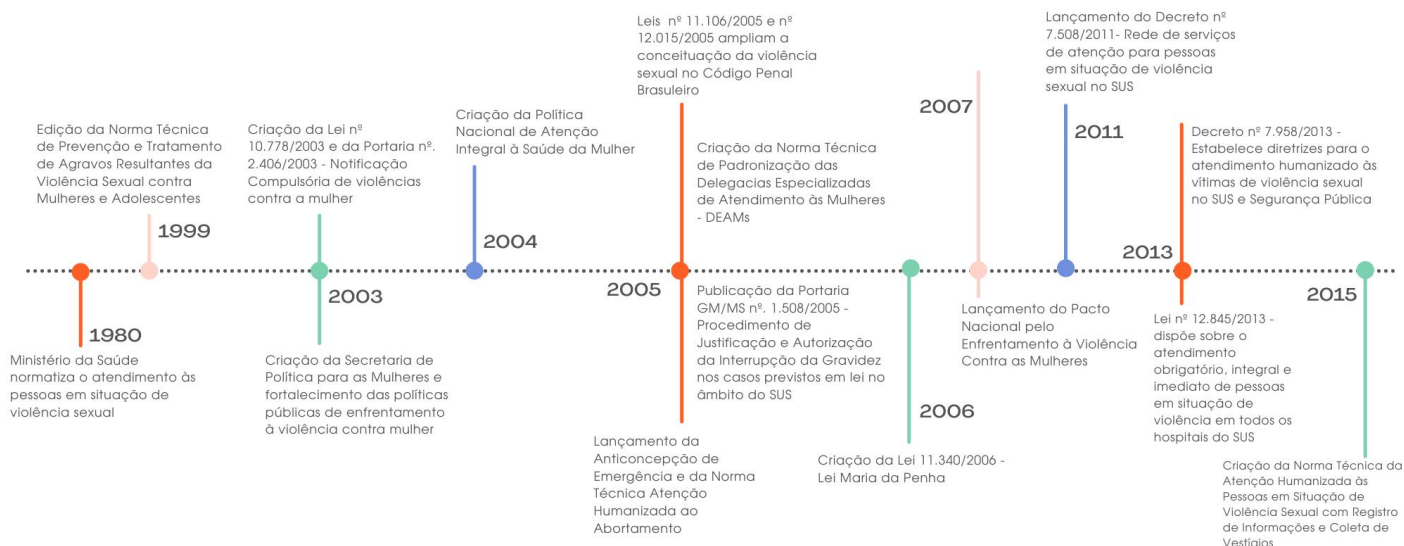
As violências baseadas em gênero são potencializadas pelas desigualdades sociais, havendo uma sobreposição entre os sistemas de dominação/exploração de classe, gênero e etnia (RAMÃO; MENEGHEL; OLIVEIRA, 2005). Neste contexto, as mulheres negras são as que ocupam uma posição social mais empobrecida e se encontram em piores condições de escolaridade, trabalho e moradia (RAMÃO; MENEGHEL; OLIVEIRA, 2005). Os primeiros estudos sobre a violência contra a

mulher postulavam que a violência acontecia em todas as classes sociais, porém, atualmente, está se tornando um consenso a constatação de que “há um agravamento deste tipo de violência quando a mulher é negra, pelo racismo que gera outras violências adicionais” (CARNEIRO, 2003, p. 11 apud RAMÃO; MENEGHEL; OLIVEIRA, 2005, p. 80).

São muitas as formas de manifestação da violência contra a mulher, sendo a violência sexual uma delas. A violência sexual abrange toda ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga outra à realização de práticas sexuais, utilizando força física, influência psicológica ou uso de instrumentos de coerção. Nessa relação, o agressor objetiva estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual, de modo que a violência pode apresentar-se sob a forma de práticas eróticas e sexuais impostas através de agressões físicas, ameaças ou indução de sua vontade (SANTOS; DELL’AGLIO, 2008). A violência sexual compreende um fenômeno cuja discussão vem crescendo gradativamente. Paralelamente a isso, os altos índices de incidência dessa violência e as sérias consequências que acarretam para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, tanto da pessoa agredida como de sua família, a configuram enquanto um problema de saúde pública (HABIGZANG et. al., 2005).

A violência sexual nem sempre ocupou espaço de prioridade nas agendas e discussões do setor saúde, seja em uma perspectiva técnica ou na implementação de políticas. A partir de 1980, com mudanças no quadro epidemiológico em diversos países, as causas externas passaram a ter grande destaque na morbimortalidade da população, momento em que o fenômeno da violência passou a ter visibilidade (LIMA; DESLANDES, 2014). Segundo os autores, as respostas legais, técnicas e de políticas públicas relacionadas à violência sexual foram resultado do envolvimento e esforço coletivo da sociedade civil, governos e profissionais de diversos setores, como saúde, segurança pública, justiça, assistência social e direitos humanos. Com o objetivo de ilustrar este fluxo, foi elaborada uma linha do tempo que sintetiza os principais marcos no processo de enfrentamento a violência sexual contra a mulher.

Figura 1: Linha do tempo com os principais marcos no enfrentamento à violência sexual contra a mulher.



Fonte: Elaborada pela autora.

Desde 1980 o Ministério da Saúde normatizava o atendimento às pessoas em situação de violência sexual, contando com a parceria das Secretarias de Saúde das unidades da federação, das sociedades científicas e dos movimentos sociais. Desse esforço coletivo desenvolveram-se normas técnicas e protocolos clínicos sobre acolhimento, atendimento e notificação de violências, os quais seguem em atualização até os dias de hoje (BRASIL, 2015), considerando as especificidades da violência sexual e os agravos associados a essa violência.

Ao olhar para este fenômeno, identifica-se que, dentre as pessoas atingidas por essa violência, as mulheres representam a maior parcela deste público, principalmente as adolescentes e adultas. Segundo Albuquerque (2015), em estudo realizado em 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foi revelada uma estimativa de ocorrência de 527 mil casos de violência sexual no Brasil por ano, sendo 88,5% das pessoas do sexo feminino. Antunes (2016) afirma que, muito embora todas as mulheres estejam sujeitas a esse tipo de violência, uma vez que todas estão submetidas a um processo histórico de discriminação de gênero, é fato que a mulher negra ainda constitua o grupo mais vulnerável por recair sobre ela, além da opressão de gênero, a discriminação racial. Assim, sofrem as consequências do efeito aditivo entre o preconceito racial e relação hierárquica de gênero.

É necessário considerar que esse grupo de mulheres encontra-se atravessado pela identidade do ser mulher e pelo ser mulher negra, mergulhadas em uma herança

histórica bombardeada pelo preconceito racial. Pode-se dizer que o processo de construção identitária da mulher negra traz marcas do período escravista e do papel social e sexual a ela submetido. Carneiro (2013) afirma que naquela época a mulher negra era tratada como mercadoria e sua condição histórica era alicerçada numa condição de coisificação. Arelado a estes elementos, soma-se o lugar social ocupado pela mulher, perpassado por aspectos políticos, sociais e culturais no que tange à divisão dos papéis de gênero na sociedade.

Considerando os avanços alcançados na luta contra a violência direcionada à mulher, permeados pelas iniciativas e movimentos feministas, pela a inserção da violência contra a mulher na agenda da saúde através do seu reconhecimento enquanto uma realidade social, e tantas outras movimentações, entende-se que não foram suficientes para a erradicação deste fenômeno, sendo importante o avanço em alguns aspectos, dentre eles, o reconhecimento da desigualdade racial neste contexto.

Percebe-se a complexidade envolvida no bojo da violência sexual contra mulheres negras e a necessidade de direcionar o olhar para esta violência, tomando como referência o gênero, mas também a raça. Para tanto, é essencial a construção de uma reflexão e análise críticas sobre a imagem que é construída acerca destas mulheres, visando o processo de enfrentamento a estereótipos discriminatórios que autorizam as violências.

Durante muito tempo, as questões vivenciadas pela mulher negra foram atravessadas e minorizadas pela sociedade em detrimento de perspectivas outras, consideradas mais relevantes. hooks (2015) chama a atenção para esta questão, na medida em que, estabelecendo uma reflexão acerca dos movimentos feministas nos Estados Unidos da América (EUA) e do processo de constituição do feminismo negro, denota a invisibilidade dos aspectos pertinentes às questões das mulheres negras e a ideia de que o sofrimento entre as mulheres não pode ser diferenciado ou feitas especificidades das opressões sofridas.

Neste contexto, não era levado em consideração outros elementos além do gênero. À luz deste processo e considerando alternativas que possam ir de encontro à lógica de invisibilização das demandas das mulheres negras, torna-se necessário refletir sobre a oferta de assistência adequada às mulheres negras em situação de violência

sexual, em uma perspectiva integral e direcionada as suas especificidades e necessidades.

Segundo o Ministério da Saúde (2015), atualmente existem cerca de 543 Serviços de atenção às pessoas em situação de violência sexual no Brasil, que constam no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Desses, 165 são serviços de referência para atenção integral às pessoas em situação de violência sexual, que ofertam atendimento de forma ininterrupta e contam com equipe multiprofissional.

Em Salvador - Bahia, a rede de atendimento à violência sexual não conta com muitos dispositivos específicos, mas existe a rede de atendimento à violência contra a mulher que abarca este tipo de demanda, envolvendo outras instâncias para além da saúde. A rede é composta por Delegacias Especializadas (DEAMs), Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), Instituto de Perinatologia da Bahia (IPERBA), Serviço de Atendimento a pessoas em Situação de Violência Sexual - VIVER, Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher Arlette Magalhães (CREAM), Casas Abrigo do Estado da Bahia, Centro Estadual Especializado em Diagnóstico, Assistência e Pesquisa (CEDAP), Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Ronda Maria da Penha, Organização Não Governamental TamoJuntas - Assessoria Multidisciplinar Gratuita para Mulheres em Situação de Violência, Serviço AME - Hospital da Mulher Maria Luzia Costa dos Santos, Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Acolhimento a Mulher Soteropolitana Irmã Dulce (CAMSID), Centro de Referência de Atenção à Mulher Loreta Valadares, Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado da Bahia e Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher (GEDEM) do Ministério Público da Bahia. Destes, compreendem serviços especializados e direcionados ao atendimento à mulher em situação de violência sexual o IPERBA, Projeto VIVER e o Serviço AME.

Conforme preconiza a Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes (2014), a intervenção dos serviços de saúde tem papel fundamental na vida das pessoas e na perpetuação do bem-estar, principalmente para mulheres em situação de violência. Vale ressaltar também o papel destes serviços na garantia de seus direitos humanos, uma vez que a maioria das mulheres tem contato com o sistema de saúde, em algum

momento, mesmo que por razão distinta da agressão. Esta ocasião é fundamental para a identificação da violência sexual e exige atenção máxima por parte das (os) profissionais de saúde.

Segundo a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2017), nos últimos anos o Brasil evidenciou o crescimento de pessoas que se declararam negras (pretas e pardas). De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), negras e negros constituem mais da metade da população brasileira (50,7%). Em 2015, 53,9% das pessoas se declararam de cor ou raça preta ou parda. Contudo, embora a população negra tenha experimentado aumento relativo da renda média per capita superior ao da população branca, a desigualdade permanece expressiva (BRASIL, 2017).

Inúmeras são as evidências que apontam as barreiras na participação igualitária dos negros em diversos campos da vida social e as consequências que estas desigualdades e discriminações produzem não apenas para os negros, mas para a sociedade como um todo. Pode-se afirmar que o racismo é o principal determinante social em saúde para população negra, já que incide negativamente sobre todos esses fatores que compõem o conceito de saúde (BRASIL, 2017). Como pontua Werneck (2016), existem avanços no reconhecimento do racismo com um dos fatores centrais na produção das iniquidades em saúde experimentadas por mulheres e homens negros, bem como de níveis educacionais e de renda em todas as fases de sua vida. Porém, esse reconhecimento, conquistado no plano político, ainda não foi suficiente para ocupar o vazio deixado pela quebra da hegemonia nas pesquisas do campo das ciências da saúde e em suas instâncias.

Neste sentido, Lopes (2010) e Werneck (2010; 2016) chamam a atenção para a necessidade de compreensão do conceito de racismo e suas reverberações no campo da saúde da população negra, em sua dimensão ideológica, que influencia nas relações de poder na sociedade e participa das políticas públicas, uma vez que estas estão entre os mecanismos de redistribuição de poder e riqueza existentes. As autoras consideram a raça enquanto uma construção social e que implica a denúncia da existência e atuação de um sistema de hierarquização social, no qual características biológicas específicas são utilizadas como marcadores de diferenças e desigualdades hierárquicas entre grupos humanos, sistema este que denominam racismo (LOPES;

WERNECK, 2010). No contexto brasileiro, foi estabelecida a inferioridade da raça negra, a partir da qual descendentes dos diferentes povos africanos trazidos como escravos passaram a ser agrupados no estrato inferior da hierarquia sociorracial (LOPES; WERNECK, 2010).

Para compreender as causas e os fatores de risco associados com a violência sexual, Contreras et al. (2010), através de uma produção pautada nos aspectos que perpassam a violência sexual na América Latina e no Caribe, trazem o Modelo Ecológico (Belskey, 1980; Heise, 1998; Dahlberg e Krug, 2002), o qual postula que a violência resulta de uma interação de fatores em quatro níveis, que são: o macrosocial, o da comunidade, o do relacionamento e o nível individual (Heise et al., 1999). Essa concepção torna-se importante neste trabalho, buscando desconstruir a ideia de que a violência sexual está associada a uma perspectiva de condutas no plano individual, sendo que compreende um fenômeno complexo atravessado por diversas instâncias. Este modelo descreve os fatores macro-sociais, os fatores da comunidade e fatores do relacionamento. Os fatores macro-sociais referem-se às normas de gênero desiguais, a dominância masculina generalizada na sociedade, aceitação da violência como forma mais ampla de resolver conflitos e incapacidade do judiciário de punir os perpetradores ou proteger as vítimas (CONTRERAS et al., 2010).

As normas de gênero estão relacionadas a uma ordem social de gênero caracterizada por uma relação de poder desigual entre os homens e as mulheres na sociedade. São incluídos aspectos tais como legitimação da violência pelo parceiro íntimo, na qual a violência sexual perpetrada pelo parceiro acaba sendo amplamente aceita como parte das experiências domésticas das mulheres; a acusação das mulheres, pautada na ideia de que estas incitam os homens a cometer o estupro ou dão margem para sofrerem a violência através de seu comportamento ou de suas roupas, sendo uma percepção comum que coloca a culpa nas vítimas, ao invés de responsabilizar os perpetradores; a justificação dos desejos sexuais inerentes dos homens, que potencializa a concepção de que a violência sexual é um produto do desejo sexual incontrolável dos homens, assim inerente à identidade masculina e, portanto, socialmente justificado (Hastings, 2002; Cáceres, 2005); o lugar das mulheres como objetos sexuais, que, pautada na estrutura de gênero tradicional, apoia a visão de que as mulheres são objetos sexuais que não merecem ter os mesmos direitos dos homens;

e o culto da virgindade da mulher, noção que atribui valor à virgindade feminina e fomenta a regulação da sexualidade das mulheres (CONTRERAS et al., 2010).

Os fatores da comunidade apontam para a falta de apoio social para as mulheres como um fator de risco para a violência (Heise e García-Moreno, 2002). Neste sentido, estudos mostram que as mulheres que são vítimas de violência doméstica têm menos probabilidade de ter acesso a apoio social e familiar do que as mulheres que não são vítimas (Ellsberg et al., 2000; Montaña, 2007). Em sequência, tem-se os fatores do relacionamento, nos quais a dinâmica de controle e poder que reflete relações de gênero desiguais têm sido intensamente associada com a violência sexual contra as mulheres perpetrada por parceiros íntimos (Jewkes et al., 2002). Neste sentido, os homens frequentemente usam a violência sexual para controlar o corpo e a sexualidade das mulheres (CONTRERAS et al., 2010).

Por fim, tem-se os fatores individuais, que abrangem as categorias como idade, aspectos socioeconômicos, associação com situações de violência sofrida durante a infância e atitudes tradicionais sobre as funções de gênero e a sexualidade das mulheres. A partir destes princípios, pode-se dizer que a pouca idade é um fator de risco para ser vítima de violência sexual (Jewkes et al., 2002), bem como viver em contextos marginalizados, condições adversas e pobreza (Gage, 2005; Gibbison, 2007; Hindin et al., 2008; Santos-Baptista et al., 2008; Schraiber et al., 2008) (CONTRERAS et al., 2010).

A associação feita quanto a ocorrência de violência no período da infância perpassa a concepção de que tal situação pode aumentar a vulnerabilidade das vítimas a nova agressão, por deixarem-nas com menos habilidades para se protegerem, menor confiança em sua auto-estima e uma conceituação menos clara a respeito de situações de abuso. Para além destes fatores, as evidências trazidas por Contreras et al. (2010) indicam que a violência sexual está intimamente associada a valores culturais, normas e práticas que apóiam a idéia de que os homens são superiores às mulheres e têm o direito de controlar a sexualidade delas.

Neste contexto, destaca-se a situação das mulheres negras que se encontram em situação de maior vulnerabilidade diante daquelas não negras, tendo em vista diversos fatores de ordem social, política, econômica, racial e histórica que as atravessam.

Assim, é importante destacar que o estupro não é apenas representado pelo tipo de relação sexual especificado, por exemplo, no Código Penal Brasileiro, uma vez que ainda que a “violência ou grave ameaça” existam com frequência, existe uma instância maior pautada no poder que é conferido aos homens e que vai de encontro muitas vezes as resistências conferidas pela mulher (SAFFIOTI, 1987).

Segundo Davis (2016), compreende um erro interpretar a violência sexual em uma perspectiva pautada, por exemplo, nos impulsos sexuais do homem, conforme já descrito anteriormente. A autora analisa a questão partindo das premissas do feminismo negro, evocando a época da escravidão, evidenciando o caráter simplista pautado na concepção do estupro como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade das mulheres brancas. Com isto, localiza o lugar do estupro enquanto uma “arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir” (p. 36). Afirma que se estas mulheres conseguissem perceber a própria força e o forte desejo de resistir, os violentos abusos sexuais fariam com que se lembrassem de sua essencial e inalterável condição de fêmeas, o que, na visão baseada na ideia de supremacia masculina característica do período, significava passividade, aquiescência e fraqueza. Desta forma, a escravidão era sustentada tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite, formas mais comuns de castigo e repressão às mulheres negras.

Assim, não se pode ignorar a necessidade em serem estabelecidas reflexões e considerações que vão além da questão de gênero e que abarquem as especificidades do olhar direcionado à mulher negra. Partindo destes princípios, enquanto psicóloga e mulher parda que esteve atuante no cuidado à mulheres em situação de violência sexual em um serviço público de saúde, localizado em Salvador, pude observar o número significativo de acesso por mulheres autodeclaradas como negras em detrimento das mulheres autodeclaradas como brancas. No processo de contato com estas mulheres e no mergulho cuidadoso compartilhado por elas acerca das suas histórias de vida, as narrativas sobre o *self* se constituíram como elemento significativo, que permeiam os seus discursos e que se encontram associadas também as situações de violência sexual. Ao longo deste processo, o lugar da pesquisadora também foi sendo construído, atravessado por inquietações vivenciadas no

desenvolvimento e oferta do atendimento a este público, e que somavam à minha condição de mulher parda no exercício de um fazer técnico e científico no campo da Psicologia e que, inevitavelmente, se alicerçam na construção deste trabalho.

Neste contexto, ganham espaço diferentes âmbitos relacionados ao ser mulher e ser mulher negra, que remetem a questões que envolvem aspectos históricos, culturais, políticos e sociais. Se faz assim presente e necessário o conceito da interseccionalidade, enquanto um dos caminhos fundamentais para a reflexão acerca desta temática. Segundo Crenshaw (2002, p. 177), “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação”. Com isto, pode-se perceber os eixos de poder estabelecidos pelo patriarcado, pelo racismo e pela luta de classes, que “se cruzam como avenidas em que o fluxo do tráfego define a multiplicidade de opressões às quais a pessoa estará submetida” (SILVEIRA; NARDI, 2014, p. 16).

A pessoa discriminada racialmente tem seu discurso referenciado pelo racismo, discurso este que precisa ser compreendido. Assim, as histórias das pessoas afetadas por iniquidades raciais e de gênero acerca das suas próprias experiências constituem uma evidência empírica sobre a realidade. Por meio destas evidências, podem ser reveladas as forças sistêmicas enraizadas na sociedade que atuam na opressão racial e de gênero. Contudo, são poucos os números de textos sobre saúde da mulher negra, assim como restrito o número de publicações específicas sobre violência contra as mulheres ou violência doméstica, ainda que pelo senso comum entenda-se que a dimensão deste fenômeno não seja pequena (CRUZ, 2014).

Sob esta ótica, a violência racial e suas repercussões nas identidades e subjetividades de mulheres negras constituem um tema de pesquisa ainda pouco explorado, considerando ainda a expansão do conceito de raça, que passou por transformações ao longo do tempo e que hoje tem sido entendido como um operador político e socialmente construído. O conceito de violência de gênero ainda tem sido apontado como sinônimo da violência doméstica - categoria em que se enquadram mulheres de um modo geral - e contrariando os dados estatísticos que apontam que estes sujeitos têm gênero, etnia e classe social (ALFAIA, 2019).

Em complemento a esta ideia, entende-se que para enfrentar a violência sexual e racial devem ser destituídos os padrões culturais que as sustentam pois, sem isto, nos limitaremos a cuidar das sequelas destas violências, que têm sido mostradas enquanto a marca das mulheres sobreviventes a estas situações - o que pode e deve ser ampliado (VIANA et al., 2013). Deste modo, torna-se importante direcionar o olhar para a compreensão das conexões que podem ser feitas entre o *self* da mulher negra e a violência sexual, como também visando uma reflexão sobre os mecanismos de enfrentamento a esta violência e possibilidades de oferta de cuidado e suporte adequados a estas mulheres, pautados na realidade por estas vivenciadas e em suas demandas concretas de vida. Dentro deste âmbito, pode-se pensar sobre a forma como se constitui o *self* destas mulheres e como se apresentam as suas narrativas acerca de si mesmas, tendo em vista todos os atravessamentos os quais enfrentaram ao longo da suas trajetórias de vida.

Neste estudo, está sendo utilizado o conceito de *self* em uma perspectiva narrativa e dialógica, visando a escuta e compreensão das narrativas das mulheres negras em situação de violência sexual. Considerando os aspectos descritos e buscando uma definição acerca do conceito de *self*, Macedo e Silveira (2012, p. 281), de forma sucinta, o definem como “corpo físico, processos de pensamento e uma experiência consciente de que alguém é único e se diferencia dos outros, o que envolve a representação mental de experiências pessoais”. Segundo os autores, esta definição destaca tanto características permanentes e universais e não discrimina as mudanças que ocorrem durante o desenvolvimento ou entre diferentes culturas.

A noção de *self* dialógico, cunhada pelos autores Hermans, Kempen e Van Loon (1992), inclui uma consideração de multiplicidades de posições do ‘eu’, enquanto multiplicidade e singularidade permanentes (D’ALTE et al., 2007). Na concepção de Hermans e colaboradores (1992), o *self* tem a capacidade de mover-se de uma posição para outra, como em um espaço, seguindo as influências das mudanças no tempo e de situações particulares.

As movimentações do *self* compreendem reposicionamentos, que ocorrem sobretudo em contextos onde o sujeito pode refletir acerca de si e das suas próprias questões e pressupõe o diálogo entre as posições do *self*, pautado por relações de poder e dominação e que constituem a existência de hierarquias. Hermans e Hermans-

Konopka (2010 apud MATTOS, 2013) ressaltam a ambivalência como um elemento fundamental na configuração do sistema do *self*. Neste sentido, tensões e contradições existentes entre as vozes do *self* são essenciais ao movimento dinâmico de transformação do sistema. As vozes representam as distintas posições do *self* que, em sua constituição dinâmica, torna-se, portanto, multivocalizado.

Tendo em vista estes aspectos, foi observada a pouca presença de estudos que pudessem fazer a articulação entre violência sexual contra mulheres negras e o *self*, sob uma perspectiva dialógica e interseccional. A partir da revisão de literatura foram realizadas buscas de trabalhos produzidos entre 2000 e 2020, publicados na base de dados Periódicos CAPES, sendo utilizadas palavras-chave específicas da temática: *violência sexual/sexual violence, mulher negra/black woman e self dialógico/dialogic self*. Considerando que não foram encontrados trabalhos que abordassem a interlocução entre estes temas, foram realizadas novas buscas com a inclusão dos termos *racismo, assistência, cuidado, atendimento e saúde mental*.

Foi observada a prevalência de estudos que abordam a violência contra a mulher negra de forma geral, em detrimento daqueles que abordam especificamente a violência sexual. A metodologia mais utilizada foi a de cunho qualitativo, sendo evidenciada a urgência em se pautar a violência contra a mulher negra de forma mais engajada, não somente fazendo a associação com a categoria gênero, mas também com raça e classe. Destaca-se a dissertação de Alfaia (2019) que apresentou, após a realização de uma revisão sistemática, a ausência de produções que evidenciem de forma mais contundente as especificidades das mulheres negras no âmbito da violência de gênero, sinalizando a utilização da expressão geral “violência de gênero” para identificar as violências envolvendo mulheres negras.

Constatou-se que situações de violência contra a mulher negra foram associadas a importantes questões, como ao processo de denúncia, aos impactos socioeconômicos e afetivos na vida destas mulheres, e a prevalência destas ocorrências em comparação a situações de violência praticadas contra mulheres autodeclaradas como brancas (SILVA, 2008). Foi identificado o quanto a mulher negra no Brasil ainda está inserida no processo de colonização e que, embora já tenha sido iniciada discussão relativa ao quesito violência doméstica, violência de gênero e racismo, a mulher negra permanece na base da hierarquia social, sendo desprestigiada em virtude de sua

condição étnica/racial e no que tange à sua afetividade, oportunidade de mobilidade na estrutura socioeconômica e política do país (ALFAIA, 2019). Foi destacada a necessidade da ampliação do olhar perante situações de violência sexual, levando em consideração outros eventos, como violências na infância, uma vez que estas mulheres sofrem a violência sexual em conjunto com a politraumatização de eventos da vida (CAMPBELL;WASCO, 2005; HALL, 2000; STONE, 2004; WEST et al., 2000 apud LONG; ULLMAN, 2013)

No que se refere à assistência em decorrência de situações de violência sexual, foi identificada a prevalência de pesquisas quantitativas na área da saúde, que não consideram a variável raça em suas produções. Descrevem e discutem protocolos de atendimento para situações de violência, avaliação dos serviços e tratamento, desafios apresentados pelas equipes multiprofissionais no cuidado à pessoas afetadas pela violência e dados sobre as incidências e consequências do agravo (LOPES et al., 2004; CAMPOS, 2006; CARA, 2015; OLIVEIRA, 2015; BAIGORRIA et al, 2017; KATAGUIRI, 2017; DELZIOVO et al., 2018; PASSOS et al., 2018).

O acesso a serviços de assistência em situações de violência sexual também foi abordado pela literatura. Monterrosa (2019) investigou como os estereótipos afetam a busca de ajuda diante de uma situação de violência por parceiro íntimo, estabelecendo um comparativo entre mulheres brancas e afro-americanas em Colorado (EUA). Os achados evidenciaram que as mulheres negras foram afetadas pelo chamado estereótipo da "mulher negra forte", fazendo com que não acessassem tanto as instituições formais para obter ajuda e, em vez disso, buscassem a família e amigos para constituição de rede de apoio. O estereótipo da "mulher negra forte" engloba a crença de que as mulheres negras não precisam de ajuda e conseguem resolver suas próprias questões, também as aprisionando em um lugar de não acesso ao suporte e não tendo as suas necessidades expostas e, logo, não atendidas (MONTERROSA, 2019).

Foram identificadas produções qualitativas que pautaram os efeitos da violência racial e os seus impactos na saúde mental das mulheres negras, gerando influências sobre seu *self*. Lewis e Neville (2015) desenvolveram uma escala de medida para as micro agressões raciais de gênero (expressões cotidianas verbais, comportamentais e

ambientais de opressão com base na intersecção de raça e gênero) vivenciadas por mulheres negras. Para tanto, contaram com a participação de mulheres de diversas localidades dos EUA. A Escala de Micro Agressões Raciais de Gênero foi significativamente relacionada ao sofrimento psicológico das mulheres, sendo a maior percepção das micro agressões raciais de gênero relacionadas aos maiores níveis de sofrimento psicológico.

Reforçando essa questão, Silva e Chai (2018) buscaram conhecer como práticas discriminatórias, tais como o racismo e o sexismo, podem ser influentes na construção de um cenário suscetível à vulnerabilidade do direito à saúde mental das mulheres negras. Foi constatado que estas mulheres possuem índices de desenvolvimento humano em descompasso em relação a outros indivíduos, o que faz com que se encontrem mais suscetíveis a desenvolver transtornos mentais comuns. Somado a isso, observou-se que o SUS não possui políticas públicas de atendimento que abranjam de forma plena a mulher negra em sua integralidade.

Tavares e Kuratani (2019) elaboraram um estudo onde, inicialmente, fizeram uma busca de artigos nacionais, disponíveis na biblioteca virtual SciELO, com palavras-chave relacionadas às temáticas racismo, saúde mental e população negra. As autoras sinalizam a importância do desenvolvimento da sensibilidade e competência cultural entre os profissionais da saúde mental, a fim de diminuir as disparidades na quantidade e qualidade do atendimento psicoterápico prestado a esta população. Gouveia e Zanello (2019) também realizaram trabalho neste contexto, no qual coletaram narrativas de pessoas negras atendidas por psicoterapeutas brancos/as, sobre suas vivências de racismo no cotidiano e sobre como se deu a escuta na terapia. Encontraram achados que endossam as reflexões trazidas por Tavares e Kuratani (2019), sinalizando o déficit existente na formação da(o) psicóloga(o) no Brasil, que parece não trazer os elementos necessários para o entendimento e atendimento da população negra brasileira. Evidenciam assim, a prática de “uma psicologia colonizada” (GOUVEIA; ZANELLO, 2019), na qual o universal é colocado em evidência no argumento do “sofrimento humano”, não considerando este humano como, por exemplo, mestiço, preto, indígena e conseqüentemente não tratando os males causados por doenças sociais como o racismo. Endossando tais aspectos, Martins, Lima e Santos (2020) avaliaram o efeito das micro agressões raciais de

gênero na saúde mental de mulheres negras, trazendo a influência das variáveis identidade e autoestima na relação entre a frequência das micro agressões raciais de gênero e a saúde mental.

No que diz respeito as pesquisas sobre a Teoria do *Self* Dialógico, foi observada a ausência de estudos que abordassem a condição do ser mulher negra e suas vicissitudes relacionadas a um contexto de violência sexual. Pesquisas discutiram as significações de si em crianças em fases de transições, refletindo sobre as avaliações e percepções feitas por elas sobre elas mesmas (MORENO; BRANCO, 2014) e investigaram as transformações do *self* no contexto escolar em perspectiva dialógica e desenvolvimental (FREIRE; BRANCO, 2016). Outros trabalhos se debruçaram na construção e análise de narrativas de adolescentes como, por exemplo, o estudo de Mattos (2013) e Ew, Castro e Rocha (2017), embasados pela perspectiva de que o *self* é composto por múltiplas vozes, como família, amigos, escola e os próprios adolescentes, em relações resultantes de diferentes posições sociais. Pontes (2013) analisou como o *self* constrói continuidade através de rupturas sucessivas ao longo da trajetória reprodutiva de mulheres. Este trabalho implicou entender as dinâmicas do self dialógico no fluxo do tempo, com o intuito de identificar processos de reorganização do self a fim de se manter coeso, apesar das rupturas e das recorrentes descontinuidades em suas maternidades.

Silva (2010) e Oliveira (2016) abordaram o *self* e a questão racial. Estas autoras investigaram concepções dos indivíduos sobre si mesmos considerando questões étnico-raciais, a primeira tomando como referência o público infantil e, a segunda, adolescentes. As implicações de crenças e valores racistas canalizam culturalmente as trajetórias de desenvolvimento de *self* e a desvalorização de características negras e supervalorização das brancas estão na base da dificuldade de construir concepções de si positivas associadas à negritude.

Bathia (2012), ao pesquisar o *self* dialógico na formação da identidade dos imigrantes, no contexto da diáspora da Índia, elucidou aspectos da aculturação, fazendo reflexões acerca da raça e classe destas pessoas na inserção e adaptação em um novo país e cultura. Enfatizou que a aculturação é essencialmente um processo dialógico e que envolve um movimento contínuo entre as posições do eu, as quais afirmou serem construídas e influenciadas por questões de raça, sexualidade e gênero.

Neste sentido, os imigrantes têm o seu *self* composto por diferentes vozes, que compartilham relações assimétricas entre si. Através de atribuições racistas, há uma relação de poder desigual que influencia na movimentação de vozes de afirmação deste *self*. Com isto, o núcleo da identidade” do imigrante não é fixo, e sim multivocalizado e relacionado a sua alteridade racial e cultural. Há um movimento dialógico contínuo e simultâneo entre as vozes que são ao mesmo tempo assimiladas, integradas, privilegiadas e marginalizadas (Hermans e Hermans-Konopka 2010) (BATHIA, 2012).

Por fim, a tese de Teixeira (2020), de significativa importância e influência por representar a pesquisa com a Teoria do *Self* Dialógico que mais se aproxima dos interesses e objetivos a serem desenvolvidos neste trabalho, propõe um construto conceitual essencial neste percurso: o *Self* Decolonial. Esta pesquisa se deteve nas experiências vividas pelos estudantes negros na universidade e as suas relações com o desenvolvimento psicológico.

Enquanto principais resultados, Teixeira (2020) evidenciou que a forma como o *self* é compreendido pelas teorias euro-ocidentais, predominantes na Psicologia, não contempla as especificidades de desenvolvimento psicológico daqueles que não correspondem ao padrão de ser humano universal adotado por elas, o que inclui as mulheres negras. O *Self* Decolonial, sendo dialógico, constitui-se pelas perspectivas e visões de mundo de pessoas negras que consolidaram posicionamentos de auto afirmação, consciência de identidade racial negra e, portanto, desalienação. Representa um *self* que está em constante negociação com as mensagens racistas provenientes do contexto social e que se caracteriza por viver na tensão, onde reinventar-se e recriar sua forma de estar e compreender o mundo se faz fundamental para um desenvolvimento saudável (TEIXEIRA, 2020).

A partir dos aspectos que perpassam o entendimento do *self* dialógico, os elementos que permeiam mulheres negras que passaram por situação de violência sexual e perspectivas de assistência a elas direcionadas, a reflexão que norteia este estudo é ***como o self de mulheres negras em situação de violência sexual se apresenta e quais as possíveis repercussões que o acesso a processos de interação com outros significativos - indivíduos, espaços e instituições - podem exercer sobre esse self?***

Para tanto, possuo enquanto **objetivo geral** compreender e analisar as dinâmicas do *self* de mulheres negras em situação de violência sexual que são atendidas em um serviço de assistência especializado em violência sexual em Salvador/BA.

Enquanto **objetivos específicos**, se propõe a: descrever o perfil de mulheres que acessam o acompanhamento multiprofissional em decorrência de uma situação de violência sexual; analisar as narrativas de mulheres negras em situação de violência sexual considerando as posições do seu *self*; perceber quais os reposicionamentos e os atravessamentos interseccionais que perpassam o *self* de mulheres negras em situação de violência sexual antes e após a situação de violência; e observar quais as estratégias e recursos acessados por mulheres negras em situação de violência sexual, atendidas por serviço especializado, e como estes podem se associar ao processo de enfrentamento da violência e nas concepções de si mesmas.

No primeiro capítulo será apresentado o referencial teórico, que engloba as compreensões acerca do *self*, abarcando uma definição narrativa e dialógica do conceito. Considerando que são incipientes os estudos utilizando a Teoria do Self Dialógico e a Psicologia Cultural Semiótica para tratar de questões relacionadas à violência e o desenvolvimento do *self* sob uma ótica interseccional, foi feita a escolha por tais abordagens teóricas como forma de acompanhar o movimento de ampliação desta vertente no campo dos estudos do *self* e por, apesar das limitações, demarcar o seu caráter dinâmico, contextual e narrativo que, enquanto dialógico, torna-se inseparável destes aspectos.

Ainda desenvolvendo o referencial teórico, o capítulo 2 discorre sobre as contribuições do feminismo negro e decolonial, trazendo a perspectiva interseccional. Foram realizadas escolhas por teorias que considerassem a importância da narrativa no processo de constituição das concepções das pessoas sobre si mesmas, não obstante ao contexto social, cultural, econômico e político em que se encontram inseridas. É também ressaltada a importância da reflexão sobre fenômenos subjetivos e sociais em uma perspectiva ético-política, e da inclusão das pesquisadoras e pesquisadores e suas especificidades como parte deste processo.

No terceiro capítulo, são evidenciados os aspectos metodológicos e éticos na condução desse estudo. O quarto, quinto e sexto capítulos reúnem os resultados da

pesquisa, apresentados no formato de três artigos científicos, construídos de modo a contemplar os objetivos específicos da dissertação. Em um primeiro momento, apresenta, de forma qualitativa e quantitativa, o público atendido pelo Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual e o caracteriza, considerando distintas variáveis, de forma interseccional. Para tanto, faz uma análise de todas as usuárias que acessaram o Serviço, dentro de um recorte temporal no período da pandemia de COVID-19. Em seguida, traz um estudo de caso em profundidade, explorando os impactos da violência sobre as mulheres negras e as dinâmicas do *self* através dos Campos Afetivo-Semióticos. E, por fim, contempla a construção de categorias de análise junto a todas as participantes do estudo, associadas aos desafios e possibilidades frente a assistência em casos de violência sexual.

Importante destacar que é apresentada a dura realidade vivenciada pelas mulheres negras no âmbito da violência, em suas diversas formas de expressão, como forma de denunciar a gravidade deste cenário - ainda subnotificado e desconsiderado, e de reivindicação da necessidade em, cada vez mais, serem pautadas mudanças visando a melhor assistência a este público e prevenção de ocorrência das violências. É também feita a aposta na inseparabilidade da violência, estrutura social e econômica que prevalece socialmente, que se alicerça em desigualdades e distinções, aspectos geradores e mantenedores de práticas violentas.

Em contrapartida, é sustentada a importância e necessidade das mulheres negras serem escutadas quanto às suas potencialidades e possibilidades de transformação individuais e sociais, enquanto caminho de desconstrução de violências e construção de fortalecimentos. Neste sentido, se faz presente a consideração da experiência enquanto importante conceito e base fundamental da epistemologia feminista negra (COLLINS, 2000; FIGUEIREDO, 2020), ilustrando o elo que existe entre as vivências pessoais, individuais e coletivas enquanto geradores de reflexões e teorizações (FIGUEIREDO; 2020).

A dissertação é finalizada com as conclusões, que reúnem as principais contribuições dos três artigos e as reflexões construídas ao longo do processo de pesquisa.

Capítulo 1. Meios narrativos, semióticos e afetivos na compreensão do self

Neste estudo, a noção de *self* é constituída por meio das práticas discursivas, através das quais as pessoas dão sentido ao mundo e às suas próprias ações. Assim, o *self* é entendido enquanto uma construção social, produto das trocas discursivas e como expressão da linguagem e da narração, definido a cada momento de uma interação através dos modos pelos quais as pessoas descrevem a si mesmas e são descritas por outras em suas conversações (GUANAES; JAPUR, 2003).

Observa-se a ênfase dada ao campo do discurso e da linguagem nesta forma de compreensão sobre o *self*, tendo como destaque as narrativas neste processo. Smith e Sparks (2008) afirmam que esta vertente advém de uma “virada narrativa” no campo das Ciências Sociais, onde estudiosos passaram a entender que o ser humano vive em um mundo em formato de história (SMITH; SPARKS, 2008). Com isso, afirmam que a vida pode ser concebida de uma forma estratificada e a identidade constituída narrativamente.

Gergen (1994) refere-se às narrativas como explicações que as pessoas desenvolvem sobre si mesmas, através da organização temporal de eventos pessoais, quando então estabelecem conexões entre eventos vividos na tentativa de construção de uma história que as torne inteligíveis a elas mesmas e aos outros. Para este autor, “as narrativas são recursos conversacionais, construções abertas à contínua alteração à medida em que uma interação progride” (GERGEN, 1994, p. 188 apud GUANAES; JAPUR, 2003, p. 140). Em sua concepção, o *self* é narrativo e funciona por meio de histórias orais dentro de uma sociedade, que são usadas como recursos culturais, com diferentes propósitos sociais, como de auto-identificação, auto-justificação e solidificação social, por exemplo.

Segundo o autor, o fato do ser humano estar inserido em um universo da cultura o torna exposto a uma variedade de formas narrativas. A partir disso, é possível que o indivíduo possa fazer uso destas narrativas de acordo com as contingências do processo conversacional e como modo de falar de si para o mundo e para si mesmo. Porém, Gergen (1994) chama a atenção para o fato de que existem aspectos que influenciam a forma de construção das histórias pessoais, uma vez que as convenções sociais valorizam e convidam certas descrições de *self*, enquanto desencorajam outras. Além disso, destaca que a possibilidade de uma pessoa sustentar determinadas

narrativas de *self* depende fundamentalmente de seu relacionamento com os outros e que uma identidade também é mantida enquanto outros desempenham papéis apoiadores na construção da mesma. A presença de um outro, seja de modo presente ou imaginário, é fundamental, considerando que o desenvolvimento de uma narrativa de *self* é sempre um processo de co-autoria (GUANAES; JAPUR, 2003).

Nesta direção, Smith e Sparks (2008) trazem que a investigação narrativa possui o compromisso de ver o *self* e a identidade em termos multidimensionais e conectados a contextos sociais, históricos, políticos e culturais. Enquanto recurso para elucidar as diferentes perspectivas do *self* e identidade, elegem uma divisão pautada na reunião de autores que concebem perspectivas a partir da consideração da maior ou menor intensidade no campo individual e social-relacional. Considerando este contexto, foi escolhida a perspectiva dialógica enquanto referencial para este trabalho, tomando como base a Teoria do *Self* Dialógico.

Introduzida no campo da Psicologia por Hermans, Kempen e Van Loon (1992), esta teoria seguiu as influências do pensamento pós-moderno. Segundo seus proponentes, a Teoria do *Self* dialógico compreende uma abordagem enquanto alternativa face às perspectivas mais tradicionais da mente e do *self*, sem cair numa perspectiva solipsista ou relativista (SALGADO; HERMANS, 2005 apud D'ALTE et a.l, 2007). Representa a conjunção dos conceitos de *self* e de narrativa (Hermans, Kempen; Van Loon, 1992), apoiada na teoria de *self* de William James (1890/2007), na noção de novela polifônica de Mikhail Bakhtin (1963/1984), tendo origem também na teoria de James, da distinção entre “eu” e “mim” e a ênfase na continuidade da experiência do *self* (SANTOS; GOMES, 2010).

Pontes (2013) considera como principal argumento construído por Bakhtin, e seguido por Hermans e colaboradores, a metáfora das novelas polifônicas – especialmente as de Dostoievsky – que possui como núcleo a noção de diálogo. A novela polifônica possui, segundo Hermans e Hermans-Jansen (2003 apud PONTES, 2013) como principal característica o fato de ser composta por um número de pontos de vista independentes e mutuamente opostos, incorporados por personagens envolvidos em relações dialógicas. Cada personagem é considerado como o autor de sua própria visão de mundo e funciona como consciência individual, com uma voz

específica. A polifonia, assim, consiste nas várias vozes que são capazes de emergir, cada uma com uma visão e compromisso específico com a vida, ressaltando que, conforme afirma Bakhtin, cada voz tem sempre um envolvimento social (SALGADO; GONÇALVES, 2006; PONTES, 2013).

No que tange a teoria do *self* de William James (1980), Santos e Gomes (2010) mencionam a divisão deste *self* em quatro partes: o *self* material, que abrange desde o corpo até as propriedades privadas de um indivíduo; o *self* social, que provém da imagem que outras pessoas têm deste indivíduo; o *self* espiritual, composto de suas faculdades psíquicas; e o ego puro, considerado o senso de “mesmidade”, a partir do qual existe o senso de continuidade da experiência consciente. Enquanto as três primeiras partes do *self* constituem o “mim”, que é conhecido, o ego puro constitui o “eu”, que conhece. Para James (1980 apud SANTOS; GOMES, 2010), o *self*, como conhecimento que alguém tem de si mesmo, implica uma dualidade entre “eu” e “mim”. Ressalta a dificuldade em estabelecer o que é “mim” e o que é “eu”, apontando que algum objeto ou característica pode, em um dado momento, fazer parte de qualquer uma das duas classificações. O conteúdo do *self* é flutuante, e em sua forma mais ampla, engloba tudo o que alguém poderia chamar de “meu”.

Combinando as ideias e influências acima citadas, Santos e Gomes (2010) trazem a definição de *self* dialógico de Hermans e colaboradores (1992) como “uma multiplicidade dinâmica de posições do ‘eu’ relativamente autônomas em uma paisagem imaginária” (p. 28). Elucidam que o ‘eu’ circula entre essas diversas posições, espacialmente situadas, e imaginativamente dotadas de “voz”, o que possibilita o diálogo entre elas. Cada “voz”, como um personagem, pode estabelecer narrativas sobre seu respectivo ‘mim’, e esse diálogo incessante e multifacetado constitui um *self* narrativamente estruturado e descentralizado (HERMANS, 2001).

Conforme Hermans (2002), para chegar a uma teoria desenvolvimentista do *self* dialógico, é necessário combinar continuidade e estabilidade com descontinuidade, mudança e inovação. As interações com outras pessoas significativas e outras formas de aprendizagem intelectual, emocional e motivacional têm o potencial de introduzir novas posições que podem reorganizar o repertório de posições, mas também estabilizam as existentes. Freire e Branco (2016) afirmam que a relação do “I” (eu) do *self*, no âmbito do *self* dialógico, é relacional e situacional. Destacam que quando o “I”

é contextualizado em um tempo e espaço específicos, existe a materialização de um *self* por meio de uma posição corporificada do “I” (HERMANS, 1992).

Na relação do sujeito com o contexto, constituem-se os vários *selves* que se estabelecem na e pela interação. Portanto, cada *self* está constituído de um “I”, que assume a qualidade de agente, e dos vários *selves* que venham a emergir e a desenvolver-se mediante o estabelecimento de relações significativas com o outro (ou outros) no contexto da experiência. Neste sentido, Freire e Branco (2016) destacam o caráter social do *self* dialógico, não enquanto na interação social concreta, mas frente à possibilidade de definir perspectivas alternativas de posicionamento em função de um outro social, que pode ser real ou fictício; outro social que estaria tanto fora do eu como dentro, como no caso do estabelecimento de diálogos entre diferentes posições do eu (*I-Positions*).

Com isto, a noção de “voz”, anteriormente citada, refere-se a uma unidade de significado, um símbolo, um ponto de vista, uma posição pessoal ou um personagem, um *self-position* específico (BAKHTIN, 1992; HERMANS, 1996b apud FREIRE; BRANCO, 2016). Hermans (2001a apud SANTOS; GOMES, 2010) salienta que o diálogo entre as posições é pontuado por relações de poder e dominação, ocasionando a existência de hierarquias momentâneas. As relações entre as posições podem inclusive tornar-se estereotipadas, com a exclusão de algumas delas do diálogo, caso o ‘eu’ não consiga circular entre elas. O monitoramento destas posições é o que leva ao surgimento da metaposição.

A metaposição também permite o vislumbre da direção da mudança dentro do *self*, bem como a avaliação da importância das posições dentro de uma perspectiva teleológica. Há uma separação do fluxo de experiências, o que posiciona o indivíduo na condição de autor que se enxerga como ator nas diversas situações de vida. O desenvolvimento de uma metaposição ocorre por meio do treino, da psicoterapia e de outras formas de autorreflexão na vida diária, que possibilitem uma reorganização do repertório de posições do *self*, visando a maior flexibilidade e movimentação do eu. A reorganização do repertório de posições pode ser facilitada pela inovação do *self*, pela construção de um espaço dialógico e pelo estabelecimento e fortalecimento de uma metaposição (SANTOS; GOMES, 2010).

Pensando o *self* dialógico como sistema dinâmico, que tem capacidade de se orientar em direção ao futuro e buscar uma continuidade de si, Mattos (2013) estabelece a correlação deste contexto com a perspectiva cultural do desenvolvimento, que assume a mediação semiótica como processo que permite aos seres humanos sintetizar novos sentidos. Sendo assim, o movimento que caracteriza o surgimento da novidade desenvolvimental, de tensão dinâmica entre as dimensões literais e imaginárias, é acompanhado por processos que ocorrem no campo do *self* dialógico.

Nesse sentido, insere-se a perspectiva semiótico-cultural, na qual as noções de *self* e cultura são consideradas como interdependentes, buscando compreender a pessoa como inserida nos sistemas culturais. Formulada por Valsiner (2002, 2004, 2008) e por Valsiner e Cabell (2012), aprofunda a compreensão dos processos de transformação que ocorrem no campo do *self* dialógico, tomando como referência o *self* a partir de sugestões e expectativas sociais, articuladas no campo da cultura coletiva para orientação dos indivíduos.

Valsiner (2007; 2014) sugere uma separação inclusiva entre indivíduo e contexto e considera a experiência humana como sendo mediada por signos, em um processo contínuo de renovação dos significados coletivos e sentidos pessoais. A mediação semiótica representa um processo que permite ao ser humano sintetizar e criar novos significados, tanto no domínio reflexivo como afetivo, através dos quais a pessoa pode simultaneamente distanciar-se e aproximar-se do ambiente, criando condições para a construção de um nível de experiência “psicológica” ou “subjéctiva”, na qual ações, pensamentos e sentimentos se autorregulam (GILLESPIE; ZITTOUN, 2010; VALSINER, 2007).

Conforme Valsiner (2012), a Psicologia Cultural se orienta para o estudo das funções psicológicas superiores, que representam as funções que implicam o uso da vontade humana, a construção intencional de significado. A Psicologia Cultural também inclui normas sociais, em seu papel de organizar a psique, e os relatos dados por seres humanos e de pessoas inventadas como, por exemplo, personagens fictícios, são tratados como fontes de dados igualmente valiosas. O termo Semiótica representa a ciência dos signos e seus usos. Segundo Valsiner (2012), foi construído a partir da integração filosófica e matemática das idéias de Charles Sanders Peirce. Por signo, Peirce entende um objeto que está para a mente (ou aos olhos) de alguém em lugar de

outra coisa (PEIRCE, 1978). Assim, os signos são constituídos pelas mentes dos sujeitos e, por sua vez, suas mentes operam através de signos. Conseqüentemente, signos são instrumentos cultivados para nossas relações conosco mesmos, mediante a ligação com os objetos no ambiente externo e que podem ser dinamicamente transformadores e transformáveis (VALSINER, 2012).

Percebe-se que a Psicologia Cultural de mediação semiótica é baseada no axioma da centralidade da pessoa que experimenta, onde a subjetividade humana se apresenta no âmbito da experimentação. Portanto, transcende a barreira entre o *self* e os outros, na medida em que, no tempo presente, a pessoa se dirige a alguns outros, que podem ser reais ou não reais, presentes ou não presentes, e por meio de tais construtos de referência social compreende a sua ação para o futuro (VALSINER, 2014). As experiências de vida no passado referenciam o modo através do qual a pessoa constrói um sentido do presente. Ao mesmo tempo, as imagens do futuro possível, do mais imediato ao mais distante, estimulam em direção ao sentido do presente. É o presente que afeta o futuro através da construção pessoal semiótica (VALSINER, 2012).

Considerando os aspectos elucidados, pode-se pensar acerca dos processos de transformação do *self* ao longo do tempo. Neste sentido, Valsiner (2006a apud MATTOS, 2013) destaca que o *self* se move através de rupturas (ZITTOUN, 2006a) e na direção da reorganização das relações binárias (MARKOVÁ, 2006). Com isto, não há um equilíbrio final sem alterações, considerando que a estabilidade é dinâmica e resulta do movimento constante entre as posições do 'eu' (*I-position*), perpassado por rupturas e pela emergência de novos fenômenos (MATTOS, 2013). Assim, o surgimento de uma nova *I-Position* pode envolver uma transformação qualitativa das relações entre as vozes que compõem o sistema do *self* ao longo do tempo. A manutenção do equilíbrio dinâmico também se faz necessária, resultando, portanto, na existência de uma tensão permanente na estrutura do *self* dialógico, entre a emergência de novas formas (mudança) ao longo do tempo (perspectiva temporal) e a manutenção das relações de dominação e subordinação no sistema do *self* (perspectiva espacial) (MATTOS, 2013).

Essa tensão também pode ser compreendida enquanto um processo de ambivalência, como um traço característico da condição humana e essencial para a consideração dos fenômenos psicológicos. Nesse sentido, situações de ambivalência

podem ser reformuladas em termos de uma organização sistêmica, onde alternativas e seus opostos são chamados à existência ao mesmo tempo. Por exemplo, na interação com outras pessoas, regras e a violação das regras são evocadas simultaneamente, possibilitando ao sistema criar, em uma única circunstância, a condição de funcionamento e a faixa aceitável de incerteza e ambigüidade que pode tolerar sem ser afetado (TATEO, 2018).

A tensão pode ser conceituada como uma força exercida no sistema, por uma pressão para adaptação que, tomando como referência teorias psicológicas que adotam esse pressuposto, possibilita apenas duas respostas ao sistema para (re) estabelecer um equilíbrio de ordem superior - adaptação ou ruptura - onde ambas promovem uma mudança nesse sistema, entendida em termos de continuidade ou descontinuidade da identidade do sistema (TATEO; MARSICO, 2013 apud TATEO, 2018). A tensão não é então considerada uma patologia de um sistema, mas sim um de seus elementos constitutivos de identidade, estabilidade e integridade. Esse princípio foi denominado tensegridade, uma contração para “integridade tensional”. Em situações dilemáticas, as oposições são catalisadas pelas condições específicas de organização mútua dos elementos que a pessoa está experimentando em sua orientação para o futuro. O modelo de tensegridade implica que a tensão nunca é resolvida, pois é uma característica estrutural do organismo (TATEO, 2018).

As tensões e ambivalências, deste modo, também fazem parte do processo de estruturação do *self*, compondo a sua estabilidade dinâmica. O desenvolvimento de um organismo pode então ser descrito como um ajuste em constante mudança entre o organismo e seu ambiente, passando por períodos relativamente estáveis e alternando com mudanças mais importantes, fruto de processos de rupturas mais intensos dentro do contexto de ajuste. Podem ser provenientes de fatores internos e externos, compreendidos também como pontos de bifurcação, a partir dos quais o organismo pode se desenvolver em uma ou outra direção (ZITTOUN, 2009).

Desenvolvendo esta ideia, Zittoun (2007) evidencia que, após uma ruptura, o sentido de continuidade do *self* é reelaborado através de um diálogo constante entre posicionamentos do ‘eu’ passados e futuros. Esse diálogo ocorre através de transições, que podem ser definidas como processos de mudança catalisada devido a uma ruptura, em prol de um novo ajuste sustentável entre a pessoa e seu ambiente atual (ZITTOUN,

2009). Pode-se dizer que as transições ao longo da vida envolvem três fluxos interdependentes de processos (Zittoun, 2004a apud ZITTOUN, 2007): 1) mudanças nas esferas sociais, materiais ou simbólicas de experiência da pessoa, uma vez que as transições implicam processos de reposicionamento, ou realocação da pessoa em seu âmbito social e campos simbólicos (Benson, 2001; Duveen, 2001), o que implica em transformações de identidades; 2) essa realocação pode demandar atividades sociais, formas cognitivas e especializadas de conhecimento e habilidades; 3) por meio dessas realocações, encontros com outras pessoas e aprendizado, a pessoa pode ser levada a se envolver na criação de significado, isto é, a conferir sentido ao que acontece com ela (Bruner, 1990, 1996). Esse processo de criação de significado compreende a narrativização da experiência e elaboração semiótica de seus prolongamentos emocionais e inconscientes (Zittoun, 2004 apud ZITTOUN, 2007).

Observa-se que a compreensão do *self* é considerada a partir de uma dimensão dialógica, composta por uma variedade de posições do eu, dotadas de autonomia, possibilitando a circulação entre as diversas posições e o diálogo entre as distintas vozes. Estas personificam o eu em suas versões, possibilitando o estabelecimento de narrativas e a construção de diálogos multifacetados na concepção de um *self* narrativamente estruturado e descentralizado (Hermans & col., 1992; Hermans, 2001; Santos & Gomes, 2010).

Neste movimento de compreensão do *self*, a noção de Campos Afetivo-Semióticos (CASS) torna-se relevante para o entendimento da dinâmica do *self* em movimento, uma vez que integra a emergência semiótica aos processos afetivos (VALSINER, 2012; MORENO; BRANCO, 2014). CASS são dispositivos semióticos, com uma qualidade afetiva, que organizam o sistema do *self* e possibilitam suas mudanças (VALSINER, 2012). São caracterizados por sediarem diferentes tensões que possibilitam a construção de novos significados na trajetória de desenvolvimento do *self*. A tensão proveniente entre os CASS estabelece o principal fator gerador da mudança e do desenvolvimento do sujeito ao longo do tempo (MORENO; BRANCO, 2014). CASS específicos são responsáveis pela organização dos sistemas de *self*, revelando as tensões e dinâmicas que emergem nas relações eu-outro em diferentes contextos (VALSINER, 2012).

Conforme Valsiner (2012), o uso dos CASS na compreensão dos processos de significação possibilita a análise das interações entre os aspectos intrapsicológicos e as sugestões culturais - a intersecção da cultura pessoal e da cultura coletiva no movimento dialógico do *self* (MORENO; BRANCO, 2014). Na compreensão da reorganização do sistema do *self*, é fundamental a consideração deste em constante movimento e dos processos regulatórios da experiência, apresentados pela mediação semiótica em situações de ruptura ou descontinuidade provocadas seja por eventos da vida, seja pela inserção da pessoa em novas esferas da experiência, ou ainda por rupturas autoprovocadas (MATTOS, 2013). Assim, entende-se que as pessoas se utilizam de recursos ou meios que possibilitem enfrentar processos de rupturas.

Esses recursos podem ser sociais, tomando como referência as redes de apoio que podem acessar em busca de suporte especializado ou relacional, ou mesmo o conhecimento social para determinar como agir com as pessoas em algumas situações. Podem ser cognitivos, representados por formas de perícia técnica, racional ou heurística e conhecimento prático ou formal e, por fim, podem ser simbólicos. Os recursos simbólicos são elementos culturais, criados pelas pessoas e carregados de significados, que se tornam recursos na medida em que são usados para agir no mundo, na relação consigo ou com outras pessoas. A maioria dos elementos usados como recursos simbólicos são de uma natureza semiótica ou tem um importante componente semiótico, tal como representações sociais, notícias, guias de viagem, ou textos religiosos. Representam a forma como as pessoas usam artefatos fictícios (livros, filmes, músicas, arte) para lidar com as tarefas desenvolvimentais (ZITTOUN; GILLESPIE, 2013).

O processo de movimentação e reconfiguração do *self* comumente é estudado em um contexto terapêutico, onde o *self* dialógico reconstrói o sentido de continuidade numa tentativa de superar situações de instabilidade, incerteza e ambivalência, provocadas por modificações ou rupturas no seu ambiente. Em uma perspectiva mais ampla, no âmbito dos processos de ruptura e transição que atuam dinamicamente na configuração e reconfiguração do sistema do *self*, algumas mudanças podem ser consideradas desenvolvimentais e trazer avanços para o ajustamento da pessoa ao ambiente em que está situada (MATTOS, 2013).

Neste sentido, mais uma vez as situações de psicoterapia são evidenciadas, quando a inovação emerge na forma de vozes que reconceitualizam posicionamentos passados e projetam o *self* na direção do futuro, possibilitando a construção de pontes de sentido entre vozes alternativas (BRINEGAR et al., 2006 apud MATTOS, 2013). Esse processo favorece a superação das ambivalências e oposições e possibilita uma nova síntese pessoal cultural, representando uma nova configuração do sistema do *self*. Porém, existem processos que não contribuem para uma reconfiguração do sistema do *self* e que não favorecem a mudança desenvolvimental. São estes processos que podem bloquear novas sínteses catalíticas, cristalizando o sistema do *self* em padrões repetitivos (RIBEIRO; GONÇALVES, 2011).

A partir dos aspectos apresentados, este trabalho se interessa em compreender as dinâmicas e movimentações do *self* de mulheres negras em situação de violência sexual. Neste contexto, questiona-se também os possíveis impactos que uma situação de violência sexual pode acarretar no processo de mudanças significativas no 'eu', considerando-se ainda experiências outras pautada na realidade de mulheres negras.

Capítulo 2. Contribuições feministas e decolonias em uma perspectiva interseccional

Abordar a condição da mulher negra e as movimentações do seu *self*, em uma perspectiva de assistência perante situações de violência sexual, implica a reflexão sobre os elementos que permeiam a condição de ser mulher negra na sociedade. Para tanto, é imprescindível considerar perspectivas teóricas que embasem a compreensão deste fenômeno, sendo aqui traçadas escolhas pela relevância do feminismo negro e decolonial e, sobretudo, a urgência do conceito da interseccionalidade, buscando a consideração de um saber contra-hegemônico e, assim, vislumbrando a emergência de parâmetros historicamente silenciados.

Os EUA constituem um dos principais berços no qual emergiram mulheres negras que movimentaram a constituição do feminismo negro. Dentre elas, destacam-se Michele Wallace, Patricia Hill Collins, bell hooks e outras que abordaram a dificuldade de atuação política das mulheres negras nos movimentos feminista e negro que já estavam organizados nos EUA nas décadas de 1960 e 1970. Na época, as mulheres negras foram pressionadas a aceitar uma posição secundária no movimento

negro já existente, uma vez que a luta por igualdade racial não tinha como bandeira o rompimento dos direitos estabelecidos no sistema patriarcal. Por outro lado, as mulheres negras tiveram suas experiências ignoradas também dentro do movimento de mulheres, em nome de uma homogeneização da vivência feminina. Tal situação ocorria, pois o movimento feminista homogeneizava as opressões e, assim, não considerava variáveis como raça, classe, orientação sexual, religião ou etnia e os modos específicos como interferiam nas mulheres (FERNANDES, 2016).

bell hooks teve importante atuação no movimento feminista norte-americano, denunciando a presença de práticas racistas que tinham origem no sistema patriarcal e escravocrata. Segundo suas pesquisas, boa parte das mulheres brancas envolvidas na luta abolicionista nos EUA, em meados do século XIX, teve como objetivo seus próprios ideais. Como exemplo, traz que a mulher branca não estabeleceu vínculos de solidariedade com a mulher negra escravizada nas situações de violência; ao contrário, o machismo e o racismo construíram uma relação de profunda ojeriza à mulher negra (FERNANDES, 2016).

Outro nome de grande relevância ao movimento feminista negro é o da afro-americana Patrícia Hill Collins, cujos pensamentos e contribuições desafiaram ideias hegemônicas da elite masculina branca, expressando uma consciência sobre a intersecção de raça e classe na estruturação de gênero. Tal contribuição constituiu-se em torno de cinco temas fundamentais que caracterizariam o ponto de vista feminista negro: 1) o legado de uma história de luta; 2) a natureza interligada de raça, gênero e classe; 3) o combate aos estereótipos ou imagens de controle; 4) a relevância da atuação das mulheres como mães, professoras e líderes comunitárias; e 5) a política sexual (BAIRROS, 1995).

Angela Davis, figura igualmente importante na luta pelos direitos às mulheres negras, evidencia também o caráter transformador não só do discurso, mas das atuações e movimentos impulsionados pelas mulheres negras. A autora elucidada, por exemplo, o quanto o conceito de empoderamento é pautado, sobretudo, pelas afro-americanas. Por quase um século as mulheres afro-americanas têm se organizado em grupos voltados a desenvolver coletivamente estratégias que iluminem o caminho rumo ao poder econômico e político para elas mesmas, bem como para a comunidade a qual pertenciam. Com isto, e considerando as demais contribuições aqui elucidadas,

Davis (2017, p. 17) traz a ideia, que também serve como norte neste trabalho, que congrega todas as “questões que devem ser incluídas na luta geral pelos direitos das mulheres, caso exista um compromisso sério com o empoderamento daquelas mulheres que têm sido historicamente submetidas à invisibilidade”.

Tal aspecto também está presente quando se pensa o contexto brasileiro. Neste âmbito, para além do movimento feminista, o movimento negro contribuiu para o surgimento do feminismo negro no Brasil, identificado como um espaço privilegiado de discussão e reivindicação sobre medidas eficazes contra a discriminação racial praticada no país. Contudo, Damasco et al. (2012) salientam as divergências relativas a duas questões: a posição secundária ocupada pela mulher dentro do movimento negro e a não inclusão do conceito de gênero nas discussões e nas ações promovidas pelo movimento negro.

Luiza Bairos, autora já citada, representa uma importante figura do contexto brasileiro. Militante do Movimento Negro, das luta das Mulheres Negras e um dos grandes nomes na luta contra o racismo e o sexismo, também pautava a importância do lugar ativo das mulheres negras neste processo. Em paralelo, Lélia Gonzalez (1984; 1991), pensadora feminista brasileira, já indicava o abismo que separava as feministas negras das brancas na década de 1980. Para ela, o fato de a mulher branca não viver a discriminação racial a impedia de compreender o quanto os preconceitos raciais afetam a perspectiva de gênero. Para Gonzalez (1984), o movimento feminista brasileiro estava organizado a partir de um modelo ocidental e judaico-cristão, que pouco considerava os dados étnicos e raciais da população brasileira e seu histórico escravocrata. Gonzalez (1984) questionou o caráter de dominação imposto à população negra, a qual habita a “lata de lixo da sociedade brasileira” e, conseqüentemente, a invisibilidade que acobertava as suas questões. Assim, afirmou que a invisibilização é acompanhada de uma domesticação e do ato de serem falados ao invés de terem voz acerca das suas próprias demandas, em um processo de “infantilização”, logo que o “infans” é aquele que não tem fala própria, criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos” (1984, p. 225).

Dentre as contribuições do feminismo negro, ocupa lugar privilegiado a incorporação da temática da saúde e dos direitos reprodutivos na agenda da luta anti-racista, e o reconhecimento das diferenças étnicas e raciais nessa temática. Somado a

isto, a luta pela inclusão do quesito cor, sobretudo nos sistemas de classificação da população, tem se constituído um desafio permanente e objeto da ação política das ativistas, conforme aborda Sueli Carneiro (2003). Filósofa, escritora e ativista antirracista do movimento social negro brasileiro, Carneiro (2011) traz que “enegrecer o movimento feminista brasileiro” significou demarcar e instituir no movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração das políticas demográficas e na caracterização da agressão contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial. Para tanto, conta como fator determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina não branca do país, na incorporação de doenças étnico-raciais ou de maior incidência sobre a população negra, fundamental para a formulação de políticas públicas na área de saúde.

As contribuições trazidas pelo feminismo negro demarcam a busca pela desconstrução de um saber eurocentrado e tido como hegemônico, reflexo de uma série de processos históricos, políticos, econômicos e culturais propagados pelo fenômeno da colonização dos povos e, assim, também de seus papéis, saberes e identidades. Lélia Gonzalez compreende uma das representantes da crítica a esta perspectiva e das reflexões acerca das diferentes trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado, destacando as histórias das mulheres negras e indígenas, no Brasil, na América Latina e no Caribe. O seu pensamento inaugura também a proposição da descolonização do saber e da produção de conhecimento, uma vez que potencializa a construção e propagação da reinvenção de definições, delimitando novos lugares sociais e possibilidades de posicionamento, pautando avanços na perspectiva de autodefinição.

Considerando a proposição de descolonização do saber e da produção do conhecimento, torna-se relevante pensar no seu oposto, nos processos de colonização e nos impactos propostos pelo ideal colonialista. Neste contexto, Aníbal Quijano (1992), um dos principais autores que contribuem para a concepção do termo colonialismo, afirma que na relação entre colonizadores e colonizados foi estabelecida uma relação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os povos conquistados de todos os continentes, dominação que denomina como colonialismo. Com isto, reconhece a estrutura colonial de poder enquanto produtora das discriminações sociais que, posteriormente, foram codificadas como raciais, éticas, antropológicas ou nacionais,

segundo os momentos, agentes e populações implicadas. Elucida que estas construções intersubjetivas, produtos da dominação colonial, foram assumidas como categorias de pretensão científica e objetiva, de significação a-histórica, configurando assim fenômenos considerados naturais e não advindos de uma estrutura de poder.

Quijano (1992) destaca a complexidade deste fenômeno, localizando a profundidade dos impactos do colonialismo nos sujeitos. Afirma que a relação entre a cultura europeia (ocidental) e as demais permanece em uma relação de dominação colonial, não apenas de uma subordinação das outras culturas em relação à europeia, mas numa relação externa. Consiste assim em uma colonização do imaginário dos dominados, atuando na interioridade desse imaginário, recaindo nas formas de conhecer, de produzir conhecimento, perspectivas, imagens, símbolos, modos de significação, bem como sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizados e objetificados. Seguiu-se à imposição do uso de padrões de expressão próprios dos dominantes, que serviram não só para impedir a produção cultural dos dominados, mas também como meios eficazes de controle social e cultural, principalmente quando a repressão imediata deixou de ser constante e sistemática (QUIJANO, 1992; 2005).

Consonante a esta perspectiva, María Lugones (2014) aborda a colonialidade seguindo a análise de Quijano acerca do sistema de poder capitalista do mundo, em termos da “colonialidade do poder” e da modernidade, considerando que esta análise fornece uma compreensão histórica da inseparabilidade da racialização e da exploração capitalista como constitutiva do sistema de poder que se ancorou na colonização das Américas. Com isto, a autora apresenta o conceito da colonialidade do gênero, criticando a própria compreensão de gênero vista só em termos de acesso sexual às mulheres, buscando nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o colonizado menos que seres humanos (LUGONES, 2014).

A autora pontua que a colonialidade do gênero permite a compreensão da opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser

vivo, histórico e plenamente caracterizado. Afirma que a transcendência da diferença colonial só pode ser feita a partir de uma perspectiva de subalternidade, de decolonização e, portanto, a partir de um novo terreno epistemológico onde o pensamento de fronteira é exercido. A partir disto, chama a análise da opressão de gênero racializada capitalista de “colonialidade do gênero” e a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de “feminismo decolonial” (LUGONES, 2014, p. 941).

Dentro da premissa de um feminismo decolonial, Lugones (2014) convida ao olhar direcionado não apenas no processo exitoso do capitalismo em apagar povos, relações, saberes e economias, mas sim neste processo sendo continuamente resistido e resistindo até os dias de hoje. Convida ao olhar para o colonizado não como simplesmente imaginado e construído pelo colonizador, mas como um ser que começa a habitar um “lócus fraturado”, que, por estar em tensão, o próprio conflito informa ativamente a subjetividade do colonizado (LUGONES, 2014). Desta forma, a autora demarca a existência do “giro decolonial”, expressão cunhada por Maldonado Torres (2003 apud LUGONES, 2014), que representa um começo em prol desta mudança de concepção, na perspectiva de desenvolvimento de um feminismo que possa contemplar outras realidades.

A revisitação de algumas das importantes contribuições do feminismo negro, considerando elementos do panorama afro-americano e brasileiro, relacionadas as premissas advindas do giro decolonial e da concepção de um feminismo que possa ir de encontro a colonialidade do poder, possibilita ancorar este trabalho na compreensão das demandas das mulheres negras em outro âmbito, priorizando as suas experiências e construções de saberes sobre si como ponto de partida para desdobramentos de enfrentamento da atual realidade.

Resgatando aspectos já abordados, especialmente no que diz respeito a busca dos movimentos sociais da mulher negra pela validação das pautas que abordavam as suas demandas, surge também o conceito de interseccionalidade. Proposto pela advogada feminista negra, Kimberlé Crenshaw (1991), em um artigo onde procurava dar conta das violências específicas sofridas por mulheres negras, este conceito foi ganhando dimensão a partir das discussões preparatórias à III Conferência Mundial contra o

Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e as Formas de Intolerâncias Correlatas da ONU, ocorrido na África do Sul, em 2001. Segundo Crenshaw (2002, p. 177):

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou com dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Cecília Sardenberg (2015), antropóloga, professora e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que também se dedica aos estudos de gênero, ao lançar reflexões sobre o conceito com relação aos determinantes de gênero na dinâmica das relações sociais traz que, nas sociedades contemporâneas, o capitalismo, sexismo, racismo, etarismo, e lesbo/homofobia, dentre outras matrizes de opressão não agem independentemente. Ao contrário, estão imbricadas ou em “simbiose” (SAFFIOTI, 1992), constituindo-se como matrizes de opressão que se entrelaçam e se reforçam (COLLINS, 1989), forjando sistemas de estratificação e opressão interseccionados (CRENSHAW, 1991). A autora afirma que esses elementos se intersectam e recortam uns aos outros, modificando, mutuamente, uns aos outros. Isso implica dizer que as respectivas categorias de gênero, raça, classe e outras categorias sociais similares não são categorias autônomas.

Carla Akotirene, assistente social, pesquisadora da UFBA e importante estudiosa da temática, em seu livro “O que é interseccionalidade? (2018)” afirma que o conceito visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, produtores de avenidas identitárias onde as mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, os quais considera modernos aparatos coloniais. Neste sentido, a interseccionalidade constituiu-se em ferramenta teórico-metodológica fundamental, sobretudo para ativistas e teóricas feministas comprometidas com análises que desvelam os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais.

Soma-se a isto a reflexão de Akotirene (2018) ao questionar a apropriação intelectual das produções de mulheres negras diante das “branquitudes acadêmicas”, afirmando que, dentre estas práticas, costumam usar a interseccionalidade como correspondente às minorias políticas ou a diversidade, chegando a questionar a agência da mulher negra, congelando-a no lugar de vítima, que só pode recorrer à posição de paralisar-se diante dos efeitos da colonização.

Entende-se a importância da compreensão dos diferentes âmbitos de ser mulher negra, tanto visando o entendimento e reconhecimento das distintas opressões vivenciadas, bem como o caráter multifacetado e complexo das suas identidades e experiências. Neste bojo, se faz presente o conceito da interseccionalidade enquanto um dos caminhos necessários à reflexão, tendo em vista a leitura do fenômeno da violência sexual que incide sobre a mulher negra e os distintos atravessamentos que perpassam a constituição do seu *self*, de caráter dialógico, que se entrelaça com diversas categorias.

Assim, adota-se a interseccionalidade como um aporte teórico e metodológico, em consonância com os avanços e contribuições conquistadas pelas mulheres no campo nos movimentos sociais e movimentos feministas negros, bem como dentro de uma perspectiva de decolonização do saber e diluição das diferenças coloniais, em prol da emancipação de sentidos sobre si, identidades, saberes e produções contra-hegemônicas.

Parte-se da premissa de que este aporte teórico torna-se indispensável no processo de análise das distintas posições do *self* de mulheres negras, seus recursos semióticos e trajetórias desenvolvimentais, como também do fenômeno da violência sexual, enquanto resultado de um contexto de violência estrutural que engloba as nuances de gênero, raça e classe.

Capítulo 3. Percorso metodológico

3.1 Delineamento da pesquisa

Essa pesquisa caracteriza-se por ser um estudo qualitativo com método idiográfico. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, se debruçando em realidades que não podem ser quantificadas. Assim,

“trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (2001, p. 21-22). Neste sentido, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratada por meio da história, do universo e dos significados dos atores sociais (MINAYO, 2013; 2015).

As metodologias de pesquisa qualitativas são entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerente aos atos, às relações e às estruturas sociais, que representam construções humanas significativas. Neste contexto, é evidenciado o caráter dialético da pesquisa qualitativa, o qual abarca as representações sociais que constituem as vivências das relações objetivas pelos atores sociais, que lhe atribuem significados (MINAYO, 2004).

O método idiográfico, postulado por Salvatore e Valsiner (2020; 2012), está associado à ciência idiográfica (MOLENAAR, 2004; MOLENAAR; VALSINER, 2005; 2012). Conforme Valsiner (2012, p. 472):

A ciência idiográfica constrói generalizações com base na evidência de casos sistêmicos individuais, e aplica este conhecimento generalizado a casos individuais novos – e sempre únicos. Ela põe em prática a ideia filosófica segundo a qual o geral existe no particular, e vice versa.

Através do cenário apresentado pelo levantamento bibliográfico e referencial teórico, foi possível perceber que este método é utilizado de forma significativa em estudos que trabalham com a perspectiva da Teoria do *Self* Dialógico. Moreno e Branco (2014) afirmam que o método idiográfico permite potencializar o valor da metodologia qualitativa, baseado na premissa de que todo fenômeno estudado é único e que as relações presentes no fenômeno são complexas e emergem em um tempo irreversível. Em consonância com os aspectos evidenciados, destaca-se a importância do método qualitativo e idiográfico em um projeto de pesquisa ancorado em referenciais teóricos feministas, em uma perspectiva decolonial e interseccional, que versa sobre a realidade de mulheres negras em situação de violência sexual a partir das suas narrativas sobre si mesmas e dos processos pelos quais passaram em seus processos desenvolvimentais.

Considerando este contexto, foi usado o estudo de caso enquanto estratégia metodológica. Conforme Yin (2001) o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, como, por exemplo, os ciclos de vida individuais, contribuindo para a compreensão dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos de forma aprofundada. Representa uma estratégia comum de pesquisa na Psicologia, na Sociologia, na Ciência Política, na Administração, no trabalho social e no planejamento (YIN, 1983). Mais especificamente, serão utilizados os estudos de casos múltiplos, que compreendem a análise de mais de um caso, visando um melhor entendimento do objeto a ser estudado. Segundo Teixeira (2020), o pesquisador que utiliza esta estratégia de pesquisa não procura casos representativos de uma população para generalizar os resultados, mas sim busca, a partir de um conjunto particular de resultados, gerar proposições que possam ser aplicáveis a outros contextos.

3.2 Campo e participantes da pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada em um serviço de de saúde, referência no atendimento à mulheres em situação de violência sexual, em Salvador/Bahia. Como já explicitado, são poucos os serviços em atendimento especializado à situações de violência sexual em Salvador, sendo, para este estudo, selecionado o Serviço de Acolhimento às Mulheres em Situação de Violência Sexual, único em Salvador que atende especificamente mulheres em situação de violência sexual e local onde a pesquisadora atuou enquanto integrante da equipe multiprofissional, exercendo a função de psicóloga.

O Serviço foi instituído em Janeiro de 2017, e compõe uma unidade hospitalar de Salvador/Bahia. Realiza atendimento em saúde para adolescentes a partir dos 12 anos de idade e adultas em uma perspectiva integral, com funcionamento 24 horas, contando com assistência em urgência quando da chegada da mulher, pela primeira vez, diante de situação de violência sexual, bem como seguimento do acompanhamento a nível ambulatorial, em caráter multiprofissional, com duração mínima de seis meses. A assistência é composta por atendimentos com enfermagem, ginecologista, infectologista, farmacêutica, advogada, psicóloga e assistente social, sendo realizadas profilaxias de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), contracepção de emergência, acompanhamento ginecológico, infectológico e

psicossocial ambulatorial, orientação jurídica e farmacêutica, bem como o aborto legal definido no Código Penal em caso de gestação em decorrência da violência, até a 12ª semana, caso seja manifestado o desejo da mulher.

A pesquisa realizou uma análise das usuárias do Serviço, a partir de duas óticas. Em um primeiro momento, por meio do delineamento quantitativo-documental descritivo, foram coletados e analisados os dados de todas as 516 usuárias que buscaram o Serviço de Saúde Especializado em Violência Sexual de março a dezembro dos anos de 2019, 2020 e 2021, relativos as características das usuárias e das situações de violência sexual sofridas.

Em um segundo momento, foram estabelecidos outros critérios para a seleção e análise de casos em profundidade de algumas das usuárias do Serviço, sendo estes o de serem mulheres adultas (a partir dos 18 anos), autodeclaradas como negras (pretas e pardas), que passaram por situação de violência sexual, que residem em Salvador e foram atendidas no Serviço durante, no mínimo, seis meses de acompanhamento multiprofissional e estavam em acompanhamento psicológico no momento, a partir da concordância das mesmas em participar e da autorização institucional. Para tanto, foram realizados convites diretos a estas mulheres e, ao total, sete usuárias aceitaram participar desta etapa da construção de dados, levando em consideração tanto a amostra por conveniência, bem como a saturação de dados e informações para análise.

Deste modo, levou-se em consideração a importância de ouvir mulheres negras no sentido de compreender, a partir destas, suas próprias experiências e vivências. As principais características das participantes encontram-se dispostas na tabela 1. Foram utilizados nomes fictícios para preservação do sigilo.

Quadro 1. Identificação das participantes da pesquisa.

	Nome fictício	Idade	Raça/cor	Estado civil	Religião	Escolaridade	Renda estimada	Ocupação	Núm. de filhos	Tempo de atend. no Serviço
1	Girassol	28	Preta	Solteira	Candomblé	Ensino méd. completo	1 salário mínimo	Auxiliar adm.	2	1 anos e 8 meses
2	Íris	29	Preta	Divorc.	Evangélica	Ensino sup. completo	1 salário mínimo e meio	Nutricionista e vendedora	2	7 meses
3	Lótus	36	Preta	Solteira	Test. de	Ensino méd.	1 salário	Auxiliar de	0	2 anos

4	Lavanda	38	Preta	Solteira	Jeová Espírita	completo Ensino méd. completo	mínimo > 1 salário mínimo	caixa Vendedora	0	8 meses
5	Lírio	46	Preta	Casada	Evangélica	Ensino sup. completo	> 1 salário mínimo	Professora de banca	3	1 ano e 10 meses
6	Rosa	48	Preta	Solteira	Batista	Ensino méd. completo	1 salário mínimo	Serviços gerais	1	2 anos
7	Tulipa	49	Preta	Divorc.	Católica	Ensino méd. completo	> 1 salário mínimo	Desempregada	2	2 anos

Fonte: Elaborada pela autora.

3.3 Relação da pesquisadora com o campo e participantes

Iniciei minha atuação enquanto psicóloga no Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual desde a sua inauguração. O formato e atuação deste Serviço foi construída a várias mãos, contando com a participação da equipe técnica e gestão, com o objetivo de ser um serviço de referência no estado da Bahia para o atendimento de mulheres que passaram por situação de violência sexual.

Nos primeiros anos de funcionamento, a minha posição e função enquanto psicóloga e, indissociavelmente, mulher parda, foi sendo atravessada por diversas histórias desafiadoras das mulheres que eram atendidas e acolhidas neste Serviço. Neste percurso, o lugar da pesquisadora também foi sendo construído, diante de tantas inquietações, angústias, impotências e entraves observados e vivenciados no processo de oferta de um atendimento qualificado a este público, ao mesmo tempo que despontavam as potências e possibilidades de existência produzidas e acessadas por estas mulheres. Dinâmicas institucionais e estruturais foram ganhando proporção e se tornando cada vez mais evidente a necessidade em serem pautadas análises de gênero alicerçadas à raça e classe, como, de fato, aspectos indissociáveis nos manejos dentro deste contexto.

É neste cenário que surge o problema de pesquisa que norteia essa dissertação, fruto de vivências e trocas com a equipe do Serviço e, sobretudo, do contato com estas mulheres e suas histórias na co-construção do seu processo de cuidado psicológico. Assim, o tema de pesquisa foi se delineando a partir do universo

empírico acessado pela pesquisadora, possibilitando a correlação entre experiências de vida e experiências profissionais, movimento já observado em outras produções de conhecimento científico (Figueiredo, 2020).

Neste sentido, também foi feita a escolha por ser realizada a pesquisa de campo neste espaço e com estas mulheres, como forma de dar um direcionamento a estes aspectos mobilizadores e fazer uso de abordagens e temas que façam sentido dentro do cotidiano de uma comunidade. Desta maneira, buscando melhor conhecer para intervir no fenômeno, e alicerçar uma pesquisa empírica respaldada no vínculo, cuidado e respeito através de uma perspectiva metodológica ético-política e de relações mais horizontais nas práticas de pesquisa.

3.4 Instrumentos para construção dos dados

Para a análise quantitativo-documental descritiva, foi utilizado um instrumento já existente no Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual preenchido através perguntas diretas às mulheres adultas e adolescentes, acompanhadas dos responsáveis, no momento da chegada pela primeira ao serviço e também processualmente, ao longo dos acompanhamentos multidisciplinares. Este instrumento consiste em tabelas onde são registrados os dados sociodemográficos das pacientes e características das violências ocorridas.

Os dados foram organizados em planilhas do *Excel* e distribuídos em 15 categorias de análise. Sete categorias visam a descrição do perfil sociodemográfico das usuárias atendidas (idade, localidade, raça/cor, escolaridade, ocupação, número de filhos e religião), e oito categorias caracterizam as ocorrências da situação de violência sexual (local e município da ocorrência, agressor, registro de boletim de ocorrência, tipificação, gestação em decorrência da violência sexual, idade gestacional e encaminhamento da gestação em decorrência da violência sexual).

Os dados foram submetidos a uma análise descritiva, a partir da identificação de frequências e da associação de determinadas variáveis, conforme os objetivos do estudo. Para verificar se houve diferença significativa na distribuição de frequências das variáveis antes e durante a pandemia de COVID-19, foi realizado o Teste Qui-Quadrado de Aderência. Ao total, foram coletados e analisados os dados de todas as

516 usuárias que buscaram o Serviço de Saúde Especializado em Violência Sexual de março a dezembro dos anos de 2019, 2020 e 2021.

Para a análise qualitativa, foi utilizada a pesquisa narrativa enquanto instrumento para a realização do estudo. Segundo Creswell (2007), a pesquisa narrativa compreende uma forma de investigação na qual o pesquisador estuda a vida das pessoas e pede a uma ou mais pessoas para contar histórias sobre sua vida. No final, a narrativa combina visões da vida do participante com as visões da vida do pesquisador em uma narrativa colaborativa (CRESWELL, 2007).

Sahagoff (2015) elucida que, no trabalho com a metodologia pesquisa narrativa, alguns termos precisam ser destacados, como, por exemplo, o pessoal e social para tratar da interação; o passado, presente e futuro para desenvolver a noção de continuidade e lugar para marcar a situação (SAHAGOFF, 2015). Para atingir este propósito, esta pesquisa tem adotado como método de coleta de dados a entrevista narrativa. Segundo Jovchelovitch e Gaskell (2010), a entrevista narrativa estimula quem vai ser entrevistado a narrar episódios importantes da sua vida, configurando-se esse ato de contar/narrar e escutar histórias em um método para atingir seus objetivos. Neste processo, a narrativa é incitada por questões específicas trazidas pelo pesquisador, a partir do momento em que o narrador começa a contar sua história, conservando ele próprio a fluência da narrativa.

Para além da entrevista narrativa, a coleta de dados foi realizada por meio do preenchimento de uma ficha com os dados sociodemográficos das participantes e das informações dos atendimentos a elas ofertados. Esta ficha foi preenchida a partir das informações presentes nos prontuários eletrônicos das mulheres no Serviço.

No processo de realização das entrevistas, foi realizado o convite para a participação na pesquisa com as usuárias do Serviço cujo perfil compreendia os critérios de inclusão. As mulheres que mostraram interesse em participar foram apresentadas à proposta da pesquisa, sendo agendados encontros individuais com cada participante, em sala do próprio Serviço. Em seguida, conforme consentimento das mesmas e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram marcados outros encontros individuais, nos quais foram realizadas as entrevistas narrativas, também no Serviço. Os conteúdos das entrevistas englobaram temáticas

levantadas pela pesquisadora e geradas por meio de conversas de aproximação com as participantes.

Importante destacar que, em casos onde não fosse possível a participação presencial no processo de construção de dados, considerando o contexto da pandemia pelo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19), existiu a possibilidade dos contatos e encontros acontecerem em ambiente virtual, via plataforma do Google Meet, a partir de acordo prévio com as participantes.

3.5 Análise de dados

Optou-se pela análise de narrativas baseada na proposta de Lieblich, Tuval-Mashiach e Zilber (1998). Conforme os autores, as pessoas são contadoras de histórias por natureza, sendo as histórias contadas uma fonte de coerência e continuidade da experiência de alguém. Assim, defendem a posição teórica de que as narrativas possibilitam o acesso ao “mundo interior” dos sujeitos, possibilitando o contato com suas identidades e personalidades. Fazem uso das contribuições de autores que defendem a importância das narrativas, como Bruner (1991; 1996), Gergen (1994b), Hermans, Harry e Kempen (1993), entre outros, ao defender que narrativas, em ambas as facetas de conteúdo e forma, representam as identidades das pessoas, apresentando uma realidade interior para o mundo exterior e, ao mesmo tempo, moldam e constroem a personalidade e a realidade do narrador.

Para Lieblich, Tuval-Mashiach e Zilber (1998) a abordagem narrativa defende o pluralismo, relativismo e a subjetividade, sem desconsiderar a responsabilidade dos pesquisadores em fornecer uma justificativa sistemática e coerente para sua escolha de métodos e a nítida exposição dos processos selecionados que produziram seus resultados.

As histórias de vida são subjetivas, assim como o *self* ou identidade, contendo uma "verdade narrativa" (SPENCE, 1982; 1986 apud LIEBLICH; TURVAL-MASHIACH; ZILBER, 1998), que, quando bem compreendida, pode fornecer aos pesquisadores caminhos para conhecer a identidade e, tanto em seu núcleo “real” ou “histórico”, uma construção narrativa. Neste sentido, trabalhar com material narrativo requer escuta dialógica (Bakhtin; 1981) a, ao menos, três vozes: a voz do narrador, representada pela fita ou o texto; o referencial teórico, que fornece os conceitos e

ferramentas para interpretação; e um monitoramento reflexivo do ato de ler e interpretação, isto é, autoconsciência do processo de decisão de tirar conclusões do material (LIEBLICH; TURVAL-MASHIACH; ZILBER, 1998).

No contexto da análise narrativa, foi escolhida a proposta categorial-conteúdo apresentada pelos autores, adotada quando existe o interesse em um problema ou fenômeno compartilhado por um grupo de pessoas. Ela perpassa a apreensão inicial de todo conteúdo proveniente da coleta de dados, para, em seguida, serem selecionados subtópicos, com base em uma pergunta de pesquisa ou hipótese, onde todas as seções relevantes são marcadas e montadas para formar um novo arquivo ou subtópico, que pode ser visto como o universo do conteúdo da área estudada.

A partir deste processo, são definidas as categorias de conteúdo, que podem ser representadas por temas ou perspectivas que atravessam o subtópico selecionado e fornecem um meio de classificar suas unidades, sejam palavras, sentenças ou grupos de frases. Esse material passa por um processo de classificação de categorias para a formulação de conclusões a partir dos resultados obtidos, de modo que os conteúdos coletados em cada categoria podem ser usados descritivamente para formar uma imagem do universo do conteúdo em certos grupos de pessoas ou culturas (LIEBLICH; TURVAL-MASHIACH; ZILBER, 1998).

3.6 Estruturação dos resultados e discussão

A construção dos resultados e discussão da dissertação foi realizada no formato de artigos científicos, de modo que cada objetivo da pesquisa pudesse ser contemplado mais especificamente em cada uma destas produções. Importante destacar a preocupação para que, cada um dos artigos, se mantivesse coeso com o objetivo geral e dialogando entre si.

Tal escolha foi motivada pela possibilidade de maior veiculação e acessibilidade das informações pelo formato de artigo científico, como apontado por algumas pesquisas, ainda que sendo reconhecidos os limites também oriundos desta forma de produção e organização do conhecimento (MUTTI; KLUBER, 2022).

Foi observado, através do repositório de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFBA) que essa prática tem ganhado maior

desenvolvimento nos últimos anos. Neste sentido, foi também feito o investimento para que as reflexões acerca dos impactos da violência sexual e especificidades associadas às mulheres negras ganhassem cada vez mais visibilidade, considerando que o público que colaborou participando da construção desta dissertação e os seus conhecimentos, experiências de vida, estratégias de enfrentamento e possibilidades de transformações pudessem alcançar espaços, comunidades e sujeitos, encorpando um processo de produção de conhecimento contra-hegemônico.

O primeiro artigo, “Perfil das usuárias de um serviço de saúde especializado em violência sexual antes e durante a pandemia de COVID-19” surgiu como possibilidade de contemplar o primeiro objetivo específico, de descrever o perfil de mulheres que aderem ao acompanhamento multiprofissional em decorrência de uma situação de violência sexual. No processo de levantamento de dados, que ocorreu junto a participação na disciplina “Redação de artigos científicos”, do Programa de Pós-graduação em Psicologia, foram identificadas possíveis influências da pandemia de COVID-19 sobre a características do público atendido pelo Serviço, momento em que ventilou-se a incorporação desta variável no estudo e a construção de uma pesquisa qualitativa e quantitativa como forma de melhor analisar este cenário.

Para o segundo artigo, “Violência sexual por parceiro íntimo e o self sob uma ótica interseccional: estudo de caso”, que contemplou primordialmente o segundo e terceiro objetivos específicos - analisar as narrativas de mulheres negras em situação de violência sexual considerando as posições do seu *self* e perceber quais os reposicionamentos e os atravessamentos interseccionais que perpassam este *self* antes e após a situação de violência - foi feita a escolha por trabalhar com uma entrevista em profundidade, realizada com uma das participantes do estudo, em dois momentos distintos. Neste percurso, realizar uma análise do *self* que dialogasse com o conceito de interseccionalidade para a identificação de Campos Afetivo-Semióticos possibilitou um mergulho nas camadas da violência e seus impactos no desenvolvimento do *self*, bem como nas possibilidades de reorganização das mulheres negras em suas trajetórias, para além das violências.

O último artigo “Encruzilhadas na assistência a mulheres negras em situação de violência sexual”, foi elaborado a partir, principalmente, do último objetivo específico,

visando observar quais as estratégias e recursos acessados por mulheres negras em situação de violência sexual, atendidas por serviço especializado, e como estes podem se associar ao processo de enfrentamento da violência e nas concepções de si mesmas. Buscou contemplar a diversidade e riqueza de informações trazidas pelas entrevistas realizadas com todas as participantes, respeitando o recorte teórico e metodológico do estudo, uma vez que, diante da multiplicidade de importantes temáticas trazidas pelas entrevistadas, poderia abarcar uma série de outros aspectos.

Neste sentido, no último produto dos resultados, foram construídas categorias de conteúdos visando identificar as distintas expressões de violência que acometeram estas mulheres e os impactos no desenvolvimento do *self* em suas trajetórias de vida, englobando os desafios vivenciados após essas situações e possibilidades de modificações deste *self* em uma perspectiva de enfrentamento.

Através da maneira como foram apresentados os resultados, foi possível serem evidenciadas as diferentes nuances da violência sexual de um público que conseguiu acessar um dispositivo de assistência em saúde, e demarcar a necessidade de uma análise do fenômeno de forma interseccional, partindo da caracterização deste público, análise em profundidade das nuances da violência em relação ao *self* e apontando desafios e possibilidades de reorganização das trajetórias de vida, apesar da violência e suas repercussões.

3.7 Questões éticas

Esta dissertação foi constituída considerando as determinações da Resolução N° 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde e realizada após Anuência Institucional do Serviço e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia, no dia 10 de Abril de 2021 (CAAE 44549621.8.0000.5686) e do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB, no dia 02 de Setembro de 2021 (CAAE 44549621.8.3001.0052).

A participação das mulheres foi voluntária, sendo garantido o anonimato das entrevistadas e previamente ressaltado que o processo de pesquisa poderia ser interrompido a qualquer momento, caso a participante não se sentisse confortável com

a situação. Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e cumpridos todos os itens deste documento, conforme o consentimento das mesmas para participação na pesquisa. Tendo em vista o planejamento de execução do trabalho a partir do contato com as histórias das participantes através de suas narrativas, é importante salientar que este projeto de pesquisa foi passível de apresentar riscos associados à possibilidade de, no processo de investigação, serem tratados conteúdos que influenciassem na condição emocional das entrevistadas. Com isto, vale destacar que foi mantido o respeito ao ritmo e condições das mesmas neste processo e que o Serviço dispunha de um serviço de acompanhamento psicológico para estas mulheres.

Capítulo 4. Perfil das usuárias de um serviço de saúde especializado em violência sexual antes e durante a pandemia de COVID-19

Perfil das usuárias de um serviço de saúde especializado em violência sexual antes e durante a pandemia de COVID-19 ¹

Mariana de Oliveira Pinheiro

Vania Bustamante

¹ Artigo científico submetido à Physis Revista de Saúde Coletiva, seguindo a formatação exigida pelo manuscrito, aguardando parecer.

RESUMO

Este estudo quantitativo-documental comparou o perfil sociodemográfico de usuárias de um Serviço de Saúde Especializado em Violência Sexual e as características da violência sexual antes e durante a pandemia de COVID-19. Foram analisadas informações de 516 usuárias que procuraram o serviço nos meses de março a dezembro de 2019 (n= 237), 2020 (n= 135) e 2021 (n= 144). As informações foram reunidas em bancos de dados, organizadas em categorias e analisadas por meio de estatística descritiva. Houve redução da violência sexual em espaços públicos (antes: 30%; durante 17,9%), praticada por desconhecidos (antes: 47,7%; durante: 32,6%) e aumento das agressões por conhecidos (antes: 25,3%; durante: 34,8%). O perfil sociodemográfico manteve-se inalterado nos períodos comparados. Os resultados demonstram as especificidades das usuárias de um serviço de saúde especializado, representadas por mulheres pardas (antes: 46,4%; durante: 36,6%) e pretas (antes: 35%; durante: 44,4%), com ensino fundamental incompleto (antes: 33,9%; durante: 40,9%) e desempregados (antes: 70,5%; durante: 64,5%). Os resultados mostram a importância da qualificação da rede de atenção e enfrentamento da violência sexual e da consideração dos determinantes sociais em saúde, visando mudanças nas desigualdades sociais relacionadas à violência sexual para além dos impactos gerados pela pandemia.

Palavras-chave: violência sexual, Covid-19, saúde, interseccionalidade.

ABSTRACT

This documentary-quantitative study compared the sociodemographic profile of users of a Health Service Specialized in Sexual Violence and characteristics of sexual violence before and during the COVID-19 pandemic. Information from 516 users who sought the service from March to December 2019 (n= 237), 2020 (n= 135) and 2021 (n= 144) were analyzed. The information was gathered in databases, organized into categories and analyzed using descriptive statistics. There was a reduction in sexual violence in public spaces (before: 30%; during 17.9%), practiced by unknown people (before: 47.7%; during: 32.6%) and an increase in aggression by known people (before: 25.3%; during: 34.8%). The sociodemographic profile remained unchanged in the periods compared. The results demonstrate the specificities of users in a specialized health service, represented by brown women (before: 46.4%; during: 36.6%) and black women (before: 35%; during: 44.4%), with incomplete elementary school (before: 33.9%; during: 40.9%) and unemployed (before: 70.5%; during: 64.5%). The results show the importance of qualifying the network of care and coping with sexual violence and the consideration of social determinants in health, aiming at changes regarding social inequalities related to sexual violence beyond the impacts generated by the pandemic.

Keywords: sexual violence, Covid-19, health, intersectionality.

Introdução

A violência contra as mulheres compreende um significativo agravamento, diretamente associado aos aspectos históricos, sociais e culturais que perpassam a forma de organização das sociedades, as relações de poder e gênero. Relacionada ao conceito de violência de gênero, a violência contra as mulheres está permeada por símbolos culturais evocadores de representações sociais, conceitos normativos, organizações e instituições sociais e uma gramática sexual, de modo a regular as relações entre os diversos gêneros (SAFIOTTI, 2015). Tal violência compreende um fenômeno historicamente estruturado, a partir da forma como as relações e dinâmicas de funcionamento da sociedade se desenvolvem. Assim, é gerada e potencializada também pelas desigualdades sociais, havendo uma sobreposição entre os sistemas de dominação/exploração de classe, gênero e etnia (BRASIL, 2003) e que expõem determinadas mulheres mais às violências do que outras.

Os primeiros estudos sobre a violência contra as mulheres identificavam a sua ocorrência em todas as classes sociais. Porém, atualmente, constata-se que há um agravamento deste tipo de violência quando a mulher é negra, “pelo racismo que gera outras violências adicionais” (BRASIL, 2003, p. 11).

Existem diversas tipificações para a violência contra as mulheres, sendo a violência sexual uma delas. A Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) define a violência sexual como qualquer conduta, mediante intimidação, coerção ou uso de força, que constranja a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, comercializar ou utilizar de qualquer modo a sexualidade, que impeça o uso de qualquer método contraceptivo, que force ao matrimônio, aborto ou à prostituição ou limite ou anule o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.

A violência sexual representa um grave problema social e de saúde e pode acarretar influências diversas nos contextos de vida das pessoas por ela atingidas. Entre as principais repercussões estão lesões físicas, infecções sexualmente transmissíveis e danos à saúde mental. A gravidez decorrente de violência sexual representa, para grande parte das mulheres, uma segunda forma de violência (BRASIL, 2015), que pode gerar inúmeros efeitos (MATTAR et al., 2007; BRASIL, 2011).

Estudos que abordam a violência sexual descrevem o público majoritariamente atendido, as características das principais ocorrências e diretrizes para o funcionamento de serviços especializados. Apontam as adolescentes e mulheres jovens como mais afetadas pela violência, com variabilidade quanto à raça/cor, considerando a região da ocorrência, e com baixa escolaridade e renda (OSHIKATA et al. 2005; DINIZ et al. 2007; MATTAR et al., 2007). Indicam também a importância da instituição de serviços especializados e do investimento direcionado ao enfrentamento a este tipo de violência (LOPES et al., 2004; CAMPOS, 2006).

Contudo, ainda existem poucas investigações que abarquem associações entre a forma como esta violência se apresenta e o perfil sociodemográfico das pessoas por ela afetadas em uma perspectiva interseccional, no âmbito da pandemia de COVID-19.

A pandemia de COVID-19, instituída no Brasil em março de 2020, gerou intensas modificações nas formas de organização social e impactos nos cuidados em saúde. Como recursos de enfrentamento, foram adotadas medidas visando a erradicação da contaminação pelo vírus (OKABAYASHI et al., 2020). As mudanças impostas geraram novos focos de estresse e dificuldades na rotina da população, permeados pelo acesso restrito a espaços escolares, laborais e atividades grupais de lazer, dispositivos de saúde e assistência social. Houve a sobrecarga diante do acúmulo de funções no âmbito doméstico e limitação na convivência com redes de apoio sociais e afetivas, preocupações constantes relacionadas à contaminação pelo vírus e outras formas de adoecimento diante de dificuldades de ordem econômica e altos índices de desemprego (MELO et al., 2020). Estes atravessamentos afetaram as pessoas de formas distintas, em virtude de marcadores sociais como renda e classe social, estrutura de moradia, faixa etária, raça/cor e gênero (MELO et al., 2020).

Estudos nacionais e internacionais apontam no cenário pandêmico o aumento da violência intrafamiliar, relacionado a desigualdade de gênero, a convivência intensificada, dificuldades de ordem social e econômica, menor acesso a rede de apoio e serviços de atendimento e o aumento da violência doméstica, permeado pelos mesmos fatores (MELO et al., 2020; DULIUS et al., 2021). Evidenciam também a redução do número de denúncias e aumento nos casos de feminicídios

(OKABAYASHI et al., 2020; SOUSA et al., 2021), o que também aconteceu no exterior (PIQUEIRO et al., 2021; KOURTI et al., 2021).

Publicações nacionais e internacionais abordam o aumento da violência sexual, considerando o isolamento social, a exacerbação de conflitos interpessoais (SUBÍA-ARELLANO et al., 2020) e a diminuição da busca por atendimento em serviços especializados (MULDOON et al., 2021). Ilustram também o comparativo entre o perfil das pessoas em situação de violência sexual antes e após a pandemia, indicando que a mulher jovem e adulta compreende o público com maior probabilidade de sofrer essa violência e fatores como estado civil, escolaridade, raça/cor e o uso de substâncias psicoativas são identificados como influenciadores desse contexto (ARAGÃO et al., 2020).

Outras pesquisas ressaltam os impactos gerados no funcionamento dos serviços de assistência às mulheres em situação de violência e a necessidade de adaptações e qualificações, dos recursos físicos e humanos (CAMPOS et al., 2020; MARQUES et al., 2020; OLIVEIRA et al., 2021).

A partir destes dados, surgem indagações sobre o número de registros de incidência da violência sexual contra as mulheres no contexto pandêmico, o perfil destas mulheres e quais delas estes dados não representam. Questiona-se quais os atravessamentos por elas vivenciados em termos dos marcadores de gênero, raça, classe e as possibilidades de acesso à assistência.

A violência sexual encontra-se alicerçada na estrutura social vigente, marcada por desigualdades de gênero e sociais. Representa uma herança da colonização, a partir da concepção da colonialidade como ferramenta de opressão e fomento de desigualdades entre classes, etnias e gêneros (LUGONES, 2014).

O conceito da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) torna-se essencial para este entendimento. Possibilita a compreensão sobre a forma como distintas opressões afetam mais diretamente grupos de pessoas específicos e porque se expressam desta forma, evidenciando o quanto as dinâmicas sociais e a forma de estruturação da sociedade comungam com a manutenção destas desigualdades sociais.

A pandemia pode ser considerada uma lente para a realidade da violência contra as mulheres e, mais especificamente, a violência sexual, e não como sua principal definidora ou única responsável pelo agravamento das taxas de ocorrência.

Compreendemos a violência contra as mulheres como atrelada ao conceito de determinantes sociais em saúde. Entendidos como “fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007, p. 78), os determinantes sociais precisam ser considerados frente as ocorrências da violência sexual e seu enfrentamento, tomando os processos de “saúde” e “sociais” como indissociáveis (GARBOIS et al., 2017; NEDEL; BASTOS, 2020; COSTA et al., 2020).

Considerando a necessidade de construir uma melhor compreensão do fenômeno da violência sexual, que contribua para ofertar uma atenção mais próxima a realidade das mulheres, o presente estudo tem como objetivo realizar a descrição e o comparativo do perfil sociodemográfico das usuárias de um Serviço de Saúde Especializado em Violência Sexual e das características desta violência no contexto da pandemia de COVID-19. Tomamos como referência o período de março a dezembro dos anos de 2019, 2020 e 2021.

Método

Realizamos uma pesquisa quantitativa-documental descritiva, com base em dados provenientes de um banco de informações do serviço de saúde, relativos a características das usuárias e das situações de violência sexual sofridas.

Foram utilizados os dados de todas as 516 usuárias que buscaram o Serviço de Saúde Especializado em Violência Sexual de março a dezembro dos anos de 2019, 2020 e 2021.

O referido serviço, localizado em Salvador (Bahia), representa uma das especialidades de um Hospital Estadual, inaugurado em 2017, e considerado a maior referência no atendimento à saúde da mulher do Norte-Nordeste do Brasil. No serviço são atendidas mulheres a partir dos 12 anos de idade que passaram por situação de violência sexual, que residem em Salvador e em demais localidades, não restritas ao

estado da Bahia. Com funcionamento 24 horas, possui uma equipe multiprofissional que oferta os primeiros cuidados após a ocorrência da violência e acompanhamento ambulatorial subsequente por, no mínimo, seis meses. Destaca-se que a primeira autora deste estudo fez parte da equipe de profissionais do serviço.

Um instrumento já presente no serviço foi preenchido, através perguntas diretas às mulheres adultas e adolescentes, acompanhadas dos responsáveis, no momento da chegada pela primeira vez da usuária ao serviço e também processualmente, ao longo dos acompanhamentos multidisciplinares. Este instrumento consiste em tabelas onde são registrados os dados sociodemográficos das pacientes e características das violências ocorridas.

Os dados presentes neste instrumento foram organizados em planilhas do *Excel* e distribuídos em 15 categorias de análise. Sete categorias visam a descrição do perfil sociodemográfico das usuárias atendidas (idade, localidade, raça/cor, escolaridade, ocupação, número de filhos e religião), e oito categorias caracterizam as ocorrências da situação de violência sexual (local e município da ocorrência, agressor, registro de boletim de ocorrência, tipificação, gestação em decorrência da violência sexual, idade gestacional e encaminhamento da gestação em decorrência da violência sexual). Os dados foram submetidos a uma análise descritiva, a partir da identificação de frequências e da associação de determinadas variáveis, conforme os objetivos do estudo.

Para verificar se houve diferença significativa na distribuição de frequências das variáveis antes e durante a pandemia de COVID-19, foi realizado o Teste Qui-Quadrado de Aderência. Foi considerado como distribuição de referência as frequências de 2019 (antes) e as frequências da média entre 2020 e 2021 (durante) como a distribuição dos dados observados, e apresentado o nível descritivo (*p-valor*) do teste. Como regra de decisão, foi estabelecido um nível de significância de 5% (0,05). Para *p-valor* menor ou igual a 0,05 concluiu-se que a distribuição de frequências da variável durante a pandemia foi diferente da distribuição de frequências antes da pandemia.

O projeto que deu origem a este artigo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia (parecer nº 4.642.146) e também pelo Comitê de Ética da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (parecer nº 4.950.205).

Resultados

Perfil sociodemográfico das usuárias

Tomando como referência o recorte temporal realizado neste estudo, o perfil sociodemográfico das 516 usuárias foi composto por mulheres adultas, em sua maioria autodeclaradas como pardas e pretas, com ensino fundamental incompleto, desempregadas, sem filhos, sem religião e residentes em Salvador, tal como registrado na Tabela 1.

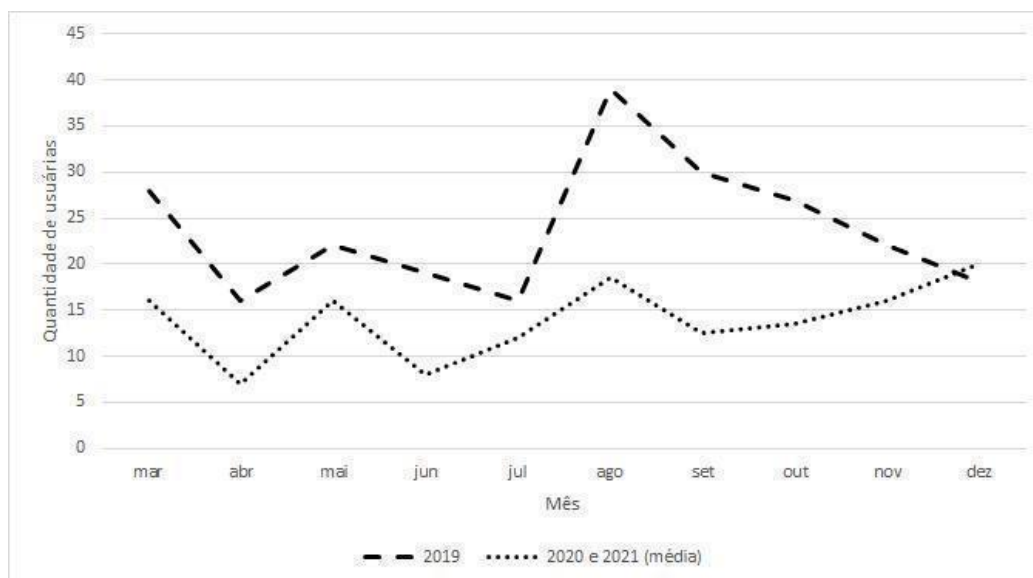
Tabela 1 - Distribuição das variáveis sociodemográficas das usuárias antes e durante a pandemia de COVID-19.

Perfil sociodemográfico das usuárias	Antes da pandemia	Durante a pandemia	<i>p - valor</i>
	(2019)	(2020 e 2021)	
	(%)	(%)	
Idade			0,1760
até 12 anos	5,1	7,5	
13 até 14 anos	10,1	15,4	
15 até 17 anos	15,6	14,7	
18 até 29 anos	40,5	33,7	
30 até 39 anos	16,0	17,6	
40 anos ou mais	12,7	11,1	
Raça/cor			0,0390
Parda	46,4	36,6	
Preta	35,0	44,4	
Branca	14,8	15,1	
Amarela	1,7	0,4	
Não sabe	-	0,4	
Não informado	2,1	3,2	
Escolaridade			0,9960
Não alfabetizada	0,4	1,1	
Ensino fundamental incompleto	33,9	40,9	

Ensino fundamental completo	0,4	0,4
Ensino médio incompleto	16,9	16,1
Ensino médio completo	29,1	21,9
Ensino superior incompleto	8,4	6,5
Ensino superior completo	6,3	7,9
Não informado	4,6	5,4
Ocupação		0,1638
Não	70,5	64,5
Sim	27,9	32,3
Aposentada	0,8	-
Estágio	0,8	0,4
Não informado	-	2,9
Município que reside		0,7690
Salvador	82,7	81,7
Região Metropolitana	10,5	12,5
Outras cidades da Bahia	5,1	5,0
Outros estados	1,7	0,7
Religião		0,4385
Ateia	-	0,4
Não possui	28,7	34,8
Evangélica	21,1	19,4
Católica	16,0	10,8
Religião de Matriz Africana	3,0	2,5
Outras	8,0	7,9
Não informado	23,2	24,4
Filhos		0,2330
Sem filhos	67,5	72,8
1 ou 2 filhos	24,5	18,3
3 filhos ou mais	6,3	7,2
Não informado	1,7	1,8
Total	100,0	100,0

O perfil se manteve no contexto da pandemia de COVID-19, apesar da redução quanto ao quantitativo de acesso à unidade (Gráfico 1), sendo também observada diferença a partir do aumento da entrada de mulheres pretas durante a pandemia (aumento da porcentagem e diferença indicada pelo *p-valor*).

Gráfico 1 - Quantitativo de acesso ao serviço antes e durante a pandemia de COVID-19.



Foi possível identificar uma queda no acesso ao serviço no ano de 2020, que se manteve no ano de 2021, com uma diminuição de 43% no volume de atendimentos de 2019 para 2020 e de 39,2% no volume de atendimentos de 2019 para 2021. Apesar da manutenção do acesso mais reduzido em 2021, destacou-se um aumento de 6,7% no volume de atendimentos em relação a 2020.

Características da violência sexual

No período estudado as situações de violência sexual reportadas no serviço ocorreram em sua maioria na cidade de Salvador, tiveram como principais autores pessoas do sexo masculino, acometendo predominantemente mulheres adultas, que optaram pelo registro de boletim de ocorrência. Foram identificadas modificações quanto às nuances desta violência no contexto pandêmico, a partir da ótica de um serviço público, especificamente no que se refere ao espaço físico onde ocorreu a violência e ao vínculo com o agressor (Tabela 2).

Tabela 2 - Distribuição das variáveis de caracterização dos casos violência sexual antes e durante a pandemia de COVID-19.

Violência sexual	Antes da pandemia	Durante a pandemia	<i>p - valor</i>
	(2019)	(2020 e 2021)	
	(%)	(%)	
Local de ocorrência			0,0020
Residência	49,3	62,0	
Residência usuária	27,4	30,1	
Residência agressor	16	25,4	
Residência usuária/agressor	1,7	-	
Residência outros	4,2	6,5	
Espaços públicos	30	17,9	
Via pública	24,1	10,8	
Local abandonado/deserto	5,9	7,2	
Outros locais	15,6	14,0	
Não informado	5,1	6,1	
Município de ocorrência			0,6200
Salvador	81,9	78,9	
Região Metropolitana	11,8	13,3	
Outras cidades da Bahia	4,6	6,5	
Outros estados	0,8	1,1	
Não informado	0,8	0,4	
Autor da violência sexual			0,0040
Vínculo familiar/doméstico	23,6	28,0	
Pessoas conhecidas	25,3	34,8	
Pessoas desconhecidas	47,7	32,6	
Conhecido(s) e desconhecido(s)	1,7	2,5	
Não informado	1,7	2,2	
Boletim de ocorrência			0,2760
Não	44,7	40,1	
Sim	55,3	59,9	
Total	100,0	100,0	

Tomando como referência a associação entre as variáveis idade e vínculo com o agressor, em 2019 constatou-se que as usuárias de até 12 anos (n= 5 - 45,5%) e adolescentes com idade de 15 até 17 anos (n= 15 - 40,5%) sofreram mais violência por agressores desconhecidos, embora este percentual se apresente de forma mais significativa para mulheres adultas, com idades de 18 até 29 anos (n= 51 - 53,1%) e 30 até 39 anos (n= 22 - 59,5%). Adolescentes de 13 a 14 anos foram mais afetadas pela violência por autores de vínculo familiar e/ou doméstico (n= 9 - 37,5%) e adultas acima de 40 anos tiveram percentual equivalente para autores com vínculo familiar e/ou doméstico e desconhecidos (n= 12 - 42,9%).

Na pandemia foi identificada uma mudança neste cenário. As usuárias com idade até 12 anos foram mais afetadas pela violência sexual perpetrada por agressores do seu vínculo familiar e/ou doméstico (m= 5,5 - 57,9%), assim como as adolescentes de 13 a 14 anos (m= 9,5 - 45,2%). As usuárias com idade de 15 até 17 anos tiveram como agressores mais frequentes pessoas conhecidas (m= 8,5 - 42,5%). Entre as adultas, embora identificado aumento no percentual de autores da violência conhecidos e com vínculo familiar e/ou doméstico, as usuárias com idade acima de 18 anos e até 29 anos permaneceram sendo mais afetadas pela violência praticada por autores desconhecidos (m= 22 - 46,8%), assim como as com 30 até 39 anos (m= 10,5 - 43,8%). Em relação às usuárias com 40 anos ou mais, a maior frequência foi em relação aos autores de violência sexual conhecidos (m= 6 - 40%).

A partir da associação entre as variáveis idade e registro do boletim de ocorrência, foi verificado que, das usuárias que realizaram a denúncia em 2019, 58% foram representadas pelas adultas (n= 76) e 42% pelas adolescentes (n= 55). Na pandemia, houve uma inversão destas frequências e os registros do boletim de ocorrência foram feitos em maior frequência pelas adolescentes (m= 43,5 - 52,1%) e em menor frequência pelas adultas (m= 40 - 47,9%). Em relação ao não registro da denúncia, houve a maior frequência da ausência do boletim de ocorrência pelas mulheres adultas em 2019 (n= 88 - 83%) e na pandemia (m= 83,9 - 47%).

Discussão

O perfil sociodemográfico das usuárias incluídas neste estudo foi composto majoritariamente por mulheres adultas, autodeclaradas como pardas e pretas, com

ensino fundamental incompleto, desempregadas, sem filhos, sem religião e residentes em Salvador. Esse perfil se manteve no contexto pandêmico, apesar da redução na quantidade de usuárias que acessaram a unidade.

Foi observada a redução das violências praticadas nos espaços públicos e manutenção do quantitativo elevado de violências nas residências. Houve a permanência de autores desconhecidos como principais agressores, ainda que com números reduzidos durante a pandemia, sendo constatado nesse período aumento de violências cometidas por pessoas conhecidas.

O público atendido no serviço destoa dos dados presentes em outros estudos (MATTAR et al., 2007; DINIZ et al., 2007), no quais se encontrou grande proporção de crianças e adolescentes entre o público afetado pela violência sexual. Esta diferença pode estar relacionada ao fato do serviço de saúde não contemplar o atendimento de crianças que passaram por violência sexual.

Os dados relacionados à raça/cor - a maioria das usuárias se autodeclarou como parda e preta - se assemelham ao de outros estudos realizados em Salvador, nos quais constatou-se que 77,3% (39,5% preta; 37,8% parda) das mulheres agredidas sexualmente pertenciam à raça negra (DINIZ et al., 2007). Pesquisas desenvolvidas na Paraíba constataram que, do total de atendimentos realizados no serviço público de referência, as maiores atingidas pela violência sexual foram as mulheres negras (72%) (VIANA et al., 2013;2015) .

Houve também uma prevalência de mulheres da raça parda em estudos sobre violência sexual realizados em Amazônia (ARAÚJO, 2018) e em Minas Gerais (KATAGUIRI, 2017). Em pesquisa realizada em São Paulo, 47,8% das mulheres se declararam brancas, diferença que pode ser justificada pelas características étnicas regionais, aspecto também identificado em outros estudos que compõem a literatura sobre a temática e abarcam demais estados da Região Sudeste (OSHIKATA et al., 2005; CAMPOS, 2006; MATTAR et al., 2007; OLIVEIRA, 2015).

Fazendo as devidas contextualizações quanto as regiões brasileiras e suas distinções de perfil racial, notou-se a maior frequência da violência sexual entre as mulheres negras. Tal aspecto encontra-se alicerçado nas desigualdades de gênero e

raciais, sendo a raça compreendida como uma construção social, que desvela a existência e dinâmica de um sistema de hierarquização social. Determinadas características biológicas são utilizadas como referências para desigualdades hierárquicas entre grupos humanos, processo este que é conceituado como racismo (LOPES; WERNECK, 2010). No contexto brasileiro, a raça negra representou o grupo humano estabelecido como inferior, composta por descendentes dos povos africanos trazidos como escravos e que passaram a ser agrupados no estrato inferior da hierarquia social e racial (LOPES; WERNECK, 2010).

É resgatada a presença dos estereótipos racistas advindos do período escravocrata, permeados pelo processo de colonização brasileiro e que agem de modo a retirarem a humanidade da mulher negra, uma vez que está mais vulnerável a sofrer violências de ordem sexual, afetiva, psíquica e física. Entende-se que esta hierarquia social e racial é reproduzida atualmente, de forma ainda a reservá-la uma posição de objeto na sociedade, disponível para a satisfação sexual ou para a realização de serviços domésticos e braçais (ALBUQUERQUE, 2015; DAVIS, 2016; ANTUNES, 2017).

A herança advinda do período escravocrata e da colonialidade perpetuam a sustentação das desigualdades sociais quanto à raça, classe e gênero, mantendo estruturas de funcionamento da sociedade, regidas pelo sistema capitalista. Tais estruturas operam de modo a desassistir às mulheres negras e a segmentar o acesso à recursos e oportunidades básicas, fomentando assim um cenário susceptível a ocorrência de diversas violações de direitos, sendo a violência sexual, em suas diversas formas, uma delas.

A violência sexual não pode ser pautada como um fenômeno “natural”, uma vez que aspectos de ordem estrutural e, logo, social, econômica, de gênero, racial subsidiam a sua ocorrência. Partindo das premissas do feminismo negro, evoca-se a época da escravidão, localizando o lugar do estupro enquanto uma “arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir” (DAVIS, 2016, p. 36).

A violência sexual representava um mecanismo de controle e subjugação das mulheres negras à condição de objeto escravizado, coibindo possibilidades de

resistência e de constatação destas da sua própria força e do uso de recursos de enfrentamento ao contexto onde se encontravam. Com isto “a violência sexual fazia com que se lembrassem de sua essencial e inalterável condição de fêmeas, o que, na visão baseada na ideia de supremacia masculina característica do período, significava passividade, aquiescência e fraqueza” (DAVIS, 2016, p. 36).

A violência sexual e, mais especificamente, a violência sexual contra as mulheres negras evidencia mais uma faceta da colonialidade, pautada na concepção da colonialidade de gênero, “que perpassa a compreensão da opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, gerando uma análise da opressão de gênero racializada capitalista” (LUGONES, 2014, p. 941). Esta violência incide como marcadora dos corpos dessas mulheres e do imaginário social que, ainda hoje, vê a mulher negra como um corpo, na condição de objeto, desprovido de valor, desfavorecido e hipersexualizado.

Observa-se a importância das concepções de raça e gênero para o entendimento das repercussões da violência sexual contra as mulheres. Destacam-se os lugares sociais de dominador e dominado e as críticas sobre a história brasileira, que não consideram todas as vicissitudes e interseccionalidades presentes na chamada democracia racial (GONZALEZ, 1984). É sinalizada a necessidade do resgate histórico e apropriação deste processo para a desconstrução da lógica velada do racismo brasileiro, diretamente associada a violência sexual (GONZALEZ, 1984).

Fatores como o nível de escolaridade e ocupação também compõem essa realidade de caráter interseccional e chamam a atenção a partir dos dados evidenciados no serviço, trazendo a discussão de classe para este cenário. Quanto à escolaridade, e como já encontrado em outros estudos (LOPES et al., 2004; CARA, 2015; OLIVEIRA, 2015), a maior parte das usuárias apresentou o ensino fundamental incompleto enquanto maior nível de escolaridade, nos três anos.

O mesmo aspecto é observado no que tange a ocupação das usuárias. A maioria encontrava-se desempregada, fator que também se associa a baixa escolaridade e, tomando como referência a realidade das mulheres negras, contextualiza-se como mais uma das facetas do racismo e suas reverberações.

No âmbito da pandemia de COVID-19, houve uma pequena redução do acesso ao serviço por usuárias desempregadas e um pequeno aumento do acesso por usuárias com vínculo de trabalho. Pode-se inferir que diante da potencialização das dificuldades sociais e econômicas impostas pela pandemia, as pessoas que realmente tiveram condições de acessar uma instância de saúde para cuidados foram aquelas que possuíam alguma condição financeira.

Percebe-se que a diferença de papéis sociais e econômicos ainda se faz presente na sociedade, principalmente diante do marcador racismo, evidenciando a continuidade da herança escravocrata a qual foi submetida a mulher negra. Possibilidades de ascensão social, como o acesso à educação, encontram-se marcadas por obstáculos que dificultam o contato da população negra com ensino de forma qualificada e a oportunidades de trabalho (NASCIMENTO, 2019) .

Nota-se que a sociedade ainda vive sob a égide da “institucionalização do estupro” (DAVIS, 2016, p. 180), também enquanto fruto da dominação econômica, de modo que a estrutura de classe da sociedade capitalista abriga um incentivo para a ocorrência da violência sexual.

Problematiza-se o fato de que nem todas mulheres que passam por violência sexual conseguem acessar um serviço de saúde e que o panorama que este estudo apresenta simboliza um recorte desta realidade. Ainda assim, pode-se dizer que o perfil de usuárias do serviço se manteve predominantemente composto por mulheres com baixa escolaridade e desempregadas, perspectiva que evoca o caráter interseccional e multifacetado da violência sexual. Neste âmbito, o contexto da pandemia apresenta um horizonte de intensificação das nuances já existentes no bojo da violência sexual contra as mulheres.

Existem grupos prevalentes quanto a violência sexual, sendo um que envolve agressor conhecido (frequentemente intrafamiliar), em que há menor taxa de procura por auxílio e composta por mulheres mais jovens. No outro grupo predominam mulheres agredidas por desconhecido, faixa etária mais velha, maiores taxas de agressão física, de denúncia e de procura por auxílio (BRASIL, 2013; BRASIL, 2015; FACURI et al., 2019). Nota-se que ainda existe uma variabilidade quanto a

caracterização dos autores de violência sexual, que sofre modificações quando associada ao perfil das pessoas acometidas por essa violência.

Estudos realizados durante a pandemia de COVID-19 (BEZERRA et al., 2020; GOMES, 2020; OKABAYASHI et al., 2020; CAMPOS et al., 2020; SUBIA-ARELLANO, 2020) que abordam a violência contra as mulheres, e a violência sexual de forma mais específica, apontam o aumento de episódios de agressão envolvendo pessoas do contexto familiar e/ou doméstico das mulheres e adolescentes, no ambiente residencial. O isolamento social somado as repercussões advindas do temor da pandemia podem ter potencializado as questões que, em tempos não pandêmicos, subsidiam as ocorrências da violência contra as mulheres. Tais elementos são considerados fatores de risco para violências no âmbito da pandemia, como estresse econômico, redução de acesso às redes sociais e afetivas, limitação de acesso aos tratamentos de saúde e problemas limitantes inerentes a deficiências já existentes no sistema de saúde público (MELO et al., 2020).

Embora se reconheça o aumento das violências contra a mulher praticadas por agressores de vínculo familiar e/ou doméstico e conhecidos no contexto da pandemia (MELO et al., 2020; DULIUS et al., 2021), as usuárias adultas, maioria no serviço de saúde, permaneceram com maiores percentuais de violências sexuais praticadas por desconhecidos. É importante destacar que a violência sexual encontra-se atrelada à violência doméstica, mas que também ocorre fora deste contexto, especialmente no que se refere à situações onde a agressão é cometida por pessoas desconhecidas (ACOSTA et al., 2016).

Entende-se que as mulheres que conseguiram acessar uma unidade de saúde para cuidados na pandemia não foram, em sua maioria, as que sofreram violências por agressores com maior proximidade e vinculação. Pode-se inferir que existem especificidades relacionadas às ocorrências de violência sexual fora do contexto da violência doméstica e que o isolamento social e demais impactos da pandemia, para além dos diversos atravessamentos que incidem nas mulheres que sofrem violência por pessoas de vínculo próximo, atuaram como fatores que impossibilitaram o acesso a um serviço especializado.

Outro aspecto relevante se refere ao registro do boletim de ocorrência da situação de violência sexual. A maioria das usuárias (57,8%) conseguiu realizar a denúncia em delegacia, porém com uma diferença pequena em relação às usuárias que não optaram pelo registro do boletim de ocorrência. Destaca-se a possibilidade do próprio acesso a um serviço de saúde especializado em violência sexual, e os cuidados ofertados por uma equipe multiprofissional, atuarem enquanto fator colaborativo para o registro da denúncia e que, em algumas situações, o próprio acesso ao serviço se dá por encaminhamentos realizados por delegacias e/ou Conselhos Tutelares.

Existem fatores que corroboram para a realização do boletim de ocorrência em casos de violência sexual, evidenciando que a inexistência de vínculo pode atuar como facilitador à denúncia, pois mulheres agredidas pelo parceiro íntimo, familiares e conhecidos levam mais tempo para registrarem a queixa ou mesmo não conseguem realizar o registro (SANTOS; DELL'AGLIO, 2010). Em relação a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, considerando que a maioria dos agressores são representados por pessoas que integram o vínculo de convivência com as mesmas, delinea-se um cenário permeado por tabus e receios frente a realização da denúncia (SANTOS; DELL'AGLIO, 2010).

Contudo, ao se pensar no contexto de acesso deste público a um serviço especializado em violência sexual, pressupõe-se este fator também enquanto um reforçador para o registro do boletim de ocorrência, tendo em vista a adoção de medidas de cuidado e proteção. Tal aspecto pode ser corroborado pelo aumento da frequência do registro da denúncia pelas usuárias adolescentes observado no serviço de saúde, o que destoava de outros estudos sobre as ocorrências de violência contra crianças e adolescentes na realidade pandêmica (MOREIRA; MAGALHÃES, 2020; TRAJANO et al., 2021; GASPARINI; SANTOS, 2021).

Os dados do serviço de saúde da capital baiana apresentaram um recorte do cenário da violência sexual, pautado na evidência das situações de vulnerabilidade social que perpassam o público majoritariamente afetado por essa violência. O período pandêmico imprimiu mudanças nas ocorrências das situações de violência e obstáculos quanto ao acesso ao serviço, potencializando as desigualdades sociais e incidindo diretamente no público atendido.

Torna-se fundamental a incorporação de discussões que localizem a violência sexual enquanto um agravo da saúde pública e que encontra-se imbricada a fatores sociais, culturais, políticos, de gênero, raça, classe e demais instâncias que precisam ser consideradas na concepção da saúde. Neste sentido, a compreensão sobre os determinantes sociais da saúde - onde racismo e sexismo estão incluídos como fatores estruturais produtores da hierarquização social (WERNECK, 2016) - considerada de forma crítica e respaldada na determinação social da saúde, auxilia na construção de possibilidades de intervenção, visando a diluição dos impactos da violência sexual e sobretudo a prevenção desta e demais formas de violência.

Considerações finais

As discussões traçadas neste trabalho apresentaram outras facetas da violência sexual e suas reverberações, oportunizando uma aproximação com os aspectos que permeiam adolescentes e, principalmente, adultas acometidas por esse agravo e que conseguiram acessar uma unidade de saúde em busca de cuidados.

A pandemia de COVID-19 apresentou-se como um cenário de intensificação das nuances já existentes no que se refere a violência sexual contra as mulheres. Destacou-se a situação das mulheres que se encontraram em maior vulnerabilidade, tendo em vista diversos fatores de ordem social, política, econômica, racial e histórica que as atravessam. Neste sentido, é essencial refletir acerca dos aspectos trazidos e direcionar um olhar crítico à forma como a violência é exercida no contexto de vida destas mulheres. É preciso pensar a violência sexual enquanto uma ferramenta de poder e controle, não cabendo a consideração desta violação de direitos enquanto um fenômeno socialmente isolado. Coloca-se enquanto uma estratégia eficaz para o enfrentamento desta violência o olhar direcionado para o combate ao racismo enquanto uma das pautas principais.

Verificou-se que existe uma prevalência da chegada até estas unidades via situações de violência sexual praticadas por pessoas desconhecidas, chamando a atenção para os desafios existentes nas ocorrências de violência sexual no âmbito doméstico e intrafamiliar, aspecto que também sofreu interferências diante dos obstáculos impostos pela pandemia e que demanda novos estudos e investigações. Torna-se fundamental a viabilização do acesso às pessoas que são acometidas por esta

violência aos serviços de assistência especializados, tanto no âmbito da saúde como da segurança.

Entende-se a importância destes atendimentos para o enfrentamento à violência sexual e enquanto fundamental recurso de diluição dos impactos gerados por essa violência, assim como uma necessária ferramenta para a garantia dos direitos. Em consonância, a partir da concepção e discussões acerca dos determinantes sociais da saúde, chama-se atenção para a construção de políticas públicas cada vez mais direcionadas ao enfrentamento à violência contra as mulheres e que possam gerar transformações quanto às violências estruturais de gênero, raça e classe que ainda se fazem presentes na sociedade brasileira.

Se faz necessária a retomada da interlocução das análises construídas com o conceito de interseccionalidade. Sabe-se que experienciar um período pandêmico não ocorre da mesma forma para todas as mulheres, da mesma maneira que vivenciam situações de violência sexual de formas muito distintas. Por isso, devem ser consideradas contextualizações nessa direção, não somente visando a construção de uma melhor compreensão do fenômeno da violência, mas como podem ser ofertadas perspectivas de assistência de forma qualificada e mais aproximada da realidade destas mulheres, tomando como referência não somente a pandemia pela COVID-19, mas a “pandemia” instaurada pela colonialidade.

Agradecimentos

Às usuárias e equipe do Serviço de Saúde Especializado em Violência Sexual, às docentes do Programa de Pós Graduação em Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia e ao Projeto de Extensão em Consultoria Estatística da Universidade Federal da Bahia.

Referências

ACOSTA, D.F *et al.* Violência sexual: da denúncia à criminalização do agressor. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 24, n. 2, 2016.

ALBUQUERQUE, I.M. **Violência sexual e discriminação racial: influência na responsabilização da vítima.** (dissertação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, 2015.

ANTUNES, J.A. Violência doméstica e sexual contra a mulher negra: a necessidade do recorte racial. **V Seminário Enlaçando Sexualidades**, 2017.

ARAGÃO, F.B.A *et al.* Perfil de mulheres vítimas de violência sexual no Brasil: antes e depois da pandemia de COVID -19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, e2289108114, 2020.

ARAÚJO, S.U. **Violência sexual contra mulheres: Repercussões psicossociais após dois anos da agressão** (dissertação). Universidade Federal do Amazonas, Manaus - AM, 2018.

BEZERRA, C *et al.* Violência contra as mulheres na pandemia do COVID-19: Um estudo sobre casos durante o período de quarentena no Brasil. **Revista de psicologia**, 14(51), 475-48, 5, 2020.

BRASIL, 2013. DECRETO Nº 7.958 DE 13 DE MARÇO DE 2013. Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**, 2013; 13 mar.

BRASIL, SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas.** – Brasília : A Secretaria, 2003.

BRASIL. LEI nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, 7 ago, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Norma Técnica da Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios - 1 ed.** Brasília: 2015.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília, 2011.

BUSS, P.M; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva [online].** 2007, v. 17, n. 1.

CAMPOS, B; TCHALEKIAN, B; PAIVA, V. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/COVID-19 em São Paulo. **PSICOLOGIA & SOCIEDADE**, 32, e020015, 2020.

CAMPOS, M.A.M.R. **Violência sexual como questão de saúde pública: atenção específica em serviço de saúde** (dissertação). Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo - SP, 2006.

CARA, A.T. **Mulheres em Situação de Violência Sexual: Redes de Atenção e Relatos da Experiência Sofrida.** (dissertação). UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru-SP, 2015.

COSTA, B.C.P. SILVA BEM, M.M. GODINHO, M.L.S.C. Determinantes sociais da saúde e sua influência na vida de mulheres vítimas de violência doméstica. **Glob Acad Nurs.** 2020.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, nº 1, p.171-189, 2002.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016. 1 edição.

DINIZ, N.M.F *et al.* Mulheres vítimas de violência sexual: adesão à quimioprofilaxia do HIV. **Rev Latino-am. Enfermagem**, 2007.

DULIUS, G.T; SUDBRACK, A.W; SILVEIRA, L.M.O.B. Aumento da violência intrafamiliar e os fatores associados durante a pandemia de COVID-19: revisão integrativa de literatura. **Revista Saúde em Redes**, v. 7, Supl. 1, 2021.

FACURI, C.O *et al.* Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, maio, 2019.

GARBOIS, J.A; SODRÉ, F; DALL-BELO-ARAÚJO, M. Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 112, p. 63-76, 2017.

GASPARINI, E.C; SANTOS, M.O. COVID-19 e o aumento das estatísticas da violência contra criança e adolescente em Santa Catarina. **Anais eletrônicos [do] II Circuito Regional do XXVII Seminário de Iniciação Científica / XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Universidade do Oeste de Santa Catarina. – Joaçaba, SC: Editora Unoesc, 2021.

GOMES, K.S. Violência contra a mulher e Covid-19: dupla pandemia. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 224, set/out. 2020.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

KATAGUIRI, L.G. **Violência sexual e a correlação com iniquidades sociais e sanitárias**. (dissertação). Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG, 2017.

KOURTI, A *et al.* Domestic Violence During the COVID-19 Pandemic: A Systematic Review. **TRAUMA, VIOLENCE, & ABUSE**, 1-27, 2021.

LOPES, F; WERNECK, J. Saúde da População Negra: Da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, Jurema (org). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Criola, 2010. p. 5-23

LOPES, I.M.R.S *et al.* Caracterização da Violência Sexual em Mulheres Atendidas no Projeto Maria-Maria em Teresina-PI. **RBGO**, v. 26, nº 2, 2004

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.

MARQUES, E.S *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cad. Saúde Pública**, 2020; 36(4):e00074420. 2020.

MATTAR, R. *et al.* Assistência multiprofissional à vítima de violência sexual: a experiência da Universidade Federal de São Paulo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(2):459-464, fev, 2007.

MELO, B.D (*org*). Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: violência doméstica e familiar na COVID-19. **Cartilha**. 22 p. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

MOREIRA, R.F.R; MAGALHÃES, D.K.O. Os impactos da pandemia de COVID-19 no enfrentamento da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. **Revista da Jornada de Pós-graduação e Pesquisa, Congrega Urcamp**, vol. 16, nº16, ano 2020.

MULDOON, K.A *et al.* COVID-19 pandemic and violence: rising risks and decreasing urgent care-seeking for sexual assault and domestic violence survivors. **BMC Medicine**, 1-9, 2021.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: Hollanda HB (*org*). **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 98 p. (Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto). E-book.

NEDEL, F.B; BASTOS, J.L. Para onde seguir com a pesquisa em determinantes sociais da saúde? **Rev Saude Publica**, v. 54, n. 15, 2020.

OKABAYASHI, N.Y.T *et al.* Violência contra a mulher e feminicídio no Brasil - impacto do isolamento social pela COVID-19. **Braz. J. Hea. Rev.**, Curitiba, v. 3, n. 3, p.4511-4531 mai./jun. 2020.

OLIVEIRA, C.S. **Violência sexual: mulheres atendidas em uma Rede de Atenção Integral em uma capital do Sul do Brasil**. (dissertação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2015.

OLIVEIRA, D.S *et al.* Um retrato da violência doméstica contra a mulher em tempos de pandemia: percepções dos trabalhadores dos serviços de saúde e da assistência social de Ceilândia – DF. **Health Residencies Journal - HRJ**, 2(9), 96–111, 2021.

OSHIKATA, C.T; BEDONE, A.J; FAÚNDES, A. Atendimento de emergência a mulheres que sofreram violência sexual: características das mulheres e resultados até seis meses pós-agressão. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 21(1):192-199, jan-fev, 2005.

PIQUEIRO, A.R *et al.* Domestic violence during the COVID-19 pandemic - Evidence from a systematic review and meta-analysis. **Journal of Criminal Justice**, 74, 2021.

SAFIOTTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, S.S; DELL'AGLIO, D.D. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicol. Soc.**, v. 22, n. 2, 2010.

SOUSA, I.N; SANTOS, F.C; ANTONIETTI, C.C. Fatores desencadeantes da violência contra a mulher na pandemia COVID-19: Revisão integrativa. **REVISA**. 2021; 10(1): 51-60.

SUBÍA-ARELLANO, A; MUÑOZ, N; NAVARRETE, A. Comportamiento sexual y aislamiento social a causa del COVID-19. **CienciAmérica**, v. 9, n. 2, p. 256-260, jun. 2020.

TRAJANO, R.K.N *et al.* Comparativo de casos de violência sexual contra criança e adolescente no período 2018-2020. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, 2021.

VIANA, A.J.B; SOUSA, E.S.S, NEVES, E.M. Racismo nos serviços de saúde: a ausência do cuidado com as mulheres negras vítimas de violência sexual. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, dez. 7(supl.):65-76, 2015.

VIANA, A.J.B *et al.* Violência contra a saúde das mulheres negras: acaso ou prática social? **Revista Tema**, Vol. 14 - n. 20/21, janeiro a dezembro, 2013.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.

Capítulo 5. Violência sexual por parceiro íntimo e o self sob uma ótica interseccional: estudo de caso

Violência sexual por parceiro íntimo e o self sob uma ótica interseccional: estudo de caso ²

Mariana de Oliveira Pinheiro

Vania Bustamante

² Artigo científico submetido à Revista Estudos de Psicologia (Campinas), seguindo a formatação exigida pelo manuscrito, aguardando parecer.

RESUMO

Estudo qualitativo que buscou compreender os Campos Afetivos Semióticos e dinâmicas do *self* de mulheres negras em situação de violência sexual por parceiro íntimo. Foi realizado um estudo de caso idiográfico, com usuária de um Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual, localizado em Salvador (Bahia), por meio de entrevistas narrativas e acesso a dados sociodemográficos. Através da proposta categorial-conteúdo de análise, foram elaborados três eixos temáticos: a) concepções sobre ser mulher negra e os atravessamentos interseccionais, b) ambivalências do *self* e violência estrutural: impactos do racismo e da violência de gênero e c) movimentações do *self* e o suporte de recursos: caminhos para o enfrentamento. Os resultados demonstram que as ferramentas semióticas na criação de campos afetivos são construções culturais, reflexo de um contexto colonialista ainda vigente. Evidenciam a importância dos recursos sociais e cognitivos para os processos de transição e desconstrução na promoção de novos signos, gerando aproximações a um movimento decolonial.

Palavras-chave: Violência por parceiro íntimo; psicologia cultural; enquadramento interseccional.

ABSTRACT

Qualitative study that sought to understand the Semiotic Affective Fields and dynamics of the self of black women in situations of sexual violence by an intimate partner. An idiographic case study was carried out with a user of a Reception Service for Women in Situations of Sexual Violence, located in Salvador (Bahia), through narrative interviews and access to sociodemographic data. Through the categorical-content analysis proposal, three thematic axes were elaborated: a) conceptions about being a black woman and intersectional crossings, b) ambivalences of the self and structural violence: impacts of racism and gender violence and c) movements of the self and resource support: paths to coping. The results demonstrate that the semiotic tools in the creation of affective fields are cultural constructions, a reflection of a colonialist context still in force. They show the importance of social and cognitive resources for the processes of transition and deconstruction in the promotion of new signs, generating approximations to a decolonial movement.

Keywords: Intimate partner violence; cultural psychology; intersectional framing.

A violência sexual é compreendida como qualquer conduta, mediante intimidação, coerção ou uso de força, que constranja a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, comercializar ou utilizar de qualquer modo a sexualidade, que impeça o uso de qualquer método contraceptivo, que force ao matrimônio, aborto ou à prostituição ou limite ou anule o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos (Brasil, 2006). Esse tipo de violência afeta majoritariamente mulheres, adolescentes e crianças e os seus altos índices e as sérias consequências que acarreta para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, tanto das pessoas por ela atingidas como suas famílias, a configuram como um problema de saúde pública (Habigzang et al., 2011).

A violência por parceiro íntimo (VPPI) engloba a violência sexual e é definida como um conjunto de comportamentos dentro de uma relação íntima que provocam danos físicos, sexuais e/ou psicológicos, praticada por cônjuges, parceiros atuais e passados, em maioria perpetradas pelos homens contra meninas e mulheres. Este tipo de violência é considerado extremamente comum, embora sua ocorrência e impactos físicos e psíquicos sejam ocultados em virtude do seu contexto privado de ocorrência, ocasionando uma subestimação dos níveis reais de dados que pode gerar (Organização Mundial da Saúde, 2012).

Estudo realizado na América Latina mostra que a prevalência da VPPI é alta, variando com relação às dimensões física, psicológica e sexual (OPAS, 2012). No Brasil, foi observada maior proporção de notificações de VPPI entre mulheres de menor escolaridade, onde a maioria têm dificuldade para se reconhecer como vítima, só procurando por auxílio quando a violência ultrapassa a barreira do dano psicológico e passa a deixar lesões decorrentes da violência física (Mascarenhas et al., 2020). Predominam vítimas do sexo feminino, jovens adultas, de cor de pele negra e com pior condição socioeconômica, menor escolaridade e com ausência de trabalho remunerado. A residência foi o principal local de ocorrência das VPPIs, o que contribui para a invisibilidade do fenômeno (Garcia & Silva, 2018). Em revisão sistemática de produções científicas brasileiras em Psicologia acerca da VPPI contra mulheres, foi encontrado apenas um estudo que buscou analisar as relações de raça e gênero no âmbito da violência contra a mulher, o qual apresentou dados do Atlas da Violência indicando o aumento do feminicídio de mulheres negras nos últimos anos (65,3%) (Curia et al., 2020).

Frente ao exposto, é preciso considerar que as reverberações da violência sexual associada a VPPI geram impactos na subjetividade e no *self* das pessoas por ela afetadas. Trata-se de um recorte pesquisado ainda de modo incipiente, especialmente quando se trata de uma perspectiva interseccional. O conceito de *self* neste estudo se enquadra em uma estrutura narrativa e dialógica, compreendido como um “corpo físico, processos de pensamento e uma experiência consciente de que alguém é único e se diferencia dos outros, o que envolve a representação mental de experiências pessoais” (Macedo & Silveira, 2012, p. 281). Tomando como referência a Psicologia Cultural de mediação Semiótica e os conceitos de Self dialógico e Campos Afetivos Semióticos, entende-se que fenômenos ocorridos na vida das pessoas promovem rupturas e transformações da estrutura do seus *selves* como, por exemplo, as situações de violência.

A Psicologia Cultural de Mediação Semiótica é baseada no axioma da centralidade da pessoa que experimenta, de onde advém a sua subjetividade. Portanto, transcende a barreira entre o *self* e os outros, na medida em que, no tempo presente, a pessoa se dirige a alguns outros, que podem ser reais ou não reais, presentes ou não presentes, e por meio de tais construtos de referência social compreende a sua ação para o futuro (Valsiner, 2014). A compreensão do *self* é considerada a partir de uma dimensão dialógica, composta por uma variedade de posições do eu, dotadas de autonomia, possibilitando a circulação entre as diversas posições e o diálogo entre as distintas vozes. Estas personificam o “eu” em suas versões, possibilitando o estabelecimento de narrativas e a construção de diálogos multifacetados na concepção de um *self* narrativamente estruturado e descentralizado (Hermans, 2002).

A noção de Campos Afetivo-Semióticos (CASS) torna-se relevante para o entendimento da dinâmica do *self* em movimento, uma vez que integra a emergência semiótica aos processos afetivos (Valsiner, 2012). CASS são dispositivos semióticos, com uma qualidade afetiva, que organizam o sistema do *self* e possibilitam suas mudanças (Valsiner, 2012). CASS específicos são responsáveis pela organização dos sistemas de *self*, revelando as tensões e dinâmicas que emergem nas relações “eu-outro” em diferentes contextos (Valsiner, 2012).

Ainda são poucos os estudos que abrangem a Teoria do Self Dialógico tomando como referência marcadores de gênero, raça e classe, contemplando, assim uma perspectiva do *self* de forma interseccional. A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo,

capitalismo e cisheteropatriarcado, produtores de avenidas identitárias onde as mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, considerados modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2018).

Os achados que abordam concepções dos indivíduos sobre si mesmos, considerando questões étnico-raciais, apontam as implicações de crenças e valores racistas nas trajetórias de desenvolvimento de *self*, e como a desvalorização de características negras e supervalorização das brancas estão na base da dificuldade de construir concepções de si positivas associadas à negritude (Oliveira, 2016). Existe, portanto, uma crítica a forma como o *self* é compreendido pelas teorias euro-ocidentais, predominantes na Psicologia, que não contemplam as especificidades de desenvolvimento psicológico daqueles que não correspondem ao padrão de ser humano universal adotado por elas, o que inclui as mulheres negras (Teixeira, 2020).

Ainda que reconhecendo as limitações das teorias que abordam o *self*, como a Teoria do *Self* Dialógico, possibilidades de análise e reflexão podem ser construídas a partir desta lacuna. Em estudo realizado sobre a violência praticada por parceiro íntimo contra mulheres imigrantes, foi usada a Teoria do *Self* Dialógico enquanto referencial teórico, sendo utilizado o conceito da multivocalidade e posicionamentos do “eu” no mundo físico e em espaços imaginários (Hermans, 2012) para explicar a fluidez e a complexidade do “eu” destas mulheres como migrantes transnacionais, inserido em narrativas de gênero, articulado em espaços transnacionais físico e imaginário repletos de dinâmicas de poder (Soerens, 2015). Neste contexto, o *self* possibilitou a consideração, através da premissa do “eu” como corporificado e intrinsecamente social (Hermans et al., 1992), caminhos para teorizar sobre intersubjetividade e dinâmica de poder, aspectos essenciais para o estudo da VPPI (Soerens, 2015). O estudo em questão faz ainda a aposta no uso da teoria como potencial para fomentar discussões e pesquisas que façam uma relação com abordagens feministas e com o conceito da interseccionalidade (Crenshaw, 1991), para desenvolver ainda mais a teorização do *self* dialógico.

Neste processo, identifica-se o olhar crítico para as poucas produções que objetivam realizar uma análise dos impactos da VPPI tomando como referência a violência sexual e seus desdobramentos no público majoritariamente afetado, o de mulheres negras, à luz de teorias que abordem o *Self* Dialógico e suas dinâmicas. Considerando que a VPPI representa uma das mais prevalentes e endêmicas formas de violência contra a mulher (Curia et al., 2020), esse estudo possui como objetivo

compreender os CASS e dinâmicas do *self* dialógico de mulheres negras em situação de violência sexual por parceiro íntimo, tomando como referência um estudo de caso em profundidade sob a ótica da Psicologia Cultural de mediação Semiótica e da intersercionalidade.

Método

Estudo qualitativo com método idiográfico, que aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, abarcando o nível subjetivo e relacional da realidade social, retratada por meio da história, do universo e dos significados dos atores sociais (Minayo, 2004). Foi usado o estudo de caso enquanto estratégia metodológica, que permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, contribuindo para a compreensão dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos de forma aprofundada (Yin, 2001).

O campo de pesquisa compreendeu um Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual - SAMSVS, localizado em Salvador (Bahia), no qual são atendidas, por equipe multidisciplinar, mulheres - residentes no estado da Bahia e fora dele - a partir dos 12 anos de idade, que passaram por situação de violência sexual. Destaca-se que a primeira autora deste estudo integrou a equipe de profissionais do serviço e conduziu um acompanhamento psicológico com a participante do estudo.

Foram usados como critério de inclusão ser mulher, adulta, autodeclarar-se como preta (negra ou parda), residir em Salvador (Bahia), estar em acompanhamento multiprofissional no Serviço por, no mínimo, seis meses e em acompanhamento psicológico no momento da realização da pesquisa. A identificação da participante e demais nomes próprios foram substituídos, para preservação do sigilo.

O projeto que deu origem a este artigo foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia (parecer nº 4.642.146) e Comitê de Ética e Pesquisa da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (parecer nº 4.950.205). Foram realizadas duas entrevistas narrativas na sala de atendimento do próprio Serviço. Utilizou-se uma ficha de dados sociodemográficos, assim como algumas informações registradas no prontuário.

A entrevista narrativa compreende um instrumento que estimula a narrativa de episódios importantes da vida configurando-se o ato de contar/narrar e escutar

histórias em um método para atingir objetivos (Jovchelovitch & Gaskell, 2010). Optou-se pela análise de narrativas baseada na proposta de Lieblich, Tuval-Mashiach e Zilber (1998). Nesta, foi selecionada a análise categorial-conteúdo, adotada quando existe o interesse em um problema ou fenômeno compartilhado por um grupo de pessoas. Foram definidas categorias de conteúdo, a partir das entrevistas narrativas realizadas com a participante do estudo, representadas por temas ou perspectivas que atravessaram o texto e forneceram um meio de classificar suas unidades - palavras, sentenças ou grupos de frases.

Resultados

Girassol: breve caracterização e inserção no Serviço

Girassol é uma mulher heterossexual, cisgênero, autodeclarada como negra, com 30 anos de idade. É candomblecista, mãe de dois filhos, Sonhador, nove anos e Flor, dois anos. Reside em um bairro popular de Salvador, possui ensino médio completo e trabalha como auxiliar administrativa, com renda média de um salário mínimo, sendo vinculada a programas de assistência social. Compareceu ao Serviço através de indicação de colega de trabalho, com quem compartilhou a situação de violência sexual, após cerca de um mês do ocorrido. Chegou à unidade gestante, proveniente da violência, cujo autor foi um homem que encontrou através de aplicativo em rede social e estava se relacionando. Após uma relação sexual consentida, em dado momento da relação, este forçou práticas sexuais e retirou o preservativo sem o seu consentimento, condutas estas que são consideradas estupro, conforme o artigo nº 223 do Código Penal Brasileiro.

Girassol passou por todos os atendimentos com equipe multidisciplinar no Serviço e realizou a denúncia da situação na Delegacia Especializada. Manifestou o desejo pela realização do procedimento de interrupção legal da gestação, preconizado pelo Código Penal brasileiro frente a gestação resultante de estupro. Contudo, ao longo do protocolo institucional para a efetivação do procedimento, desistiu, optando pelo seguimento da gravidez. Recebeu alta de todos os atendimentos na unidade e se manteve apenas no acompanhamento psicológico.

Concepção sobre ser mulher negra e os atravessamentos interseccionais

Girassol caracteriza a sua trajetória de vida como sendo alguém “antes de Flor” e “depois de Flor”. Sinaliza que advém de uma família onde não teve contato com seu pai biológico, sendo criada pela genitora e padrasto, por meio de uma convivência conflituosa, recebendo auxílio da família extensa, principalmente das mulheres. Demarca a “falta” de uma figura paterna na sua vida e as tentativas de supressão desta ausência pelos cuidados das tias. Por não advir de uma estrutura familiar pautada no formato “tradicional”, Girassol tinha como padrão de normalidade a separação conjugal e famílias reconstituídas. No seu processo de desenvolvimento, foi compreendendo a existência de um “ideal familiar” e entendendo que era diferente do modelo familiar que vivenciou e, assim, também passou a almejá-lo.

Foi a partir desta construção de significado familiar que Girassol foi estabelecendo como objetivo de vida o ingresso em um relacionamento amoroso. Afirma que se sentia contemplada pelos vínculos de amizade que possuía, mas se angustiava frente a um “vazio” que a fazia querer “ter um relacionamento a qualquer custo”. Sinaliza que experienciar uma relação poderia suprir a “ausência paterna” e a “falta de carinho materno”. Foi neste contexto que passou a utilizar aplicativos de relacionamento, mas constantemente se frustrava pelo fato de encontrar homens “que só queriam saber de sexo”. Neste processo, Girassol conta sobre o relacionamento que gerou o seu primeiro filho, Sonhador, reconhecendo como uma relação ruim, mas a qual fez um esforço para manter em prol da sustentação do modelo familiar “ideal” que tanto almejava. Ressalta a sua cor de pele e condição social como fatores que a desfavoreciam na busca pelo parceiro que idealizava.

(...) quando eu ia ver a pessoa estava assumindo relacionamento com outra pessoa e me dizia que não queria ficar com ninguém no momento... e na verdade estava assumindo o relacionamento com outra. E essa outra pessoa ...a maioria das vezes era uma mulher de pele assim mais clara... Com cabelo alisado, que tinha mais condições que a minha, que tinha casa... e aí eu pensava “é, pra ter um relacionamento hoje em dia tem que ter uma casa e uma condição melhor! Porque branca eu não tenho mais como ficar!”

Compartilha as dificuldades na concepção de si mesma enquanto mulher negra, trazendo a ausência de referências que evidenciassem elementos positivos relacionados ao ser negra. Sinaliza a busca por procedimentos estéticos como “cirurgia pra diminuir a boca” e práticas como “meu cabelo era 1 hora de chapinha cada mecha” como exemplos de como “não me aceitava mesmo”.

A partir deste processo, vai experienciar uma série de relações amorosas que não se mantêm, uma vez que corriqueiramente descobre estar se relacionando com homens comprometidos. Reconhece que, estar com algum parceiro que era mais cuidadoso, gentil e amoroso a fazia se “encantar” pela pessoa, a colocando também em uma condição de vulnerabilidade por não conseguir se atentar ao cuidado consigo mesma. Girassol evidencia o movimento de repetição em sua história de vida, nomeando as influências da sua condição social e cor de pele para a consolidação deste cenário.

Porque eu acho que as pessoas só querem as mulheres como nós, pretas, para usar. Assim, pra namorar, eles escolhem ... uma pessoa que tem mais dinheiro, que tem um cabelo que é mais aceitável pra sociedade, uma cor de pele clara, um corpinho definido, agora a mulher preta que tem um bundão, sabe, uma pele mais assim, mais firme, mais carnuda, é só pra ser usada pro sexo e depois acabou.

Reconhece também o quanto aspectos das suas características e aparência ocupavam um lugar de valor em determinados contextos, em oposição ao que acontecia em outros espaços.

(...) muitas vezes eu até tentava usar essas coisas pra ter um benefício. Tipo assim, eu saía e colocava uma roupa mais decotada, porque eu sabia que isso ia chamar a atenção e eu ia ganhar uma bebida, ganhar uma carona...

Girassol evidencia a chegada de um limite nessa busca ao afirmar sentir-se “cansada, por só ser o amor da vida deles pra conseguir o benefício que querem”, reconhecendo não ter esperanças em relação a possibilidade de vivenciar uma relação amorosa e constituir uma família conforme a sua concepção de modelo ideal. Encontra na construção e vivência da maternidade a oportunidade de vivenciar o sentimento de amor e a consolidação da família dentro do formato que lhe foi possível alcançar.

Ambivalências do self e violência estrutural: impactos do racismo e da violência de gênero

Girassol narra episódios de violência racial e de gênero, exemplificados pela dificuldade em conseguir estabelecer vínculos nos espaços de convivência como, por exemplo, o ambiente escolar, onde afirma que só conseguia cultivar a amizade com pessoas que eram iguais a ela, se referindo a questões de raça e classe. Retrata ainda

outros episódios, no contexto laboral e no exercício da sua maternidade com o primeiro filho, Sonhador, onde se percebia destituída do seu lugar de pertencimento em virtude da sua cor de pele.

Girassol descreve também situações de violência de gênero ao longo da sua trajetória de vida, destacando episódios de violência doméstica perpetrados pelo ex-companheiro, pai de Sonhador. Neste contexto, é identificada a VPPI.

E, assim, o pai do meu filho, ele abusava de bebida, usava droga e eu não podia contar essa parte para minha mãe. (...) Ele me falava assim "você acha o quê? Só eu é que vou te querer, ninguém vai te querer mais... Tá achando o quê? Uma mulher com filho, você tem que aceitar isso aí tudo! ... (Choro) "se eu saio para procurar uma pessoa na rua é porque você não é presente em casa, você tem que aceitar! Se você não tá comparecendo, eu sou homem, eu tenho que procurar na rua!

O processo de Girassol em se dar conta da relação violenta - física, psicológica e patrimonial - em que se encontrava foi se delineando a partir do acúmulo de funções que ocupava, das frustrações e sofrimento proveniente das posturas do ex-companheiro. Para além disso, passou a dar entrada de forma recorrente em uma unidade de saúde local, iniciando o acompanhamento com médico de referência também por conta da gestação de Sonhador. Este profissional começou a identificar as nuances do estado de saúde de Girassol e um vínculo foi se estabelecendo, sendo ele uma importante figura no descortinamento da situação de VPPI.

Os atravessamentos e transformações no processo de desenvolvimento do *self* de Girassol foram potencializados pela situação de violência sexual por parceiro íntimo, ocorrida anos após a separação conjugal e que a levou até o Serviço. Girassol relata que seguiu em busca de um relacionamento, após a separação, novamente pela via dos aplicativos de relacionamento, momento em que conheceu e começou a se relacionar com o autor da violência sexual. A VPPI ocorrida neste contexto gerou uma série de repercussões na percepção de Girassol acerca de si mesma. Refere “eu me senti suja... muito suja. Como se eu tivesse sido realmente culpada, sabe? Me senti suja mesmo, como se eu tivesse cometido um crime. Como se eu tivesse errada, como se eu tivesse provocado aquilo ali, sabe?”. Também aborda o agravante que foi descobrir a gravidez em decorrência da violência, para além dos impactos ao ter reconhecido a situação pela qual passou.

Eu me desesperei, não sabia o que fazer... aí fiquei naquele, comecei a procurar na internet, tomar chá de não sei o quê, chá daquilo, ai... é...

assim, e no momento eu não tinha consciência de que o culpado era ele. Eu achava que eu era a errada, só de eu ter aceitado ir pra casa dele eu tava errada, né?... ai eu vivi vários dias de angústia, porque muitas vezes eu chorava em casa escondido, tinha vezes que minha mãe via eu chorando e não fazia nada...

A descoberta de uma gestação potencializou o sentimento de culpa em Girassol, uma vez que se via sem condições para encarar mais uma gestação e por não ter estabelecido uma relação “séria” com o autor da violência.

Quando mesmo eu sentia Flor mexendo no meu corpo, era terrível, era uma coisa que me trazia repulsa.... Descobrir que eu tava grávida foi três vezes pior do que quando aconteceu a situação... que, tipo assim ó, eu ia levar esse negócio do abuso pro resto da minha vida, eu não ia contar pra ninguém. (...) Sentia que tinha alguma coisa negativa dentro de mim e depois disso eu me culpei tanto quando Flor nasceu! (choro). Eu me culpei tanto, tanto, tanto por ter pensado isso dela, por ter falado essas coisas... Por ter sentido isso.

Somada às demais repercussões da violência sofrida, a descoberta da gestação intensificou a sua condição de desespero, desamparo e a angústia de não saber a quem recorrer ou qual lugar acessar em busca de suporte.

Movimentações do self e o suporte de recursos: caminhos para o enfrentamento

Girassol, para além das reverberações frente às situações de violência pelas quais passou, ressalta a presença de recursos de suporte ao longo da sua trajetória de vida, os quais identifica como fundamentais para o manejo com as condições de risco, sofrimento e dificuldades enfrentadas neste processo.

O acesso ao conhecimento se mostrou como um importante recurso, tanto através das capacitações que recebeu ao longo das suas experiências de trabalho, como diante da sua inserção no candomblé. Girassol enfatiza a importância em ter sido apresentada aos aspectos históricos que permearam a identificação racial e a influência positiva em seu processo de aceitação. A partir de projeto social vinculado a curso de capacitação em uma das atividades laborais que exerceu já adulta, Girassol demarca a predominância de funcionários autodeclarados como pretos e pardos e informações direcionadas à questão racial por parte do corpo docente do curso: “foi nesse curso que eu tive mais coragem assim de me mostrar como mulher negra...”.

Girassol frequentou diversas religiões até se vincular ao candomblé e demarca a necessidade em se “encontrar em alguma coisa” até o seu primeiro contato com esta religião.

(...) e, assim, lá foi o espaço que eu realmente me encaixei, que eu via que as pessoas era tratadas igual, tem um momento da gente sentar e eles mostrarem a importância da pessoa negra, o que os negros escravizados fizeram, a cultura que eles trouxeram pra cá, a riqueza que eles trouxeram pra cá, mesmo da forma que eles vieram pra cá... é... como eu tinha que me impor na no meu trabalho que, pra mim, estar no setor público, sendo negra, sendo candomblecista, tinha um papel muito importante para as pessoas de lá da roça, que eu era importante, que eu sou uma pessoa importante, que o pedacinho que eu trago pra lá tem também uma história e, e assim... lá é diferente, lá eles me empoderam! É... tem mesmo um rapaz lá que foi o primeiro filho da casa e ele é professor de história e, pra mim assim, isso é muito valioso!... e poder ter acesso a uma aula dessas, pra mim isso é uma honra! Então lá eu tô num lugar que eles me encorajam a estudar, a dar o melhor para os meus filhos, me estimulam a me formar, fazer uma faculdade, tudo isso...

Identifica também a importância de atendimentos e orientações médicas enquanto estava na relação com o pai de Sonhador, o que a alertou sobre os riscos e agravos da relação conjugal em que se encontrava. O Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual representou também uma égide de amparo para Girassol.

Eu fui bem acolhida, por todo mundo que me atendeu... As pessoas viam que eu estava assustada... as profissionais tiveram paciência comigo, sentavam do meu lado, começavam a conversar... (choro)... me senti muito cuidada. Aí teve o momento que eu tive que ir conversar com a Psicóloga e Assistente Social e aí eu falei pronto, agora que elas vão me descascar, vão falar que eu procurei isso, que eu vacilei... e aí elas pegaram e explicaram como era aqui, o que seria feito, o passo a passo, que eu seria acompanhada, teria atendimento psicológico, com a equipe também... e que não era assim rápido que resolvia, porque eu pensei que já ia fazer o procedimento mesmo naquele dia, que o mais importante era que eu me sentisse acolhida, segura da minha decisão... Que eu poderia vir sempre que precisasse...que eu não estava sozinha (choro). Então eu ouvi o oposto do que eu tinha medo de ouvir...

Girassol optou pela interrupção legal da gestação, a partir do momento em que compreendeu o que havia passado como uma situação de violência sexual praticada por parceiro íntimo, e que teria direito à realização da interrupção legal. Porém, ao longo da realização dos protocolos explicitados pelo Ministério da Saúde para o pleito deste procedimento, Girassol sinalizou à equipe do Serviço que havia mudado de decisão. Identifica a influência do contexto religioso, por meio do compartilhamento da situação com sua mãe de santo, como determinante neste cenário.

Antes, logo quando tudo aconteceu, eu não aceitava minha filha, não aceitava de jeito nenhum... ficava pedindo um direcionamento a minha religião... se for pra acontecer, se for pra tirar minha filha, se for pra continuar com minha filha... a criança na verdade, na época eu não sabia se era menino ou menina, eu pedia pra religião me mostrar. Aí fui... no dia antes de acontecer, no dia antes de marcar o procedimento pra tirar aqui, minha mãe ligou pra conversar comigo. Ela me falou assim “Não, não se preocupe não... se for por conta de dinheiro, eu tô aqui, vamos te ajudar... mas não faça isso. Tudo nessa vida tem um motivo, um propósito... acredite na fé.

A partir daí, Girassol pôde se conectar com outros valores e significados relacionados à maternidade com Flor.

Minha filha é um desafio, um desafio maravilhoso, ela foi o elo pra eu poder voltar a falar com outros familiares... se não fosse por minha filha hoje eu não teria uma casa, não pensaria em futuro, em querer estudar... Porque, quando eu tive Sonhador, eu pensei em me formar na escola e com ela, eu penso em poder trabalhar e construir uma casa.

É possível perceber os atravessamentos que Girassol vivenciou ao longo do seu processo de desenvolvimento a partir dos marcadores de raça, classe e gênero. Diversos impactos foram gerados na construção da concepção de si mesma, que foram reeditados e potencializados a partir da situação de violência sexual perpetrada por parceiro íntimo. Contudo, percebe-se que o *self* de Girassol também foi sendo alicerçado na construção de imagem positiva de si mesma, principalmente através do suporte recebido por recursos, como sua rede de apoio, a religião e o acesso ao Serviço.

Discussão

A trajetória de Girassol é marcada por momentos que exerceram significativa influência no desenvolvimento do seu *self*. Foram observados episódios de racismo e sexismo, diretamente relacionados às situações de VPPI. Girassol passou por situações de violência física, sexual, psicológica e patrimonial, principais formas de expressão deste fenômeno (Hardesty & Ogolsky, 2020). Ao se pensar sobre o seu processo desenvolvimental, entende-se que é permeado pela inseparabilidade da pessoa frente ao contexto cultural onde encontra-se inserida (Valsiner, 2014), sendo a cultura atravessada por marcadores sociais, de gênero e classe. As transformações que ocorrem no campo do seu *self* estão relacionadas às sugestões e expectativas sociais, articuladas no campo da cultura coletiva para orientação dos indivíduos (Valsiner 2014). Neste processo transicional, as mudanças pelas quais o *self* passa são

permeadas por tensões, subsidiadas pelos CASS. As tensões são compreendidas como forças exercidas no sistema de composição do *self*, que exercem uma pressão direcionada ao estabelecimento de um equilíbrio, de adaptação ou ruptura, gerando mudanças, em termos de continuidade ou descontinuidade de sua identidade (Tateo, 2018). Os CASS, responsáveis pela organização dos sistemas de *self*, evidenciam as dinâmicas que emergem nas relações do self diferentes contextos (Valsiner, 2012).

Considera-se que as ambivalências, uma das representações das tensões, operam como propulsoras das transformações desenvolvimentais, fazendo das experiências de vida um conjunto de tensões entre perspectivas - que podem ser opostas ou alternativas - inerentemente conectadas e existentes através de relações mútuas (Tateo, 2018). Observou-se a presença de tensões permeadas por ambivalências na construção do *self* de Girassol, diretamente relacionadas aos atravessamentos pelos marcadores de raça, classe e gênero, imprimindo um olhar interseccional na constituição dos CASS. Estes aspectos incidem diretamente na concepção de Girassol sobre ela mesma, na qual determinados significados foram reeditados e potencializados pela VPPI.

É identificado o complexo semiótico da construção da sua imagem como **não negra x negra**, onde a presença de estigmas negativos associados ao ser negra influenciam Girassol a buscar formas de se sentir reconhecida e pertencente à branquitude. Considera-se a influência que o meio social e a convivência com outros significativos em sua história de vida operaram na produção de signos reforçadores do racismo, gerando uma construção de significado negativa sobre o ser negra.

Neste sentido, a cultura atua enquanto um gerador de significados pautados no racismo estrutural e na concepção do olhar colonizador. A “tecnologia superdesenvolvida trazida pelo branco” (Munanga, 2009), permeada pelas suas características, condutas e valores, faz com que a população negra passe a questionar sua identidade, de modo que o “embranquecimento” (Munanga, 2009) passa a representar uma possibilidade de solução em prol do reconhecimento. Para além do amor pelo colonizador, é gerado um movimento de vergonha e ódio direcionados à si mesmos, de modo a complementar o “embranquecimento” das negras e negros pela assimilação dos valores culturais da branquitude, compreendido como uma sequela da colonização (Munanga, 2009).

Atrelado a este fator, Girassol apresenta reflexões sobre sua dificuldade em se manter em um relacionamento duradouro e ao fato de estar constantemente envolvida

com homens comprometidos. Pode-se destacar a presença do complexo semiótico **inadequada x adequada**, relacionado ao seu senso de pertencimento e à construção de valores sobre si mesma. Narra situações ocorridas em seu ambiente de trabalho, onde se depara com a forma de tratamento diferente que lhe é dispensada em relação a dos demais colegas, cenário em que podem ser resgatados os papéis direcionados à mulher negra, ainda vigentes na sociedade contemporânea - o de “mulata” , “doméstica” e “mãe preta” (Gonzalez, 1984).

As constantes indagações de Girassol e buscas pelo seu senso de pertencimento e identidade ilustram outro complexo semiótico afetivo, **vazio x não vazio**, também atrelado às experiências passadas por ela, alicerçadas em questões interseccionais. Este complexo se relaciona a ideia, inicialmente, da complementaridade de si através de um relacionamento amoroso, vislumbrando a constituição de um modelo familiar ideal. Destaca-se o processo de relações afetivas e sexuais que envolve as mulheres negras, atrelado a ideologias raciais e de gênero estruturantes de um conjunto de práticas e comportamentos que regem os espaços que são “destinados” a elas. Fora do “mercado afetivo”, são endereçadas ao “mercado do sexo”, da erotização, do trabalho doméstico, mal remunerado e “escravizado”, ao passo que para as mulheres brancas seriam reservadas as posições de privilégio na “cultura do afeto”, do casamento e da união estável (Pacheco, 2013). Neste cenário, faz-se referência ao processo de colonialismo, caracterizado pela relação de dominação dos colonizadores e colonizados, por meio de mecanismos de violência política, social e cultural dos europeus sobre os povos conquistados de todos os continentes (Quijano, 1992).

Importante localizar ainda o distanciamento deste modelo familiar “ideal” da concepção de família oriunda das tradições culturais africanas, que possuía um entendimento mais amplo do que o modelo em vigor (Davis, 2017). Mais uma vez é observado o movimento de busca pelo embranquecimento (Munanga, 2009) por Girassol, como forma de, também, ganhar o lugar de reconhecimento e pertença social, mas que fracassa a medida que gera a sua inacessibilidade e não pertencimento a, de fato, o lugar que o branco ocupa. Entende-se que este contexto também atuou como um propulsor da situação de violência sexual perpetrada por parceiro íntimo, na medida que gerava a exposição de Girassol à situações de risco em prol da obtenção de um parceiro. Neste ponto, tem-se a presença de um outro complexo semiótico, **culpada x não culpada** pela VPPI.

O movimento de autculpabilização se apresenta como um impacto significativo às mulheres que passaram por situação de violência sexual, sobretudo quando a violência envolve a figura de um parceiro íntimo (Lourenço & Costa, 2020; Curia et al., 2020). Ademais, o discurso social vigente responsabiliza as mulheres pela violência sofrida. Expectativas e normas são direcionadas às pessoas, diretamente alicerçadas em preconceitos e desigualdades, sobretudo de gênero, raça e classe. Ocorre assim o processo da inversão da culpa, que localiza as mulheres na posição de objetos sexuais, subservientes, hipersexualizadas ou mesmo que provocam a violência por alguma postura de inadequação diante do desejo do masculino (Lourenço & Costa, 2020).

Tal contexto está relacionado a outro complexo semiótico no desenvolvimento do *self* de Girassol, o da **mulher que aborta x mulher que não aborta**. Girassol evidencia a intensidade do sofrimento gerado pela descoberta da gestação em decorrência da VPPI, sinalizando ainda o desamparo por não saber como proceder ou qual instância de suporte acessar. A decisão pela realização do procedimento de interrupção legal da gestação se baseou no acesso de Girassol a informações sobre os seus direitos e possibilidades de cuidado, gerando, em um primeiro momento, um caminho de resolução de problema frente à condição que se encontrava após a ocorrência da violência.

Os complexos semióticos apresentados ilustram as ambivalências experienciadas por Girassol e as transformações em seu processo de desenvolvimento do *self*. A partir destas tensões, Girassol entra em contato com outros significativos e com elementos culturais que a direcionam para transformações em seu *self*, de modo que determinados signos acabam prevalecendo em detrimento de outros, em uma movimentação dinâmica. Os atravessamentos vivenciados por mulheres negras em suas experiências de vida, associados a questões não somente de gênero, mas também de raça e classe, geram uma potencialização de transformações, que influenciam nos reposicionamentos do seu *self*. De forma interseccional, entende-se que, frente a uma situação de violência sexual praticada por parceiro íntimo, signos podem ser reforçados, de modo que a violência pode propiciar influências no sentido de continuidade do *self*.

As mulheres negras são afetadas em sua subjetividade em decorrência de marcadores de opressão distintos, com destaque para as instâncias de gênero, classe e raça. Nesse sentido, os efeitos dessas violências incidem na saúde mental e geram

efeitos no senso de identidade (Martins, Lima & Santos, 2020). As implicações que crenças e valores racistas geram nas trajetórias de desenvolvimento do *self*, a desvalorização de características negras e supervalorização das brancas estão na base da dificuldade de construir concepções de si positivas associadas à negritude (Oliveira, 2016). Tais questões nos fazem pensar sobre o movimento de internalização desses significados, através da presença dos signos que mediam processos de ruptura e transição. Este processo é sempre construtivo, transformando o material externo em uma forma inteiramente diversa (Valsiner, 2012).

A internalização pode ser associada com a concepção de colonialidade difundida em nossa sociedade, que compreende o enraizamento das repercussões advindas do processo de colonização e as marcas deixadas na estruturação e imaginário social (Quijano, 1992). As rupturas no desenvolvimento do *self* evocam reflexos de uma colonialidade de gênero (Lugones, 2014), evidenciando a opressão de gênero racializada capitalista. Nesse sentido, o racismo e suas reverberações podem gerar tensionamentos e ambivalências de significados que ultrapassam as condições de manutenção de uma dinâmica de continuidade do *self*, representando assim eventos geradores de rupturas e impactando o desenvolvimento do *self*.

As rupturas são entendidas como uma interrupção abrupta do processo de construção identitária em curso, gerando uma descontinuidade do sentido de si (Zittoun, 2009). Deste processo, transições podem ocorrer, evocando signos que, muitas vezes, refletem discursos difundidos socialmente e que reforçam lugares de desqualificação para as pessoas negras. No período de transição, faz-se necessária a construção de significado pessoal para o evento disruptivo. Com isto, intensifica-se também um processo de redefinição da identidade, envolvendo a construção e mobilização da representação de si mesmo no passado e de possíveis *selves* no futuro, em um determinado contexto sociocultural (Zittoun, 2009). Girassol apresenta os impactos sentidos na percepção de si mesma a partir das situações de violência que identificou em sua história de vida. Conforme Zittoun (2009), tais situações desencadeiam incertezas que podem influenciar as experiências da pessoa e o seu senso de realidade pessoal. A oposição, então, passa a ser compreendida como a base para a mudança. Para tanto, os signos se fazem presentes, não como entidades fixas, mas como campos de significação que representam a ponte de contato entre o *self* e os outros (Bento, Cunha & Salgado, 2012).

Foram apresentados alguns dos signos, a partir dos CASS, gerados ao longo da trajetória de Girassol que, generalizados, atuaram como signos promotores (Valsiner, 2012), profundamente internalizados e que operaram como orientadores em suas condutas ao longo do tempo, a permitindo refletir sobre o futuro. Neste processo, a construção e o uso destes signos permitiram a regulação dos fenômenos psicológicos que aparecem em Girassol, tanto no campo da cultura pessoal quanto no campo da cultura coletiva, interdependentes, uma vez que a cultura pessoal está constituída por significados pessoais subjetivamente construídos e a cultura coletiva é co-construída pelas mensagens comunicativas mediadas interpessoalmente pelos signos (Valsiner, 2012).

Ao longo da narrativa de Girassol também foi observada a presença de recursos enquanto processos regulatórios da experiência, apresentados pela mediação semiótica e inseridos em processos de cuidado. Estes atuaram nas tensões do *self* de Girassol, dinamizando os CASS e promovendo a potencialização de novos signos em sua trajetória. Nesse percurso, os recursos representam as mediações semióticas, visando a regulação das experiências (Zittoun & Gillespie, 2013). Os recursos - ferramentas culturais, sociais ou simbólicas, usadas para agir sobre o mundo físico ou signos - integram um processo e os seus usos possuem uma intenção - são recursos usados para alguma coisa (Zittoun & Gillespie, 2013). Perante o complexo semiótico **não negra x negra**, a partir do momento em que consegue ter acesso a informações sobre a escravização a história dos povos africanos, tanto no contexto de capacitação, como, principalmente, pelos ensinamentos e dinâmica advindos do candomblé, Girassol passa a construir o seu processo de identificação como mulher negra e a admirar aspectos relacionados à negritude. Entende-se que estes processos atuaram enquanto recursos sociais e cognitivos, fortalecendo a sua condição de **negra**. Girassol passa então a se apropriar do processo de construção da “identidade coletiva negra” (Munanga, 2012), em um resgate paulatino da sua história e autenticidade, visando a reconstrução de uma história positiva a fim de ser estabelecida a condição de sujeito e autoestima diante da destruição gerada pelas ideologias racistas na historiografia colonial (Munanga, 2012).

As tensões envolvendo o lugar de **inadequada x adequada** perpassaram tanto os episódios de violência doméstica perpetrados pelo ex-companheiro, em um contexto de VPPI, como os episódios de racismo e sexismo, como, por exemplo, vivenciados por Girassol no espaço laboral. As consecutivas frustrações amorosas de Girassol

também a fizeram questionar seu valor e lugar enquanto mulher, potencializando a sensação de não pertencimento e inadequação. Entende-se que o vínculo construído com o médico da unidade de saúde com a equipe do SAMSVS contribuíram para as modificações na forma como Girassol passou a se perceber, atuando enquanto recursos sociais e cognitivos, tanto pela via do suporte como na oferta de informações sobre seus direitos de mulher e cidadã. O fortalecimento da afirmação da sua identidade de mulher negra, principalmente permeado pelos recursos sociais e cognitivos da religião, também colaboraram para a construção do signo de **adequação** em sua realidade e contextos de vida.

Tal construção também se alicerçou ao CASS envolvendo o complexo semiótico do **vazio x não vazio**. Foi observado que o movimento constante de Girassol buscar um relacionamento amoroso denunciava a sua necessidade de preenchimento de si mesma com algo que estava além de si, visando a obtenção de um propósito e sentido de vida. Girassol acreditava que ser amada e lograr êxito em um relacionamento amoroso, para assim poder constituir o almejado modelo familiar ideal, iria tamponar o **vazio** sentido.

Destaca-se a relevância da construção do senso de pertencimento, a partir do momento que se conecta a validações em sua comunidade religiosa, bem como a partir da construção de novos olhares acerca da maternidade. O candomblé e a chegada de Flor, após todo o processo de permeou a aceitação e construção desta nova maternagem, representaram, sobretudo, recursos sociais que contribuíram no fortalecimento do signo do **não vazio**.

Importante salientar que, embora Girassol localize o nascimento de Flor como significativo em sua trajetória de vida e um marcador temporal das transformações no desenvolvimento do seu *self*, existem diversas complexidades que perpassaram a construção da maternagem de Flor e os símbolos associados a maternidade de uma mulher negra. A maternidade permeou a criação de mecanismos de controle em relação às mulheres negras, dando origem a uma série de estereótipos em relação às mães. Sabe-se que às mulheres negras foi delegado o lugar de “reprodutora” e não de “mãe” propriamente dito, sendo apenas compreendidas no lugar de cuidado quando este se direcionava aos filhos da “casa branca” (Davis, 2017).

A construção de Girassol como “mãe de Flor” possibilitou a ela se apropriar de um propósito, gerando uma nova construção afetiva para seu senso de pertencimento e valor, a conectando também com a maternidade de Sonhador e com a possibilidade

de experienciar o sentimento de amor, em reciprocidade, e a construção da sua família, ainda que não ideal, mas possível. Através das suas experiências, realizou elaborações sobre seu processo e, mediante o contato com recursos de suporte, pôde reconfigurar a experiência de uma gestação fruto de VPPI em um sustentáculo de existência, o que evidencia a potencialidade desta transformação mas, ao mesmo tempo, a violência que perpassa esse momento de sua vida.

Nesta ceara, surgem ainda os recursos presentes diante das ambivalências vivenciadas por Girassol após a violência sexual por parceiro íntimo. Diante do sofrimento advindo do sentimento de culpa, ilustrado no complexo semiótico **culpada x não culpada**, Girassol evidencia o acolhimento recebido pelo SAMSVS e a importância dos atendimentos com a equipe multiprofissional, que atuaram como recursos sociais e cognitivos. Sentir-se acolhida, amparada e orientada frente a uma situação de VPPI, principalmente diante das consequências provenientes da violência, torna-se fundamental no processo de saúde e garantia de direitos das pessoas afetadas por esse fenômeno. Os serviços de assistência em saúde possuem um papel preponderante neste processo, assim como, no caso de Girassol, o amparo e apoio recebido da sua comunidade religiosa, que também atuou como recurso social e cognitivo.

As ambivalências experienciadas por Girassol no processo de decisão sobre realizar o procedimento de aborto legal perpassaram também o SAMSVS e o Candomblé que, mais uma vez, atuaram como recursos sociais e cognitivos e ofertaram alternativas de escolha, auxiliando na transição entre os signos e a conectar-se com outros significados perante os dilemas em que se encontrava, frente ao complexo semiótico do **aborto x não aborto**. A assistência prestada de forma qualificada às mulheres que passaram por VPPI favorece a percepção delas sobre si mesmas, oferecendo espaços de suporte e reflexão sobre o que fazer e como gerenciar a própria vida. Ressalta-se a relevância das redes de atenção a VPPI enquanto veículo de promoção da integralidade das mulheres no Sistema Único de Saúde (SUS), favorecendo a redução dos impactos na saúde física e mental das mulheres atingidas por essa violência (Lima et al., 2021).

A religião também possibilitou a Girassol o acesso a espaços de acolhimento e suporte diante dos agravos das violências. A literatura aponta a influência que a religião pode exercer no enfrentamento a situações de violência, por meio da construção de estratégias focadas na emoção. Estas, auxiliam na atribuição de novos

significados por meio da neutralização do caráter problemático da experiência, proporcionando o controle das reações emocionais e a retomada de papéis anteriormente exercidos e que foram afetados em razão da circunstância (Souza, 2020).

Entende-se que as ferramentas semióticas utilizadas na criação de campos afetivos são construções culturais, de modo que os campos afetivos pessoais são culturais em sua natureza, construídas sob as condições históricas de uma geração, e transcendê-las na próxima sendo, assim, na trajetória de Girassol, reflexos de um contexto colonialista ainda vigente, mas, em constante processo de transição e desconstrução, visando a promoção de novos signos que, de forma decolonial, tem possibilitado o seu contato com novas versões de si mesma.

Conclusão

O presente estudo apresentou um recorte temporal da trajetória de Girassol, que, sob uma ótica interseccional, teve como objetivo apresentar o surgimento de CASS a partir dos impactos de VPPI e episódios de racismo presentes no processo de desenvolvimento do seu *self*. Foi possível perceber a influência de recursos sociais e cognitivos como ferramentas semióticas, que possibilitam a existência de movimentações entre os signos gerados a partir do contato com estas situações de violência, auxiliando Girassol na apropriação de signos que possibilitaram sua aproximação a um *self* decolonial. Como formulado por Teixeira (2020), o *self* decolonial advém do desenvolvimento de pessoas negras em um contexto social marcado por uma semiosfera de racismo estrutural, diante das possibilidades de emergência do *self* quando se depara com caminhos de expressão válidas da existência humana, em uma perspectiva contra-hegemônica, desencadeando novas configurações subjetivas que levarão à construção de novas experiências identitárias (Teixeira, 2020).

Essas novas experiências podem ser ilustradas pelo discurso de Girassol, quando comenta sobre o seu processo de enfrentamento aos episódios de racismo e das repercussões das VPPIs. Assim, posições do *self* Eu-mulher-negra podem ser pensadas, permeadas por signos de fortalecimento e auto-afirmação. São reconhecidas as especificidades e limites deste estudo, na medida em que apresenta a realidade de uma mulher negra que passou por situações de violência, que conseguiu acessar um serviço de assistência e contar com outros suportes em sua trajetória. Ressalta-se a

necessidade da produção de mais pesquisas que realizem um aprofundamento sobre os CASS em uma perspectiva interseccional, aspecto pouco presente no estado da arte acerca desta temática.

A importância da valorização da singularidade na construção de suporte às mulheres predominantemente atingidas por esta violência também é enfatizada no estudo, desde o respeito à contribuição das distintas religiões neste processo - como as de matriz africana, bem como na construção de vínculos e redes de apoio e acesso a dispositivos de saúde que possam acolher as demandas destas pessoas de forma qualificada. É ressaltada a necessidade do fomento à construção de políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da VPPI, que não podem estar descoladas de políticas de combate ao racismo e desigualdade social.

CONTRIBUIÇÃO

Mariana de Oliveira Pinheiro: Autora responsável pela concepção e desenho, análise e interpretação dos dados, discussão dos resultados e revisão e aprovação da versão final do artigo no idioma da publicação, conforme padrão de publicação da revista.

Vania Bustamante: Autora responsável pela revisão e aprovação da versão final do artigo no idioma da publicação, conforme padrão de publicação da revista.

Referências

- Akotirene, C. (2018). *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte - MG. Letramento: Justificando.
- Bento, T., Cunha, C. C., & Salgado, J. (2012). Dialogical theory of selfhood. In J. Valsiner (Org.), *The Oxford handbook of culture and psychology* (pp. 421-438). New York, NY: Oxford University Press.
- Lei nº 11.340 de 7 de AGOSTO de 2006 (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília.
- Curia, B. G., Gonçalves, V. D., Zamora, J. C., Ruoso, A., Ligório, I. S., Habgzang, L. (2020). Produções Científicas Brasileiras em Psicologia sobre Violência contra Mulher por Parceiro Íntimo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, e 189184, 1-19. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003189184>
- Davis, A. (2017). *Mulheres, cultura e política*. Boitempo.
- Garcia, L. P., Silva, G.D.M. (2018). Violência por parceiro íntimo: perfil dos atendimentos em serviços de urgência e emergência nas capitais dos estados brasileiros, 2014. *Cad. Saúde Pública*, 34(4):e00062317. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00062317>
- Gonzalez, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. (1984) *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244.
- Hardesty, J. L.; Ogolsky, B. G. (2020) A Sociological Perspective on Intimate Partner Violence Research: A Decade in Review. *Journal of Marriage and Family*, 82, February: 454–477. <https://doi.org/10.1111/jomf.12652>
- Hermans, H. J. (2002). The Dialogical Self as a Society of Mind: Introduction. *Theory & Psychology*, 12(2),147-160. <https://doi.org/10.1177/0959354302122001>
- Jovchelovitch, S., Bauer, M. W. (2010). Entrevista Narrativa In: Bauer, W., Gaskell, G. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.90-113.

- Lima, M. M., Oliveira, M. F., Lima, C. S. A., Cupertino, M. C (2021). O papel das redes de atenção na assistência a casos de violência por parceiro íntimo. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, Vol.13(7). <https://doi.org/10.25248/REAS.e8056.2021>
- Lourenço, L.M., Costa, D. P. (2020) Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher. *GeraiS: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(1). <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130109>
- Lugones, M. (2014) Rumo a um feminismo decolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3). <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Macedo, L. S. R., Silveira, A. C. (2012). Self: Um conceito em desenvolvimento. *Paideia*, 22(52), 281-289. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000200014>
- Martins, T. F., Lima, T. J. S., Santos, W. S. (2020). O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(7):2793-2802. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.29182018>
- Mascarenhas, M. D. M., Tomaz, G. R., Meneses, G. M. S., Rodrigues, M. T. P., Pereira, V. O. M., Corassa, R. B. (2020) Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011–2017. *REV BRAS EPIDEMIOL.* 23: E200007. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200007.supl.1>
- Mínayo, M. C. (2004) *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em saúde*. 8 ed. São Paulo: Editora Hucitec.
- Munanga, K. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? (2012). *Revista da ABPN*, v. 4, n. 8, p. 06-14. ISSN 2177-2770. <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/246>
- Munanga, K (2009). *Negritude: usos e sentidos*. Coleção Cultura Negra e Identidades. Editora Autêntica.
- Oliveira, M. C. L. (2016). Desenvolvimento do self e processos de hiperindividualização: interrogações à Psicologia Dialógica. *Psicologia USP*, volume 2, número 2, 201-211. <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20160004>
- Ministério da Saúde (2012). Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência. *Organização Pan-Americana da Saúde*. Organização Mundial da Saúde.

- Pacheco, A. C. L. (2013) *Mulher negra : afetividade e solidão*. Salvador : ÉDUFBA. 382 p.
- Quijano, A. (1992) Colonialidade y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*. 13(29): 11-20.
- Soerens, M. J. (2015). Violence in the Borderlands: A Dialogical Approach to Intimate Partner Violence among Migrant Women. *Psychology & Society*, 2015, Vol. 7 (1), 64 – 82.
- Souza, S. D. (2020) Religião e silenciamento do sofrimento: reflexões sobre morte e vida de mulheres em situação de violência . *Estudos de Religião*, v. 34, n. 3 • 337-351 • set.-dez. <https://doi.org/10.15603/2176-1078/er.v34n3p337-351>
- Tateo, L. (2018) Tensegrity as existential condition: The inherent ambivalence of Development. In I. Albert, I., E. Abbey & J. Valsiner (orgs.). *Cultural Psychology of Transgenerational Family Relations: Investigating Ambivalences*. NYC: IAP.
- Teixeira, A. M. B. Tensões subjetivas e culturais na experiência identitária de ser um estudante universitário negro: a emergência de um Self Decolonial. (2020). Tese (Doutorado em Psicologia) Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia,
- Valsiner, J (2014). *An Invitation to Cultural Psychology*. SAGE Publications.
- Valsiner, J. (2012) *Fundamentos da psicologia cultural–Mundos da mente, mundos da vida*. Trad. Ana Cecília S. Bastos. Porto Alegre: Artmed.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso – planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Zittoun, T (2009). Dynamics of life-course transitions: a methodological reflection. In J. Valsiner, P. Molenaar, M. Lyra, & N. Chaudhary (Orgs.), *Dynamic process methodology and the social and developmental sciences* (pp. 405 - 429). New York: Springe.
- Zittoun, T., Gillespie, A. (2013) Symbolic Resources. In: WILEY, J.S. **The Encyclopedia of Cross-Cultural**, London: Inc, 2013.

Capítulo 6. Encruzilhadas na assistência a mulheres negras em situação de violência sexual

Encruzilhadas na assistência a mulheres negras em situação de violência sexual ³

Mariana de Oliveira Pinheiro

Vania Bustamante

³ Artigo científico a ser submetido à Revista Estudos Feministas, seguindo a formatação exigida pelo manuscrito.

RESUMO

Estudo qualitativo que identificou os desafios e possibilidades na assistência a mulheres negras em situação de violência sexual a partir de uma análise interseccional e semiótica. Foram realizadas entrevistas narrativas com usuárias de um Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual, localizado em Salvador (Bahia). Através da proposta categorial-conteúdo de análise, os resultados apontaram as expressões de violências sofridas por estas mulheres, associadas à questões de gênero, raça e classe; a precariedade da rede de apoio, violência institucional e pouco acesso à informação como principais desafios e a presença da rede de apoio e acesso à atendimento qualificado como recursos de enfrentamento, compreendidos como recursos semióticos e de efeitos decoloniais.

Palavras-chave: violência sexual; enquadramento interseccional; recursos semióticos; estratégias de enfrentamento; mulheres negras.

ABSTRACT

Qualitative study that identified the challenges and possibilities in assisting black women in situations of sexual violence based on an intersectional and semiotic analysis. Narrative interviews were conducted with users of a Reception Service for Women in Situations of Sexual Violence, located in Salvador (Bahia). Through the categorical-content analysis proposal, the results pointed out the expressions of violence suffered by these women, associated with gender, race and class issues; the precariousness of the support network, institutional violence and little access to information as the main challenges and the presence of the support network and access to qualified care as coping resources, understood as semiotic resources and decolonial effects.

Keywords: sexual violence; intersectional framing; semiotic resources; coping strategies; black woman.

Introdução

A violência sexual constitui um grave problema de saúde pública, pois representa uma das principais causas de morbidade, especialmente de meninas e mulheres (BRASIL, 2015). Nesse sentido, os serviços de saúde compreendem importantes portas de entrada para aquelas que sofreram violência sexual, assegurando-lhes acolhimento adequado e atendimento imediato, a partir das demandas de cada pessoa. No âmbito do SUS, as instituições envolvidas na atenção às pessoas em situação de violência sexual devem assegurar cada etapa do atendimento que for necessária, o que inclui medidas de prevenção, emergência, acompanhamento, reabilitação, tratamento de eventuais agravos e impactos resultantes da violência sexual sobre a saúde física e psicológica, além do abortamento legal, se for solicitado pela mulher ou adolescente, de acordo com a legislação vigente (BRASIL, 2015).

A violência nem sempre ocupou espaço de prioridade nas agendas e discussões do setor saúde, seja em uma perspectiva técnica ou na implementação de políticas. A partir da década de 1990, com mudanças no quadro epidemiológico em diversos países, as causas externas passaram a ter grande destaque na morbimortalidade da população, momento em que o fenômeno da violência passa a ter visibilidade. As respostas legais, técnicas e de políticas públicas relacionadas à violência sexual desenvolvidas na última década foram resultado do envolvimento e esforço coletivo da sociedade civil, governos e profissionais de diversos setores, como saúde, segurança pública, justiça, assistência social e direitos humanos (Cláudia LIMA; Suely DESLANDES, 2014).

Desde a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram fortalecidas e ampliadas por meio da elaboração de conceitos, diretrizes, normas e da definição de ações e estratégias de gestão e monitoramento relativas à temática. Diferentes documentos e leis foram publicados neste período (BRASIL, 2011).

Torna-se fundamental refletir sobre a assistência a este público sob o viés das especificidades que o caracteriza que, para além de uma questão de gênero, convocam o olhar para a raça e classe. Na última década - 2012 a 2021 - foram registrados

583.156 casos de violência sexual (estupro e estupro de vulnerável) no Brasil, conforme registros policiais. Em 2021, 66.020 boletins de ocorrência de estupro e estupro de vulnerável foram registrados, taxa de 30,9 por 100 mil e crescimento de 4,2% em relação ao ano anterior. Em relação ao perfil, as mulheres representaram 88,2% das vítimas, sendo a maioria em todas as faixas etárias. Sobre o perfil étnico racial, 52,2% das vítimas eram negras (pardas e pretas), 46,9% brancas, e amarelos e indígenas somaram pouco menos de 1%. Ressalta-se que esses dados correspondem ao total de vítimas que denunciaram o caso em uma delegacia de polícia e, portanto, a subnotificação é significativa (FBS, 2022).

À vista disso, é destacada a seguinte questão: o desenvolvimento das diretrizes para a assistência à mulheres em situação de violência sexual tem acompanhado o aprofundamento dos atravessamentos de raça e classe que também incidem sob este público? Desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil, que estão intimamente articulados com a concepção de que existem seres humanos menos humanos do que os outros e, portanto, a aceitação complacentemente que estes não sejam tratados como detentores de direitos (Sueli CARNEIRO, 2013).

Ainda são incipientes os estudos que abordam a assistência a mulheres em situação de violência sexual a partir de um viés interseccional. O conceito de interseccionalidade possibilita a compreensão sobre a forma como distintas opressões afetam mais diretamente grupos de pessoas específicos e porque se expressam desta forma, evidenciando o quanto as dinâmicas sociais e a forma de estruturação da sociedade comungam com a manutenção destas desigualdades sociais (Kimberlé CRENSHAW, 2002).

Tomando como referência a metáfora dos ancestrais, a interseccionalidade representa uma encruzilhada de estruturas, compostas pela avenida de classe, avenida de gênero, avenida de raça, em diferentes abordagens que constituem uma ferramenta de enfrentamento ao capitalismo, o patriarcado e o racismo, o que torna a interseccionalidade uma oferta analítica preparada pelas feministas negras (Carla AKOTIRENE, 2018). Acredita-se que o conceito de interseccionalidade promova uma concepção ampla sobre como formas heterogêneas de violência contribuem para

a desigualdade e a injustiça social, sendo a violência sexual uma delas. A “relação sinérgica entre investigação e práxis críticas” (Patrícia Hill COLLINS; Sirma BILGE, 2020, s/p) se torna fundamental, na medida em que entende-se a impossibilidade em serem pensadas soluções que considerem as mulheres como um todo homogêneo e concentrando-se exclusivamente nos indivíduos ou no poder do Estado como locais de violência (COLLINS; BILGE, 2020). Ater-se exclusivamente a lente de gênero, raça ou classe mostram a limitação do pensamento não interseccional, tendo em vista a complexidade que perpassa o fenômeno da violência e a sua inseparabilidade para leitura dos seus impactos.

Os estudos que versam sobre a violência praticada contra a mulher negra ilustram a urgência em se pautar esta temática de forma mais específica e engajada, não somente fazendo a associação da violência com a categoria gênero, mas também com raça e classe (Erika CARVALHO; Josué LAGUARDIA; Sueli DESLANDES, 2022; Elaine PIMENTEL; Elita ARAÚJO, 2020; Márcia BERNARDES, 2020). Foi observada pouca presença de estudos que abordem especificamente a temática da violência sexual centralizada nas mulheres negras (Lucas COSTA et al., 2022; Isabel CASINI et al., 2021). Estudos enfatizam a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes e demarcam que, quando levado em consideração o critério da raça-cor, não há como negar que as meninas e mulheres negras são expostas a uma carga maior de violência (Cristina TEODORO, 2022; Irineide SANTOS et al., 2022; Juliana ANTUNES, 2017; Alba Jean VIANA; Sérgio SOUSA; Ednalva NEVES, 2015). Observou-se a presença significativa de trabalhos relacionados à assistência ofertada em situações de violência sexual no âmbito da saúde, ainda que não fazendo uma referência à raça. Estes estudos apontam a descrição e avaliação dos protocolos de atendimento, cuidados e desafios experienciados pela equipe assistencial, adesão aos tratamentos e dados acerca da violência sexual, incidências e consequências, sendo identificada a concordância quanto a necessidade de investimento na qualificação e capacitação dos profissionais responsáveis por este tipo de atendimento (Ana Flávia D’OLIVEIRA et al., 2020; Juliana SILVA et al., 2019; Juliana BEZERRA et al., 2018).

Analisando a violência sexual em sua complexidade e considerando as premissas do feminismo negro, evoca-se à época da escravidão, evidenciando o caráter simplista

pautado na concepção do estupro como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade das mulheres brancas (Angela DAVIS, 2016). Com isto, é possível localizar a violência sexual enquanto uma “arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir” (p. 36). Se estas mulheres conseguissem perceber a própria força e o forte desejo de resistir, os violentos abusos sexuais fariam com que se lembrassem de sua essencial e inalterável condição de “fêmeas”, o que, na visão baseada na ideia de supremacia masculina característica do período, significava passividade, aquiescência e fraqueza (DAVIS, 2016).

Desta forma, a escravidão era sustentada tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite, formas mais comuns de castigo e repressão às mulheres negras. Deste modo, a institucionalização do estupro (Davis, 2016) pautava-se na coerção sexual, uma dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escrava, através das quais o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo. A autora ainda afirma que a “licença para estuprar” (p. 180) era fruto da cruel dominação econômica e era através dela facilitada, representando uma das marcas mais brutais da escravidão. Postula que a institucionalização do estupro representou um fator tão incorporado nas sociedades que conseguiu sobreviver a abolição da escravatura e, conforme evidenciam os dados e as teorias aqui elucidadas, repercute até os dias atuais.

Entende-se que as mulheres negras em situação de violência sexual tendem a sofrer violações em sua história de vida, não somente em decorrência da situação de violência sexual, sendo considerados atravessamentos de raça, classe e gênero ao longo do seu processo de desenvolvimento e influências em seu *self*. O *self* é compreendido a partir da inseparabilidade da pessoa em relação ao contexto cultural onde encontra-se inserida (Jaan VALSINER, 2014), sendo a cultura atravessada por marcadores sociais, de gênero e classe. Parte-se da premissa que a assistência diante de uma situação de violência sexual pode ofertar a construção de espaços de cuidado à estas mulheres, propiciar possibilidades de movimentação e reestruturação do *self* e atuar enquanto recurso, visando, por meio de mediações semióticas, a regulação das experiências (Tania ZITTOUN; Alex GILLESPIE, 2013).

Os recursos podem ser sociais, tomando como referência as redes de apoio que podem acessar em busca de suporte especializado ou relacional, ou mesmo o conhecimento social para determinar como agir com as pessoas em determinadas situações. Podem ser cognitivos, representados por formas de perícia técnica, racional ou heurística e conhecimento prático ou formal e, por fim, podem ser simbólicos. Os recursos simbólicos são elementos culturais, criados pelas pessoas e carregados de significados, que se tornam recursos na medida em que são usados para agir no mundo, na relação consigo ou com outras pessoas. A maioria dos elementos usados como recursos simbólicos são de uma natureza semiótica ou tem um importante componente semiótico, tal como representações sociais, notícias, guias de viagem, ou textos religiosos (ZITTOUN; GILLESPIE, 2013).

Torna-se fundamental serem discutidos aspectos que permeiam as possibilidades e desafios diante da assistência à mulheres em situação de violência sexual a partir de uma leitura interseccional. Com este objetivo, este artigo busca abarcar tais questões visando, cada vez mais, o fomento a construções de políticas públicas que possam abarcar as diversas facetas desta problemática e, assim, apontar caminhos possíveis a serem percorridos. Para tanto, a partir da metáfora da encruzilhada, busca compreender como os atravessamentos de classe, raça e gênero permeiam à assistência ofertada para as mulheres negras em situação de violência sexual, identificando suas distintas avenidas e como se interseccionam neste processo.

Método

Estudo qualitativo que teve por finalidade se debruçar sobre realidades que não podem ser quantificadas (Maria Cecília de Souza MINAYO, 2001). A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos (MINAYO, 2004; 2001).

Campo de pesquisa e participantes

O campo de pesquisa compreendeu um Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual, localizado em Salvador (Bahia), no qual são atendidas,

por equipe multidisciplinar, mulheres - residentes no estado da Bahia e fora dele - a partir dos 12 anos de idade que passaram por situação de violência sexual. Compreende o único serviço público em saúde do estado da Bahia responsável pelo atendimento específico de mulheres em situação de violência sexual. Destaca-se que a primeira autora deste estudo integrou a equipe de profissionais do serviço e conduziu processos de atendimento psicológico com as participantes do estudo.

Foram usados como critério de inclusão ser mulher, adulta, autodeclarar-se como negra (preta ou parda), residir em Salvador (Bahia), estar em acompanhamento multiprofissional no Serviço por, no mínimo, seis meses e em acompanhamento psicológico no momento da realização da pesquisa. A identificação das participantes e demais nomes próprios foram substituídos, para preservação do sigilo.

Ao todo participaram sete mulheres, com idade entre 28 e 49 anos, autodeclaradas como negras, majoritariamente solteiras e divorciadas, com filhos, ensino médio completo e renda equivalente a um salário mínimo. Todas se identificavam com alguma religião (Espírita, Evangélica, Católica, Candomblecista e Testemunha de Jeová), com tempo de acompanhamento no Serviço entre 6 meses e 2 anos.

As características da situação de violência sexual incluíram a ocorrência de estupro, praticadas por homens conhecidos por estas mulheres - ex-maridos, vizinhos, pessoas próximas à família, ocorridas tanto em espaços privados como públicos. Das 7 participantes, 4 foram acometidas por uma gestação em decorrência da violência sexual, onde 2 realizaram o procedimento de aborto legal e 2 optaram por dar seguimento a gravidez. Apenas 2 das participantes não realizaram o registro do boletim de ocorrência da situação de violência sexual.

Instrumentos e procedimentos

Este artigo é fruto de um projeto de pesquisa, aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia (parecer nº 4.642.146) e Comitê de Ética e Pesquisa da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (parecer nº 4.950.205). Em um primeiro momento, as participantes foram apresentadas à proposta do estudo e, após concordância em participar e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram agendados novos encontros, ocasião em que foram realizadas as

entrevistas narrativas. As participantes foram encorajadas a narrar suas trajetórias de vida e os momentos que consideram mais relevantes antes e após a chegada ao Serviço. Os conteúdos das entrevistas englobaram temáticas levantadas pela pesquisadora e geradas por meio de conversas de aproximação com as participantes. Ao total, aceitaram participar do estudo sete usuárias. Os encontros e as entrevistas, junto com o preenchimento de uma ficha de dados sociodemográficos, aconteceram em sala de atendimento do próprio Serviço.

A entrevista narrativa compreende um instrumento que estimula a narrativa de episódios importantes da vida, configurando-se o ato de contar/narrar e escutar histórias em um método para atingir objetivos. A narrativa é incitada por questões específicas, a partir do momento em que o narrador começa a contar sua história, conservando ele próprio a fluência da narrativa (Sandra JOVCHELOVITCH; George GASKELL, 2010). Foi realizada a análise das narrativas a partir da análise categorial-conteúdo (Amia LIEBLICH; Rivka TUVAL-MASHIACH; Tanar ZILBER, 1998), adotada quando existe o interesse em um problema ou fenômeno compartilhado por um grupo de pessoas.

Foram definidas as seguintes categorias de conteúdo - a partir das entrevistas narrativas, representadas por temas ou perspectivas que atravessaram o texto e forneceram um meio de classificar suas unidades, sejam elas palavras, sentenças ou grupos de frases - **gênero, raça e classe nas expressões da violência; desafios na assistência às mulheres negras em situação de violência sexual; e identificando recursos: possibilidades na assistência à mulheres negras em situação de violência sexual**. Esse material passou por um processo de análise a partir das categorias para a formulação de conclusões, de modo que os conteúdos coletados em cada categoria puderam ser usados descritivamente para formar uma imagem do universo do conteúdo das participantes (LIEBLICH; TUVAL-MASHIACH; ZILBER, 1998).

Resultados

Gênero, raça e classe nas expressões de violência

As participantes do estudo identificaram situações de racismo e violência de gênero

ao longo das suas trajetórias de vida, associadas ou não aos episódios de violência sexual que as motivou a procurar o Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual.

As falas foram unânimes quanto à ocorrência de violência racial, sendo relatadas principalmente situações associadas a autoimagem e aceitação, inserção no mercado de trabalho, relacionamentos e episódios de racismo em contextos de consumo. Neste aspecto, apresentam-se as imbricações de raça e classe nas diferentes formas de expressão do preconceito racial. Lótus relata: *“Independente do que você é, do seu conhecimento, da forma como você está vestida, então a pessoa de cor mais clara é sempre bem vista, né? É vista melhor do que você.”*

O preconceito racial também foi vivenciado na relação com parceiros amorosos, como é possível identificar na fala de Girassol:

(...) a pessoa me dizia que não queria ficar com ninguém no momento... e na verdade estava assumindo o relacionamento com outra. E essa outra pessoa era sempre o que? Na maioria das vezes era uma mulher de pele assim mais clara... Com cabelo alisado, que tinha mais condições que a minha, que tinha casa... e aí eu pensava “é, pra ter um relacionamento hoje em dia tem que ter uma casa e uma condição melhor! Porque branca eu não tenho mais como ficar! (Girassol)

Outro cenário indetificado foi o próprio ambiente de trabalho, conforme apontado por Lírio: *“Mas as pessoas negras sofrem muita discriminação, principalmente no trabalho. Muita gente acha que ser negro é ladrão.”* Isso se estende a espaços comerciais: *“... Os seguranças não seguem os brancos, mas os negros sim. Eu já fui seguida por seguranças, já disse que não era ladrona, que não ia roubar nada deles.”*

Uma das participantes, Íris, destacou os desafios que vivenciou no processo de afirmação da sua identidade enquanto mulher negra em detrimento da sua cor de pele “mais clara”, trazendo situações onde não era reconhecida neste lugar e os prejuízos que constatou na sua sensação de pertencimento e relação consigo mesma: *“(...) eu não me sentia identificada no meio onde eu vivia e aí acontecia coisas muito tristes ... a gente tinha muito isso né, quando a gente é criança, de se identificar né? Eu sou branco, eu sou negro, eu sou índio... e eu dizia que eu era negra e as pessoas não acreditavam!*

No que se refere à violência de gênero, algumas participantes não se reconheceram enquanto afetadas por outros episódios para além da violência sexual, embora em seus relatos estivessem presentes situações que continham expressões deste tipo de violência. Tal ponto pode ser observado no depoimento de Girassol: “(...) *ele nunca levantou a mão para me bater, mas assim as coisas que ele me falava, que ele me dizia, eu tinha medo dele me bater. Ele me falava assim "você acha o quê? Só eu é que vou te querer, ninguém vai te querer mais... Tá achando o quê? Uma mulher com filho, você tem que aceitar isso aí tudo!"*”.

As demais mulheres entrevistadas identificaram a violência de gênero em outros episódios, principalmente em contextos de relacionamentos que já vivenciaram: “*percebo que aquilo era extremamente abusivo pra mim naquela época e eu não me dava conta porque eu não entendia as coisas como hoje eu entendo... o fato de você se sujeitar a algumas coisas ao longo da vida, acaba levando você a se sujeitar a coisas cada vez piores, sabe?*” (Íris)

Também fazem referência a situações onde eram abordadas com conotações sexuais forçadas por desconhecidos, o que atualmente se configura como importunação sexual: “*Antes eu não me via como um... Uma... Como uma pessoa. Eu me via como um objeto, né? várias vezes eu já passei por situação de ser tocada, que eu fui... É... Alguém fez algo comigo dentro do ônibus, né? E continua!*”. (Rosa)

Foi observado que as mulheres narraram os episódios de violência de gênero e racismo como situações distintas, não estabelecendo uma associação das relações entre raça, classe e gênero nas expressões da violência. Notou-se que, nas falas acerca da violência racial, principalmente no que tange a ocorrência do racismo em espaços institucionais e em situações de desqualificação de poder de compra, a classe pôde ser identificada enquanto elemento associado à raça. Por sua vez, no que se refere a violência sexual, o gênero foi considerado enquanto fator preponderante para as ocorrências de violência, junto a raça.

Acho que as pessoas só querem as mulheres como nós, pretas, para usar... pra namorar, eles escolhem quem? Uma pessoa que tem mais dinheiro, que tem um cabelo que é mais aceitável pra sociedade, uma cor de pele clara, um corpinho definido, agora a mulher preta que tem um bundão, sabe, uma pele mais assim, mais firme, mais carnuda, é só pra ser usada pro sexo e depois acabou. (Girassol)

Desafios na assistência às mulheres negras em situação de violência sexual

As narrativas das participantes ilustraram elementos que atuaram como desafios no acesso à assistência frente a uma situação de violência sexual. Tais aspectos estiveram presentes desde a identificação da violência pela qual passaram até a exposição às situações de violência institucional e revitimização.

Um grande obstáculo diante de situações de violência, de maneira geral, está relacionado à naturalização deste fenômeno enquanto prática social. Tomando como referência violências de gênero praticadas contra mulheres negras, entende-se que tal situação se encontra ainda mais enraizada historicamente, politicamente e socialmente.

A dificuldade de identificar a violência sexual esteve presente na narrativa de algumas participantes e, também, nos outros episódios de violência, tanto racial como de gênero: (...) *eu tinha uma outra visão sobre o que era estupro... eu achava que estupro era quando a pessoa era atacada na rua. Que alguém pegava, algum estranho, batia e tudo mais, estuprava na rua... Mas depois é que eu fui entender, sabe? Entendi que o marido forçar a relação é estupro, tirar a camisinha é uma fraude*” (Lavanda).

A naturalização das práticas violentas também foi observada na fala de algumas das mulheres, conforme aponta este trecho da entrevista de Tulipa: *“Antes eu achava que tudo era normal... eu era muito permissiva. Achava que casamento era para o resto da vida, mesmo sofrendo, apanhando, mesmo sendo estuprada... Achava que tinha que ser pro resto da vida e não é por aí.”*

Tal dificuldade de identificação da violência também esteve diretamente atrelada ao discurso de autculpabilização, a exemplo da fala de Girassol: *“Eu me senti suja... muito suja... como se eu tivesse cometido um crime. Como se eu tivesse errada, como se eu tivesse provocado aquilo ali, sabe?”*

A fragilidade da rede de apoio se apresentou como um entrave no processo de busca por auxílio após as situações de violência sexual. Diante a ausência de suporte ou mesmo pelo constrangimento frente a violência, as mulheres permanecem

vivenciando o ciclo do agravo e suas consequências.

Eu não tive apoio de outros lugares. Também não por conta da pandemia, que influenciou muito. Eu até comentei com meu pastor o que tinha acontecido, pelo fato que a minha religião e as normas dizem que se você não tá seguindo tudo certinho você tem que fazer um desligamento da igreja e eu não achei aquilo justo. (Rosa)

(...) não contei a ninguém. Não consigo me sentir confortável em dizer... (...) Vergonha, muita vergonha de ter passado por isso... de não ter evitado. E isso é uma coisa que as pessoas não conseguem guardar segredo... as pessoas ficam nervosas quando sabem que alguém foi estuprado. Eu sabia que eu ia ser discriminada pelas pessoas... então eu preferi evitar. (Lírio)

Esteve presente nas narrativas das participantes o desconhecimento sobre a rede de assistência às situações de violência contra a mulher, representado por esse trecho da narrativa de Lírio: *“Muita gente não conhece. Tem que ser mais divulgado... porque nenhuma mulher vai sair dizendo por aí que foi estuprada, violentada... E elas precisam de um lugar assim, pra dar esse apoio moral, psicológico... esse suporte.*

Foi unânime a presença de falas apontando a pouca divulgação dos serviços e as lacunas na capacitação dos profissionais da saúde e segurança pública no manejo diante de pessoas que sofreram violência.

E isso eu acho que já tem muitos anos que acontece isso com as mulheres e isso deveria ser mais exposto, sabe? Na mídia, mais divulgado, mais conscientizado, até nas próprias escolas, para que as crianças comecem aprender. São poucos os lugares que você vê isso, a questão do toque, a questão da educação, isso é muito importante, para que esses jovens quando crescer sejam jovens mais resolvidos e respeite mais uma mulher, sabe? Eu sinto falta disso, desse respeito, tanto nessa área médica como as outras, de forma geral na sociedade, para ver se isso termina, sabe... Então as mulheres precisam estar mais fortalecidas. Isso precisa ser mais exposto, também para os homens, tem que fazer palestra principalmente para os homens! Tem que explicar a, mostrar e dizer o quanto que isso afeta... para ver se eles acordam para vida e para ver se um tendo consciência semeia para os outros. (Rosa)

As lacunas na capacitação dos profissionais da saúde e segurança pública no manejo diante de pessoas que sofreram violência também tomaram forma sob o relato de situações de violência institucional e revitimização.

É tão, tão frustrante você chegar numa delegacia e passar sua situação e a delegada olhar pra sua cara e dizer, no meu caso mesmo, ela perguntou a mim, perguntou a minha amiga e perguntou a mim, sozinha na sala, se realmente eu era virgem. Ela não acreditou que eu era virgem quando aconteceu o estupro. E ainda disse “ah, isso não vai tornar o assunto mais grave ou não. Ou vou pedir um exame para realmente saber”. Aí eu disse “pode pedir!”. Então... é um constrangimento. (Lótus)

A raça, associada ao gênero, é destacada na fala de algumas participantes enquanto aspecto que influencia a assistência recebida em determinados espaços institucionais, como a delegacia: *“a mulher negra, quando ela vai numa delegacia, até se ela tiver uma patente, uma condição financeira, é muito do que você olha com os olhos... Pensa logo “ah, ela é negra!”... Não sabe nada da história de vida da pessoa, mas ela é julgada assim... Pensam logo que ou ela vai voltar para o agressor, ou que ela tá gostando, ou que não vai dar em nada....(Lavanda)”*.

Esta outra fala retrata semelhante percepção, a partir da assistência recebida em uma instituição de saúde pública: *“Tive que sair contando aquela mesma história milhares de vezes. Ai pronto. Depois fiz exames, passei pelo serviço social de novo, passei pela psicóloga, desci pra conversar com o médico de novo.... e foi esse médico que disse, virou e disse “Então ela tava gostando da situação!”(Lavanda).*

Identificando os recursos: possibilidades na assistência à mulheres negras em situação de violência sexual

A presença de pessoas que possibilitaram a construção de uma rede de apoio para as mulheres entrevistadas atuou enquanto significativo **recurso social** no enfrentamento à situação de violência sexual. Neste sentido, a família se apresentou como um dos principais recursos sociais para as participantes: *“Mesmo eles não sabendo de tudo, no que eu contava eles, minha família, me ajudava. Minha cunhada mesmo me ajudou a fugir de casa algumas vezes.” (Tulipa)*. Outra participante, Lótus, evidencia a importância da presença da mãe neste processo: *“Eu tava realmente devastada. Então eu realmente precisava desse suporte. E o apoio dela foi essencial. Até para vir aqui, minha mãe vinha comigo toda vez. Vinha, me esperava... voltava comigo pra casa, independente de estar cansada ou não. Vinha, não falava nada....”*.

Os vínculos de amizade também foram ressaltados nas falas de algumas das participantes enquanto importantes recursos sociais. Embora algumas destacassem a dificuldade em compartilhar o ocorrido, as que conseguiram dividir as dificuldades deste contexto com amigas (os) evidenciaram os ganhos decorrentes deste movimento: “(...) *eu escrevo um pouco e eu tenho um grupo de leitoras, as meninas que leem as minhas histórias e eu as delas e, assim, elas também me deram muita força, assim, incentivo, não todas, mas umas 3 que são mais próximas eu contei e elas me apoiaram muito... me ouviram, falavam, então pra mim foi importante.... até mais mesmo do que a minha própria família (Íris).*

Ainda enquanto **recurso social**, os atendimentos ofertados pelo Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual foram ressaltados de forma unânime pelas mulheres entrevistadas.

Aos poucos eu fui me acalmando.. a medida que eu vinha e conversava, né, as coisas iam se acalmando um pouco mais aqui dentro de mim. É... depois que eu fiz o procedimento também, eu acho que aquilo me deixou um pouco mais tranquila, né... era uma das coisas que preocupavam muito e eu acho que depois disso e... com o tempo, né, depois dos atendimentos com Serviço Social, com a Psicologia eu consegui colocar a cabeça no lugar. É que na minha mente não tinha espaço pra mais nada, além daquele, daquela situação, daquilo que eu tava vivendo, de tudo que eu tava passando, das coisas que eu tava sentindo... e aí foi quando, né, a gravidez foi interrompida eu consegui pensar em outras coisas, sabe? Desocupou aquele espaço na minha cabeça e eu consegui pensar em outras coisas,..., consegui me concentrar um pouco mais nos meus filhos, nas coisas que eu tinha pra fazer, e tudo pra poder voltar a minha vida, minha rotina normalmente. (Íris)

O Serviço também atuou enquanto **recurso cognitivo**, possibilitando o acesso à informação sobre as nuances da violência sexual e seus desdobramentos, os direitos e possibilidades de acesso à estas mulheres, para além das medidas de cuidado e proteção.

Se não fosse aqui, no Serviço... Eu conheci o Serviço no outubro rosa, na companhia que teve lá na Barra, na feira. Eu não entendia, não sabia que existia esse Serviço... Aí eu fui lá, cheguei e perguntei para as pessoas que estavam. Eu achava que quando falavam de mulher violentada era só quando apanhada do homem, sabe? Até que alguém me ajudou e me explicou. Conversei com uma assistente social e ela me encaminhou para cá. contei pra ela um pouco da situação

que eu tinha passado... eu não tinha falado isso pra ninguém. Me senti assistida, valorizada e percebida, né? A situação que eu passei tive que ficar por mim mesma, não fui percebida por nada e nem por ninguém... Eu fui levando como deu... mas graças a Deus por isso, né? E por eu ter conseguido encontrar o serviço também. (Lírio)

Eu lembro eu passei pelos atendimentos e diziam que ninguém precisava saber, que era uma escolha minha contar ou não, que era a minha vida, minha história. No atendimento da Psicologia trabalhava muito isso... É um procedimento extremamente sigiloso o aborto legal. Eu não sabia de nada disso, não entendia como funcionava... Um dia aqui eu ouvi isso aqui, e passei a entender que ninguém sentiu o que eu senti. Ninguém vivenciou, quem levou o corte fui eu. Quem ouviu desaforo de delegado, de médico fui eu... Aquilo mexeu com meu psicológico, mexeu com meu físico... com meu emocional... a questão da insônia, eu fiquei por muito tempo tendo. E aí eu não sabia, não entendia... Achei que era culpa cristã, pelo que se diz na Igreja, pelo que o Padre fala... Também achei que eram as coisas que eu passei no hospital. A gente não consegue dormir, é impossível. Era muita agonia, muito sofrimento... (Lavanda)

A junção dos ganhos relacionados ao suporte emocional e também formativo possibilitaram às pacientes acessar, no Serviço, um espaço permeado por recursos físicos e humanos que apaziguasse o sofrimento relacionado à situação de violência e também as auxiliasse a se conectar com possibilidades de enfrentamento diante do ocorrido.

Eu não tinha nem coragem de abrir a boca... eu estava drogada, anestesiada. Quando eu cheguei me falaram o que eu tinha direito, fui para a psicóloga, assistente social, fiz exames... passei por todo esse processo do primeiro atendimento e aí eu tive coragem de botar pra fora. Eu percebi que cada vez que eu revivia aquilo, era como se eu tivesse vomitando aquilo. Como se fosse uma doença... Foi como se eu tivesse arrancando uma casca, renascendo. Eu sempre falo que eu cheguei uma lagarta feia, peluda, acabada, destruída e fui passando aqui por uma metamorfose e me tornei uma linda borboleta. Inclusive eu vou tatuar uma borboleta em mim! Vou... será um símbolo, uma homenagem, primeiro, a minha coragem de ter fugido daquela situação, ter me libertado daquele casamento, ter saído de onde eu vivia e depois pelos atendimentos aqui... (Tulipa)

As participantes apontaram também o papel da religião no seu processo de fortalecimento diante da situação de violência sexual. Como **recurso simbólico**, a fé, as práticas religiosas e demais elementos que englobam a religiosidade possibilitaram

o fortalecimento e atuaram como suporte em relação às dificuldades enfrentadas: “A religião é um suporte pra mim. Deus, o que tá na bíblia... Eu não vivo religião, vivo a palavra de Deus (...). Ela teve espaço não só pra mim, mas pra minha família inteira... meu marido, meus filhos... e eu te digo, se não fosse Deus... ele foi e é, Deus é minha fortaleza. Isso é muito importante pra mim.” (Lírio)

Foi realmente assim a questão religiosa, da gente assim... lá as pessoas falam que a gente é uma religião de resistência, que a gente resistiu, passou por muita coisa... a gente foi tirado de lá, do nosso lugar de origem, onde a gente era rei, rainhas... que cultuavam... então fomos retirados de lá pra ser escravizado. A gente não nasceu escravo, a gente não era assim... então a gente deve se amar... e assim, eles falavam muito uma coisa que eu achei muito bonita, que eu posso dizer que sou uma guerreira, que sou sim do candomblé porque a gente tem o direito. Se outras pessoas de outras religiões tem, tem o direito de falar e fazer, porque a gente também não tem? (Girassol)

Foi ainda identificada a presença de outro tipo de recurso enquanto facilitador do processo de enfrentamento a situação de violência sexual, a prática laboral. Exercer uma atividade de forma sistemática representou um **recurso cognitivo** para algumas das mulheres entrevistadas, conforme descrevem as falas de algumas das participantes: “pensava muito no meu trabalho... pensava que eu precisava ficar bem, colocar a cabeça no lugar, pra voltar a fazer aquilo que eu gosto, pra poder... que eu tinha parado de trabalhar, eu tinha parado de fazer absolutamente tudo, sabe? E aí eu pensava muito nisso, porque fazer o meu trabalho era uma das coisas que me preenchem mais, sabe?” (Íris)

Discussão

As participantes do estudo identificaram situações de racismo e violência de gênero ao longo das suas trajetórias de vida, associadas ou não aos episódios de violência sexual. Nos contextos de racismo, apresentam-se as imbricações de classe nas diferentes formas de expressão do preconceito racial reconhecidas pelas mulheres. No que se refere à violência de gênero, algumas participantes não se reconheceram enquanto afetadas por outros episódios para além da violência sexual, embora em seus relatos estivessem presentes episódios que continham expressões deste tipo de violência. O gênero foi considerado enquanto fator preponderante para as ocorrências

de violência sexual, juntamente a raça.

As narrativas das participantes ilustraram elementos que atuaram como desafios no acesso a assistência frente a uma situação de violência sexual. A dificuldade de identificar a violência sexual foi observada, atrelada ao discurso de autoculpabilização. A fragilidade da rede de apoio se apresentou como um entrave no processo de busca por auxílio diante das situações de violência sexual, para além da pouca divulgação dos serviços e lacunas na capacitação dos profissionais da saúde e segurança pública no manejo diante de pessoas que sofreram violência. Chamaram à atenção os relatos associados às práticas de violência institucional e revitimização, gerando a potencialização das consequências frente a uma situação de violência.

A presença de pessoas que possibilitaram a construção de uma rede de apoio para as mulheres entrevistadas atuou enquanto significativo recurso social no enfrentamento à situação de violência sexual. Enquanto recurso social e cognitivo, os atendimentos ofertados pelo Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual foram ressaltados de forma unânime. Como recurso simbólico, a religião possibilitou o fortalecimento e atuou como suporte em relação às dificuldades enfrentadas. A prática laboral representou um recurso cognitivo para algumas das mulheres entrevistadas.

O atendimento à mulheres negras que passaram por situações de violência sexual perpassa a complexidade denunciada por uma violação de ordem sexual que, em realidade, desnuda práticas estruturais relacionadas à questões de gênero, raça e classe. Embora nem sempre considerada, a interseccionalidade opera enquanto aporte teórico e metodológico de desnaturalização de situações apresentadas nas falas das mulheres entrevistadas, que vão desde episódios de violência institucional em órgãos públicos até as dificuldades de compartilhamento da violência e acesso a instâncias de assistência. Torna-se fundamental compreender as especificidades deste público, em uma perspectiva de gênero e antirracista, sobretudo em um país como o Brasil, no qual 52% da população feminina se declara negra e, dentro dessa cifra, 70,7% estão na região Nordeste (PIMENTEL; ARAÚJO, 2020). Entende-se que a violência contra as mulheres é uma das expressões da violência de gênero firmada nas bases históricas do país, delineando um produto das relações de poder típicas das sociedades patriarcais, nas quais gênero, raça e classe figuram como opressões indissociáveis e

frutos de um processo de colonialização e colonialidade (PIMENTEL; ARAÚJO, 2020; Anibal QUIJANO, 1992).

A partir de uma estrutura colonial de poder, são produzidas discriminações sociais que, por sua vez, foram codificadas como raciais, éticas, antropológicas ou nacionais, segundo os momentos, agentes e populações implicadas (QUIJANO, 1992). Com isto, pode-se dizer que o racismo, sexismo e classismo compreendem dimensões estruturais da vida social, forjam subjetividades e posicionam indivíduos socialmente. As pessoas e suas “classificações” são constituídas nas interações sociais a partir de dispositivos de poder, que escapam ao controle individual, de modo que a consciência humana torna-se atravessada e constituída por discursos de poder cambiantes que “falam por nós” (BERNARDES, 2020). Esse processo de subjetivação não ocorre de modo simétrico, de modo que os corpos são hierarquizados a partir da raça, classe e gênero, além de outros marcadores, facilitando ou impedindo o acesso aos recursos materiais e simbólicos (BERNARDES, 2020).

Neste contexto, pode-se dizer que o racismo sempre serviu como um estímulo para as práticas da violência sexual. A partir da concepção da colonialidade, a base da “licença para estupro” as mulheres negras durante a escravidão era o poder econômico dos proprietários de escravos, de modo que a estrutura de classe da sociedade capitalista também abrigava um incentivo ao estupro (DAVIS, 2016).

As mulheres negras representavam a mão de obra escrava e a forma com que foram violentadas sexualmente é considerada um dos elementos centrais na constituição da família e das relações coloniais, uma vez que eram exploradas para o prazer dos homens, mas também para a reprodução - investimento e geração de mais mão de obra escrava para os seus senhores. Para além disso, muitas escravas eram obrigadas a se prostituir para aumentar os lucros de seus proprietários (Mary DEL PRIORI, 2000).

A proliferação da violência sexual compreende o produto da intensificação generalizada do sexismo, acompanhado da “agressão econômica” (DAVIS, 2016). Seguindo o padrão estabelecido pelo racismo, “o ataque contra as mulheres espelha a situação de deterioração da mão de obra de minorias étnicas e a crescente influência do racismo na postura de negligência calculada dos governos em relação à população negra e a outras minorias étnicas” (DAVIS, 2016, p. 202).

Assim, o processo desenvolvimental dos indivíduos torna-se marcado pela inseparabilidade da pessoa frente ao contexto cultural onde encontra-se inserida (VALSINER, 2014), sendo a cultura atravessada por marcadores sociais, de gênero e classe. Entende-se que as transformações que ocorrem no campo do *self* das mulheres negras estão relacionadas às sugestões e expectativas sociais, articuladas no campo da cultura coletiva para orientação dos indivíduos (VALSINER, 2012; 2014).

A dificuldade em reconhecer-se enquanto vítimas da violência, presente nas narrativas das mulheres entrevistadas, elucida a naturalização dos estereótipos associados às mulheres negras, desencadeando uma série de sofrimentos em virtude das ocorrências das violências e suas consequências, além de atuar enquanto obstáculo na busca e acesso à assistência. Pode-se pensar sobre este processo à luz dos conceitos de super inclusão ou de subinclusão (CRENSHAW, 2002; BERNARDES, 2020).

As operações de super inclusão ilustram a forma como um problema que afeta exclusiva ou desproporcionalmente um subgrupo de mulheres é analisado apenas pela lente da estrutura de gênero, sem qualquer consideração do papel do racismo ou outras formas de discriminação. Desta forma, as especificidades do problema deixam de ser consideradas, impactando na construção de políticas públicas eficientes. As operações de subinclusão, por sua vez, dizem respeito a situações onde um problema afeta um subgrupo de mulheres, mas não é considerado como uma questão de gênero, uma vez que não engloba a experiência das mulheres dos grupos dominantes (CRENSHAW, 2002; BERNARDES, 2020). Desta forma, as mulheres negras que passaram por situação de violência sexual são situadas duplamente às margens deste complexo fenômeno, superincluídas nos quantitativos de pessoas afetadas pela violência sexual, contudo subincluídas, uma vez que são desconsideradas socialmente como “vítimas” deste agravo e como sujeitos de direitos, em virtude da raça e classe - ainda que ocupem, com as devidas contextualizações regionais, os maiores índices de ocorrência desta violência.

Os meios de comunicação se constituem como um espaço de interferência neste processo, pois a naturalização do racismo e do sexismo na mídia reproduz e cristaliza, sistematicamente, estereótipos e estigmas que prejudicam em larga escala a afirmação de identidade racial e o valor social desse grupo (CARNEIRO, 2003). A partir daí, conforme observado nas narrativas, são abertos espaços para as práticas de violências

e revitimizações, muitas vezes sob a forma de violências institucionais que refletem, sobretudo, instâncias do racismo institucional, definido pela incapacidade coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado ou profissional às pessoas devido à sua cor, cultura ou origem étnica.

Pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que contribuem para a discriminação através de preconceito não intencional, ignorância, desatenção e estereótipos racistas que prejudicam minorias étnicas (Fernanda LOPES; Jurema WERNECK, 2010). Tal aspecto pode ser considerado desde a forma de tratamento dispensada às mulheres, até o acesso delas à instância de assistência em decorrência da violência sofrida. A falta da apropriação do conceito de interseccionalidade pelas políticas públicas afeta a assistência em saúde prestada às mulheres, visto conceber que há uma homogeneidade na população atendida, fazendo com que a sociedade, muitas vezes, julgue o comportamento daquelas que permanecem em relacionamentos identificados como abusivos (Milena Dias CORRÊA et al., 2021).

Não se pode perder de vista os dados sobre índices populacionais para que se tenha uma melhor percepção acerca da situação de vulnerabilidade da população negra brasileira. As mulheres negras apresentam índices de alfabetização inferiores ao de mulheres brancas e são elas as que desempenham, predominantemente, o trabalho doméstico remunerado (BRASIL, 2021). Apesar da inegável importância e conquista política das Delegacias da Mulher, recorrer a elas envolve muitos obstáculos. A inobservância da abordagem interseccional é evidenciada mediante os horários restritos e a distância das delegacias e demais dispositivos, contribuindo para a permanência da violência em territórios vulneráveis (AKOTIRENE, 2018). A questão da classe e cor da pele traz consigo dificuldades extras para que a mulher vítima de violência consiga sair do seu meio de violência, implicando, inúmeras vezes, um novo problema para ela (CORRÊA et al., 2021).

A literatura aponta a fragilidade na formação profissionais, em especial na assistência nos casos de violência contra a mulher, que demonstram dificuldades para efetivar as políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência (July Grassiely BRANCO et al., 2020; Paula R. SILVA et al., 2022). Predomina a assistência medicalizada, tradicional e fragmentada, que valoriza o modelo hegemônico biomédico e desconsidera ações de caráter preventivo e de promoção à saúde. Outro

fator está relacionado ao fato das mulheres desconhecerem os seus direitos e sofrerem o reflexo de uma sociedade que ainda a culpabiliza pela agressão sofrida (BEZERRA et al., 2017). A ausência de treinamento, trabalho em equipe, atuação em rede intersetorial, barreiras no acesso aos serviços e na consolidação das políticas públicas, violência institucional como obstáculo à assistência, precariedade estrutural e morosidade dos processos policiais e jurídicos e o medo por parte das mulheres em buscar auxílio também são aspectos presentes em outros estudos sobre a assistência em situação de violência sexual (SILVA et al., 2019; D'OLIVEIRA et al., 2020).

Nota-se que as narrativas das participantes se associam aos aspectos abordados pela literatura, enquanto entraves no acesso à assistência em decorrência de situações de violência sexual. Contudo, novamente é ressaltada a fragilidade de estudos que, para além de apontar tais deficiências, possam estabelecer uma análise também à luz da raça e classe, para além das considerações de gênero. É imprescindível também serem apresentados caminhos visando a diluição dos danos das diversas formas de violência e estratégias para a redução destes índices ainda alarmantes, sobretudo relacionados ao público de mulheres negras.

Torna-se cada vez mais relevante a construção de planejamentos de assistência pautados em uma metodologia interseccional, fomentando a produção de políticas públicas nesta direção. Sabe-se que tais estratégias podem aplacar os impactos e revitimizações frente a situações de violência sexual, embora se reconheça a necessidade de encarar esta forma de violência levando-se em consideração a complexidade do contexto social em que ocorre, tendo o combate ao racismo enquanto uma das pautas principais.

As dimensões críticas da violência sexual evidenciam uma das facetas de uma profunda e contínua crise do capitalismo. Como lado violento do sexismo, a ameaça de estupro persistirá enquanto a opressão generalizada contra as mulheres continuar a ser “uma muleta essencial para o capitalismo” (Angela DAVIS, 2016, p. 203). O movimento em prol do combate a violência sexual e suas ações em diversas instâncias devem ser situados em um contexto estratégico, que tenha em vista o entendimento de que, em uma sociedade capitalista, as mulheres são colocadas em uma posição de controle e exploração, a exemplo das expectativas e papéis sociais, sendo a violência uma destas principais ferramentas de manutenção do poder do capital.

Não obstante, as falas das participantes apontaram caminhos possíveis, considerando as ferramentas para o combate a violência sexual sob uma ótica interseccional. Importante destacar que as fontes mais genuínas de conhecimento sobre as mulheres negras devem ser elas mesmas, sendo necessário que estudos as tomem por temática e considerem seus pontos de vista enquanto mulheres e negras (Lélia GONZALEZ, 1984; Cláudia Pons CARDOSO, 2012; COLLINS, 2017). Neste sentido, signos foram identificados ocupando o lugar de recursos semióticos, possibilitando reorganizações no *self* diante das rupturas provocadas pela violência sexual, alicerçadas ainda em estruturas violentas de raça e classe. Pode-se dizer que essas rupturas evocam reflexos de uma colonialidade de gênero (Maria LUGONES, 2014) - concepção que considera a separação entre raça, classe, gênero e sexualidade como mantenedora da desumanização dos grupos sociais subalternizados - levando em consideração a interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados no processo de desenvolvimento do *self*.

As rupturas são entendidas como uma interrupção abrupta do processo de construção identitária em curso, gerando uma descontinuidade do sentido de si (ZITTOUN, 2009). Tais experiências não precisam ser causadas necessariamente por um único evento; podem se constituir progressivamente como resultados de transformações de diversas ordens quando, por exemplo, as pessoas têm experiências de uma crescente ambivalência ou incerteza em suas vidas. Deste processo, transições podem ocorrer, evocando signos que, muitas vezes, refletem discursos difundidos socialmente e que reforçam lugares de desqualificação para as pessoas negras. No período de transição, faz-se necessária a construção de significado pessoal para o evento disruptivo. Com isto, intensifica-se também um processo de redefinição da identidade, envolvendo a construção e mobilização da representação de si mesmo no passado e de possíveis “*selves*” no futuro, em um determinado contexto sociocultural (ZITTOUN, 2007).

Para tanto, os signos se fazem presentes, não como entidades fixas, mas como campos de significação que representam a ponte de contato entre o *self* e os outros (Tiago BENTO; Carla CUNHA; João SALGADO, 2012). A construção e o uso de signos permitem a regulação dos fenômenos psicológicos, tanto no campo da cultura pessoal quanto no campo da cultura coletiva, interdependentes, uma vez que a cultura pessoal está constituída por significados pessoais subjetivamente construídos e a cultura coletiva é co-construída pelas mensagens comunicativas mediadas interpessoalmente

pelos signos (VALSINER, 2012). Ao longo das narrativas das participantes foram observadas a presença de recursos enquanto processos regulatórios da experiência, apresentados pela mediação semiótica e inseridos em distintos processos de cuidado.

A rede de apoio e o Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual apareceram como significativos recursos sociais, possibilitando o fortalecimento das mulheres frente às situações de violência e amparo em meio as suas dores, medos, dúvidas e inseguranças. Os recursos sociais permeiam o acesso a outras pessoas para suporte e também aquelas que possuam experiência com situações específicas ou conhecimentos sociais sobre como agir em certas circunstâncias (ZITTOUN; GILLESPIE, 2013). A rede de apoio, bem como o acesso a assistência multiprofissional qualificada, são consideradas ferramentas fundamentais no enfrentamento às situações de violência e suas consequências (D'OLIVEIRA et al. 2020; Lucimara FORNARI; Liliana LABRONICI, 2018).

Outro aspecto relevante destacado pela literatura diz respeito ao cuidado prestado de forma individualizada às necessidades das mulheres e a presença constante do profissional durante o atendimento. A postura dos profissionais, condizentes com esse cuidado, pode gerar sentimentos positivos como segurança e tranquilidade. A humanização do atendimento, os princípios da dignidade, não discriminação, do sigilo e da privacidade, evitando a exposição e o desgaste das vítimas também são apontados enquanto pontos fundamentais a um cuidado qualificado (FORNARI; LABRONICI, 2018; Luciana BATISTETTI; Maria Cristina LIMA; Silvana SOUZA, 2020). Pode ser identificada a presença deste elemento nas narrativas das participantes do estudo, sendo por elas ressaltada a sensação de acolhimento e bem-estar a partir do suporte recebido pelo Serviço.

Além de um recurso social, o Serviço representou um recurso cognitivo no enfrentamento ao agravo. Os recursos cognitivos são considerados como conhecimentos formais, práticos e técnicos (ZITTOUN; GILLESPIE, 2013). Apesar das dificuldades de acesso a unidade, trazida na fala das participantes, permeadas pelo desconhecimento dos serviços que poderiam ser acessados em uma situação como essa e pelos obstáculos impostos enquanto consequências da violência sofrida, é possível identificar as repercussões positivas do contato com essa instância de cuidado, propiciando a construção de processos de cuidado e autorreflexão acerca de

si mesmas e do contexto em que se encontravam. Por meio dos atendimentos, o contato com as informações gerou possibilidades de modificação e possíveis reposicionamentos do *self* das participantes, na construção e elaboração de outros significados de si e do que vivenciaram. Destaca-se a importância da oferta de um cuidado qualificado e contextualizado com as necessidades das mulheres afetadas pela violência sexual, assim como a disseminação cada vez mais frequente de informações sobre as definições das distintas formas de violência e possibilidades de acesso à recursos de enfrentamento. O conhecimento compreende uma ferramenta de poder e pode ser entendido como um produto das relações de luta e das relações de poder (Michel FOUCAULT, 2013).

Uma vez que o poder é considerado como uma forma de controle na contemporaneidade, exercido com maior ênfase pela forma de vigiar, uma maneira de reduzir e desconstruir este poder, é o saber (FOUCAULT, 2013). A este aspecto associa-se a concepção da produção de conhecimento e decolonização do saber (CARDOSO, 2014), na medida em que a construção e propagação da reinvenção de definições e saberes é capaz de delimitar novos lugares sociais e possibilidades de posicionamento, de modo as mulheres avançaram na perspectiva de autodefinição (CARDOSO, 2014; COLLINS, 2017).

A prática laboral também foi identificada como um fortalecedor no processo de enfrentamento à violência sexual e suas repercussões, atuando enquanto um recurso cognitivo. Sabe-se que a ocupação das mulheres negras no mercado de trabalho remonta a um resgate da época colonial para rememorar a hierarquia presente na “sociedade de castas” na época, demarcando o caráter patriarcal e paternalista desta divisão e a influência que isso exerceu sobre as mulheres negras (Elisabete SANTOS; Maria Fernanda DIOGO; Lia SHUCMAN, 2014; Beatriz NASCIMENTO, 2019). Embora a sociedade atual apresente maior dinamismo, ainda se sobressai a diferença de papéis sociais e econômicos, principalmente diante do marcador racismo, evidenciando a continuidade da herança escravocrata a qual foi submetida a mulher negra. Em circunstâncias de desigualdades extremas é imprescindível ações de movimentos sociais antirracismo e políticas públicas para o combate ao racismo, além da promoção da igualdade de raça e gênero (SANTOS; DIOGO; SCHUCMAN, 2014).

Assim como observado no processo de aquisição de conhecimento enquanto ferramenta de enfrentamento e poder, possibilidades de ascensão social presentes na sociedade brasileira podem ser representadas pelo acesso à educação e garantias de melhores posições no mercado de trabalho (NASCIMENTO, 2019), uma vez que se reconhece a importância do desenvolvimento de habilidades, bem como o acesso a recursos financeiros a partir das práticas laborais. Ganham destaque nesta discussão as políticas afirmativas, como ações voluntárias ou de cunho obrigatório, programas governamentais ou privados, que tenham como objetivo desconstruir as desigualdades historicamente acumuladas em que as principais áreas afetadas estão ligadas ao mercado de trabalho, sistema educacional e representação política (Vanessa Cristina MALPIGHI et al., 2020). Entende-se que a imagem da mulher negra como inferior pode até ser internalizada, o que não significa que não terão um bom desenvolvimento pessoal ou social ou capacidade para tal (Taíse SANTOS; Taynan FILGUEIRAS, 2020).

A religião foi também identificada como ferramenta de fortalecimento na fala de algumas participantes, operando como um recurso semiótico simbólico, na medida em que promove o acesso a artefatos fictícios, como livros, filmes, músicas, que auxiliam os sujeitos a se conectar experiências concretas e emocionais por meio de ideias abstratas (ZITTOUN; GILLESPIE, 2013). A literatura aponta a influência que a religião pode exercer no enfrentamento a situações de violência, por meio da construção de estratégias estão focadas na emoção, que auxiliam na atribuição de novos significados por meio da neutralização do caráter problemático da experiência, proporcionando o controle das reações emocionais consequentes e da retomada de papéis anteriormente exercidos e que foram afetados em razão da circunstância (Geiciane FERNANDES; Vanessa GAIA; Cleber ASSIS, 2014; FORNARI; LABRONICI, 2018). A religião pode ainda ensejar a mobilização de esforços cognitivos e comportamentais para gerenciar e administrar as demandas internas ou externas que surgem da sua interação com o ambiente (Débora DELL'AGLIO, 2000). Para além disso, o compartilhamento de experiências, a construção de vínculos e o fortalecimento do senso de grupo e pertencimento em um contexto religioso agregam ao processo de fortalecimento (Sandra SOUZA, 2020).

Em contrapartida, embora compreendida enquanto um suporte para estas mulheres e um recurso semiótico que fomentou o desenvolvimento dos seus *selves* apesar das situações de violência, não se pode desconsiderar o quanto a religião também está associada às representações da violência contra as mulheres. Sabe-se que, principalmente no contexto da própria colonização, a religião, especialmente as práticas baseadas no catolicismo, foi utilizada como importante ferramenta de dominação, controle e agressões contra estes corpos (DEL PRIORI, 2000).

Importante destacar que os significados relacionados ao “maléfico”, “lascivo”, a “inferioridade física e moral” atribuídos às mulheres negras enfatizavam a necessidade de delimitação dos seus papéis na sociedade e da normatização dos seus corpos e subjetividades, negando a elas qualquer tipo de função que implicasse em poder, visando a garantir a preponderância do homem (DEL PRIORI, 2000). O movimento que trazia as analogias da mulher com o mal eram endossadas pela Igreja e pelo discurso médico, onde o processo normativo servia para que as mulheres brancas cumprissem seu papel de mães e esposas obedientes, difusoras do catolicismo e responsáveis pelo povoamento ordenado da colônia, sendo endereçados às mulheres negras outros papéis (DEL PRIORI, 2000).

Neste sentido, as normas religiosas e suas diversas manifestações, sejam cultos, pregações, formas de obediência, de salvação ou de condenação podem ajudar as pessoas a viverem, no entanto, também podem exercer meios de controle sobre suas vidas. Assim, ao mesmo tempo que ofertam espaços de acolhimento, suporte e proteção, geram condições de punição, repressão e controle dos corpos (Ana Clara NUNES; Tatiana SOUZA, 2021). Com isto, torna-se importante considerar as influências positivas reconhecidas pelas participantes, no tocante à presença da religião em seus processos, mas sobretudo as nuances que não são nomeadas por elas e que se associam a uma violência estrutural, também fomentada pelas religiões.

Considerando as narrativas das mulheres entrevistadas e as discussões acerca das expressões das violências, tanto de gênero, como raça e classe, alicerçadas na representação da violência sexual e seus impactos, bem como os aspectos que atuam como desafios e possibilidades no enfrentamento a estes agravos, entende-se que quanto mais apropriadas dos seus direitos e do reconhecimento das opressões as quais são submetidas, as mulheres negras se fortalecem a partir de uma leitura

interseccional da própria realidade, estando, desta forma, mais capacitadas para o enfrentamento das opressões as quais são atravessadas. O acesso a signos sociais, cognitivos e simbólicos podem ser compreendido como recursos decoloniais, como um começo para a mudança de concepção em uma perspectiva de geopolítica do conhecimento (LUGONES, 2014), e do questionamento de como é pensado um o lugar da mulher negra para que possa contemplar outras realidades.

Conclusão

O presente estudo apresentou a análise de narrativas de mulheres negras que passaram por situações de violência sexual e conseguiram acessar um Serviço de Acolhimento especializado. Foram identificadas as repercussões de violências raciais e de gênero, diretamente associadas a classe, que incidiram na exposição à violência sexual e interferiram no processo de assistência institucional. Diversos desafios foram apontados pelas participantes ao adentrarem serviços públicos de saúde e segurança pública para cuidados frente ao agravo sofrido.

Contudo, possibilidades também foram apresentadas, neste trabalho nomeadas como recursos semióticos capazes de incidir de forma positiva no *self* destas mulheres, possibilitando a continuidade do seu desenvolvimento e fortalecimento, apesar das violências sofridas. Tais recursos podem ser considerados como recursos decoloniais, na medida em que, uma das principais reivindicações do pensamento decolonial é a de que é preciso decolonizar o saber: o pensamento hegemônico impôs, de maneira violenta, ao mundo periférico e subalternizado categorias de apreensão da realidade que desorganizaram outras formas de estar no mundo e criaram hierarquias sociais rígidas (LUGONES, 2014).

Neste sentido, é deflagrada a urgência em serem pensadas práticas assistenciais pautadas sob uma ótica interseccional diante do fenômeno da violência contra a mulher, sobretudo a mulher negra. Tal aspecto perpassa desde a produção de mais dados que agreguem gênero, raça e classe, a fim de serem investigadas as discrepâncias e deficiências das políticas públicas, investimento no fortalecimento da rede de atendimento. Urge também o entendimento dos hiatos sociais diante das repercussões da violência estrutural, que ainda coloca as mulheres negras em posições

de marginalização e subalternidade, para que possam ser fomentadas políticas públicas que antecedam as ocorrências das violências.

Novamente destaca-se a necessidade das mulheres negras ocuparem espaços de poder, em condições de autonomia e paridade, em distintos espaços, e de serem protagonistas, cada vez mais, da produção de conhecimento que possa versar sobre suas pautas e necessidades. A partir desta lacuna é que se insere este trabalho, em uma perspectiva de compreensão e reflexão acerca das demandas das mulheres negras em outro âmbito, priorizando as suas experiências e construções de saberes sobre si como ponto de partida para desdobramentos de enfrentamento da atual realidade. Enquanto limitações do estudo, evidencia-se o recorte feito na produção da pesquisa, que englobou mulheres negras que, apesar das dificuldades, conseguiram acessar instâncias de cuidado frente às situações de violência, sendo identificada a importância da realização de pesquisas que explorem outros universos.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte - MG. Letramento: Justificando, 2018.

ANTUNES, Juliana Alves. “Violência doméstica e sexual contra a mulher negra: a necessidade do recorte racial”. In: **V Seminário Enlaçando Sexualidades**, 2017, Campina Grande. Realize Editora, 2017. Disponível em <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/30780> Acesso em 28/05/2023.

BATISTETTI, Luciana Teixeira; LIMA, de Maria Cristina D.; SOUZA, Silvana Regina R. K. A percepção da vítima de violência sexual quanto ao acolhimento em um hospital de referência no Paraná. *Rev Fun Care Online*. jan/dez; 12:169-175, 2020. Disponível em <http://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/7191/0> Acesso em 28/05/2023.

BENTO, Tiago; CUNHA, Carla C; SALGADO, João. Dialogical theory of selfhood. In J. Valsiner (Org.). **The Oxford handbook of culture and psychology**. (pp. 421-438). New York, NY: Oxford University Press, 2012. Disponível em <https://academic.oup.com/edited-volume/28322/chapter-abstract/215071893?redirectedFrom=fulltext> Acesso em 28/05/2023.

BERNARDES, Márcia. Questões de raça na luta contra a violência de gênero: processos de subalternização em torno da Lei Maria da Penha. **REVISTA DIREITO GV**. São Paulo, v. 16, n.3, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/wmzm5ZrRXG6cWC5FCXcGY7M/?lang=pt> Acesso em 28/05/2023.

BEZERRA, Juliana da Fonseca et al. Assistência à mulher frente à violência sexual e políticas públicas de saúde: revisão integrativa. **Rev Bras Promoç Saúde**, Fortaleza, 31(1): 1-12, jan./mar., 2018. Disponível em <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/6544> Acesso em 28/05/2023.

BRANCO, July Grassiely de Oliveira et al. Fragilidades no processo de trabalho na Atenção à Saúde à Mulher em situação de violência sexual. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(5):1877-1886, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/n8xmRDDy7mXr4DvNnBwbFVB/abstract/?lang=pt> Acesso em 28/05/2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas par as Mulheres. **RASEAM - Relatório Anual Socioeconômico da mulher**. – Brasília – DF, Ano VI, Abril/ 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Justiça. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica da Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios**. 1 ed. Brasília: 2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 28/05/2023.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. 368 f. Tese (Doutorado Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador - Bahia, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Geledés**, 2013. Disponível em <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em 28/05/2023.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **ESTUDOS AVANÇADOS**. 17 (49), 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/> Acesso em 28/05/2023.

CARVALHO, Erika; LAGUARDIA, Josué; DESLANDES, Sueli. Sistemas de Informação sobre violência contra as mulheres: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, 27(4):2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/gqsfZP3BmhDKZcvrtmdKPYy/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 28/05/2023.

CASINI, Isabel dos Santos et al. Violência sexual: análise epidemiológica entre os anos de 2010 a 2018. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v.4, n.5, p. 22136-22151, sep./oct.2021. Disponível em <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/37756> Acesso em 28/05/2023.

COLLINS, Patrícia Hills. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **PARÁGRAFO**. Jan/Jun. 2017, v.5, n.1, 2017. Disponível em

<https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559> Acesso em 28/05/2023.

COLLINS, Patrícia Hills; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. Tradução Rane Souza. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020. ISBN 978-65-5717-022-9 (recurso eletrônico). Disponível em http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf. Acesso em 28/05/2023.

CORRÊA, Milena Dias et al. As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico. **Saúde Soc.** São Paulo, v.30, n.2, e210001, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/mWbM6RR4wzCTvpvqJ5tfFHB/> Acesso em 28/05/2023.

COSTA, Lucas Manoel Oliveira et al. Análise epidemiológica dos casos de violência sexual no Estado do Maranhão entre 2015 a 2020. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 12, e78111234345, 2022. Disponível em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/34345> Acesso em 28/05/2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, nº 1, p.171-189, 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt> Acesso em 28/05/2023.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia et al. Obstáculos e facilitadores para o cuidado de mulheres em situação de violência doméstica na atenção primária em saúde: uma revisão sistemática. **Interface (Botucatu)**, 24: e190164, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/ttfjMwYKXCHCxxhKHjSVpMYL/?lang=en> Acesso em 28/05/2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitembro, 2016. 1 edição.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **O processo de coping: institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes**. Tese de Doutorado em Psicologia do desenvolvimento, Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial: A mulher no imaginário social; Mãe e mulher, honra e desordem; Religiosidade e sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2000.

FERNANDES, Gleiciane Benfica; GAIA, Vanessa Oliveira; ASSIS, Cleber. Estratégias de enfrentamento da violência de gênero em mulheres de Ji-Paraná (RO). **Advances in Health Psychology**, 22(2)1, 14, Jul. Dez., 2014. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MUD/article/view/4460> Acesso em 28/05/2023.

FORNARI, Lucimara Fabiana; LABRONICI, Liliana Maria. O processo de resiliência em mulheres vítimas de violência sexual: uma possibilidade de cuidado. **Cogitare Enfermagem**, vol. 23, núm. 1, e52081, 2018. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/52081> Acesso em 28/05/2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2022**. ISSN 1983-7364, Ano 16 - 2022. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/> Acesso em 28/05/2023.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984. Disponível em <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2298> Acesso em 28/05/2023.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. W. Entrevista Narrativa In: BAUER, W., GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, p.90-113, 2010.

LIEBLICH, Amia.; TUVAL-MASHIACH, Rivka; ZILBER, Tamar. **Narrative research – reading, analysis and interpretation**. London: SAGE Publications, 1998.

LIMA, Cláudia Araújo; DESLANDES, Suely Ferreira. Violência sexual contra mulheres no Brasil: conquistas e desafios do setor saúde na década de 2000. **Saúde Soc**. São Paulo, v.23, n.3, p.787800, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/MBMn7yF9zwrXDsfVKBHbnPK/?lang=pt>. Acesso em 28/05/2023.

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. Saúde da População Negra: Da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, Jurema (org). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro. Criola, p. 5-23, 2010. Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_negra.pdf Acesso em 28/05/2023.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755> Acesso em 28/05/2023.

MALPIGHI, Vanessa Cristina da Silva et al. Negritude feminina no Brasil: uma análise com foco na educação superior e nos quadros executivos empresariais. **Revista Psicologia Política**, vol.20, n. 48, agosto, 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000200006 Acesso em 28/05/2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 98 p. (Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto). 978-65-86719-06-2. E-book. 2019

NUNES, Ana Clara de Arruda; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo. Análise das vivências de violência doméstica em mulheres evangélicas pentecostais e neopentecostais. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 58-72, dez. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167729702021000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 27/10/2023.

PIMENTEL, Elaine; ARAÚJO, Elita. Gênero, violência e racismo: reflexões sobre violência contra as mulheres no Brasil a partir de uma perspectiva feminista e antirracista. In: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM. **Revista Liberdades**. São Paulo, v. 11, n. 29, JAN./JUN. 2020. Disponível em <https://ibccrim.org.br/publicacoes/edicoes/88/945> Acesso em 28/05/2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**. 13(29): 11-20, 1992. Disponível em <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf> Acesso em 28/05/2023.

SANTOS, Elisabete F.; DIOGO, Maria Fernanda; SHUCMAN, Lia Vainer. Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 17, n. 1, junho, 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v17n1/a03v17n1.pdf> Acesso em 28/05/2023.

SANTOS, Irineide Nascimento dos et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva da raça/cor: revisão integrativa da literatura em enfermagem. **Rev Enferm Atual InDerme**, v.96, n.40, 2022. Disponível em <https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1448> Acesso em 28/05/2023.

SANTOS, Taíse dos Anjos; FILGUEIRAS, Tayan Alves. A presença do racismo na trajetória de mulheres negras no mundo do trabalho: possíveis contribuições da psicologia. Ponta Grossa: **Atena**, 2020. Disponível em <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/a-presenca-do-racismo-na-trajetoria-de-mulheres-negras-no-mundo-do-trabalho-possiveis-contribuicoes-da-psicologia> Acesso em 28/05/2023.

SILVA, Juliana Guimarães et al. Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência sexual: o que dizem gestores, profissionais e usuárias dos serviços de referência? **Saúde Soc.** São Paulo, v.28, n.2, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/XNLndLPPwYqW6Gh9TjZq8Cn/?lang=pt#:~:text=refere%20que%20os%20direitos%20reprodutivos,liberdade%20no%20exerc%C3%ADcio%20da%20sexualidade>. Acesso em 28/05/2023.

SILVA, Paula R. Oliveira et al. Os possíveis impactos psicossociais na mulher diante da violência doméstica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 10, e241111032666, 2022. Disponível em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/32666/27729/367896> Acesso em 28/05/2023.

SOUZA, Sandra Duarte. Religião e silenciamento do sofrimento: reflexões sobre morte e vida de mulheres em situação de violência. **Estudos de Religião**, v. 34, n. 3. 337-351. set.-dez. 2020. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/ER/article/view/10933> Acesso em 28/05/2023.

TEODORO, Cristina. Violência sexual na infância: gênero, raça e classe em perspectiva interseccional. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 24, n. Especial, p. 1582-1598, dez., 2022. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroeis/article/view/87381> Acesso em 28/05/2023.

VALSINER, Jaan. **An Invitation to Cultural Psychology**. SAGE Publications, 2014.

VALSINER, Jaan. **Fundamentos da psicologia cultural – Mundos da mente, mundos da vida**. Trad. Ana Cecília S. Bastos. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VIANA, Alba Jean; SOUSA, Sérgio; NEVES, Ednalva. Racismo nos serviços de saúde: a ausência do cuidado com as mulheres negras vítimas de violência sexual. **Revista de**

Pesquisa Cuidado é Fundamental Online. dez.7(supl.):65-76, 2015. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/5057/505750949006.pdf> Acesso em 28/05/2023.

VILLELA, Wilza V.; LAGO, Tânia. Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(2):471-475, fev, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csp/a/5qT8C38hBFgXT4hpM4TrcPL/abstract/?lang=pt>. Acesso em 28/05/2023.

ZITTOUN, Tania. Dynamics of life-course transitions: a methodological reflection. In VALSINER, J.; MOLENAAR, P. ; LYRA, M.; CHAUDHARY, N. (Orgs.) **Dynamic process methodology and the social and developmental sciences.** (pp. 405 - 429). New York: Springe, 2009.

ZITTOUN, Tania. Symbolic resources and responsibility in transitions. **Young**, 15, issue 2, 193-211, 2007.

ZITTOUN, Tania.; GILLESPIE, Alex. Symbolic Resources. In: WILEY, J.S. **The Encyclopedia of Cross-Cultural.** London: Inc, 2013.

Conclusões

As discussões apresentadas neste trabalho trazem a necessidade da consideração da violência sexual enquanto um problema de saúde pública - indissociável do contexto social, político, econômico e fruto das desigualdades de gênero, raça e classe. Portanto, muito distante de ser um problema de ordem “natural”, a violência sexual gera significativos agravos de diversas instâncias no público por ela atingido, sobretudo as mulheres negras. Para tanto, urge a necessidade da construção de políticas públicas e, especialmente, a transformação da ótica e organização social para que se possa pensar na real diminuição dos índices de mulheres negras diariamente atravessadas por esse e tanto outros tipos de violência, se fazendo necessária a adoção da análise deste complexo contexto à luz da teoria e metodologia interseccional.

A dissertação, através do artigo 1, evidenciou o quanto a pandemia de COVID-19 gerou a intensificação das nuances já existentes no que se refere a violência sexual contra as mulheres, onde foi destacada a situação das mulheres que se encontraram em maior vulnerabilidade, tendo em vista diversos fatores de ordem social, política, econômica, racial e histórica que as atravessam. Apontou a prevalência da chegada de situações de violência sexual praticadas por pessoas desconhecidas nas unidades de assistência em saúde, chamando a atenção para os desafios existentes nas ocorrências de violência sexual no âmbito doméstico e intrafamiliar, aspecto que também sofreu interferências diante dos obstáculos impostos pela pandemia.

Foi observada a importância dos atendimentos multidisciplinares para o enfrentamento e diluição dos impactos provenientes de situações de violência sexual e das discussões em torno dos determinantes sociais da saúde, oportunizando a construção de políticas públicas cada vez mais direcionadas ao enfrentamento à violência contra as mulheres e que possam gerar transformações quanto às violências estruturais de gênero, raça e classe que ainda se fazem presentes na sociedade brasileira.

No artigo 2, por meio de um estudo de caso, foi problematizada a violência sexual contra a mulher negra no âmbito da violência por parceiro íntimo, sendo

evidenciados os campos afetivos-semióticos a partir dos impactos desta violência e de episódios de racismo no desenvolvimento do *self*. O papel fundamental dos recursos sociais, cognitivos e simbólicos como ferramentas semióticas foi identificado, possibilitando a existência de movimentações entre os signos existentes e apropriação de novos signos que possibilitaram a aproximação de um *self* decolonial (TEIXEIRA, 2020).

Neste sentido, tais recursos viabilizam a construção de uma realidade permeada pelo desenvolvimento de pessoas negras em um contexto social marcado pelo racismo estrutural, por meio da emergência do *self* quando se depara com caminhos de expressão válidos da existência humana. Existência essa em uma perspectiva contra-hegemônica, desencadeando novas configurações subjetivas que levarão à construção de novas experiências identitárias (TEIXEIRA, 2020). A valorização da singularidade na construção de suporte às mulheres predominantemente atingidas por esta violência também é enfatizada no estudo, como elemento basal para o acolhimento das demandas destas pessoas de forma qualificada.

Corroborando este importante aspecto, o artigo 3 apresentou a análise de narrativas de mulheres negras que passaram por situações de violência sexual e conseguiram acessar um serviço de saúde especializado, através do qual foram identificadas as repercussões de violências raciais e de gênero - diretamente associadas a classe, que incidiram na exposição à violência sexual e interferiram no processo de assistência institucional. Diversos desafios também foram apontados pelas participantes, ao adentrarem serviços públicos de saúde e segurança pública para cuidados frente ao agravo sofrido, bem como possibilidades, nomeadas como recursos semióticos, capazes de influenciar de forma positiva o *self* destas mulheres, possibilitando a continuidade do seu desenvolvimento e fortalecimento, apesar das violências sofridas. Assim como descrito no artigo 2, tais recursos foram considerados como recursos decoloniais, na medida em que uma das principais reivindicações do pensamento decolonial é a de que é preciso decolonizar o saber (LUGONES, 2014).

Os três artigos trazem o esforço em apontar os entraves ainda existentes diante do complexo fenômeno da violência sexual, e alguns caminhos para a assistência em situação de violência. Foram descritas as nuances deste tipo de violência e a realidade de mulheres negras que conseguiram acessar um serviço de saúde especializado, e que

se depararam com os desafios e potencialidades desta assistência ao lidarem com as transformações no processo de desenvolvimento dos seus *selves*.

A interseccionalidade foi considerada uma importante bússula na condução da análise da violência sexual contra mulheres negras. Principalmente, uma necessária ferramenta no que diz respeito à construção de possibilidades de redução dos impactos gerados por esta violência, e de caminhos visando a diminuição da ocorrência destas práticas, à luz da necessidade da igualdade de gênero, raça e classe. Entende-se que, enquanto prevalecerem as desigualdades em nossa sociedade, as violências, sendo a sexual uma delas, terão espaço junto a estruturas sociais que seguirão operando na construção de novas formas de violência, reeditando práticas sobretudo racistas e sexistas, existentes desde os primórdios da sociedade.

Os artigos reforçam a importância do fomento de políticas públicas e a qualificação da assistência prestada em situações de violência, haja vista a necessidade dos atendimentos multidisciplinares neste contexto que levem em consideração as especificidades e singularidades do público majoritariamente afetado por estas violências - o de mulheres negras. Evidenciam o quão fundamental é investigar os seus âmbitos de vida e o auxílio à estas mulheres na reapropriação e construção de ferramentas de fortalecimento, que podem estar presentes no processo de oferta da assistência, mas também em suas histórias de vida, comunidades, ancestralidades, memórias e diversas outras camadas que compõem o seu vasto *self*. É reivindicada, assim, a concepção de que, por meio de oportunidades e igualdades, as mulheres negras conseguem emergir em aproximação a um *self* decolonial, gerando furos na pandemia ainda imposta pela colonialidade e que, infelizmente, vem se reeditando, seja ao longo do processo histórico de colonização, da COVID-19 e do nosso cotidiano.

Assim, ao mesmo tempo que trazem recortes específicos, os artigos se complementam e atravessam dentro da metodologia interseccional, uma vez que os caminhos por eles apontados se entrelaçam e reforçam, possibilitando o entendimento de que, quanto mais estratégias de enfrentamento forem construídas, ancoradas na leitura crítica da sociedade em que vivemos, mudanças podem ser geradas visando experiências de existências mais decolonizadas e menos expostas a violência, em sua representação estrutural.

São considerados os recortes através dos quais os artigos foram construídos, que compreendem a realidade do público que pôde acessar um serviço de acolhimento à mulheres em situação de violência sexual em Salvador (Bahia) e, assim, apontadas possibilidades de continuidade destas discussões em outros estudos, que possam abranger diferentes públicos, sobretudo aqueles que não atravessam as portas destas e outras instituições.

É importante também serem pensadas produções que abordem a inseparabilidade das questões de gênero, raça e classe diante da análise e intervenção dos fenômenos no campo da Psicologia, tomando como referência o compromisso ético-político desta ciência e profissão. Políticos, uma vez que incide nas relações humanas de dada comunidade, e éticos por apresentarem os valores nos quais essas ações se sustentarão (GUARESCHI, 2018; FARIAS, 2019). Enquanto psicóloga que atuou em um dispositivo de saúde público, no atendimento à situações de violência sexual, essa perspectiva se torna indispensável como forma de reconhecer o lugar de poder que a Psicologia ocupa e as possibilidades de transformação e impacto social que pode alcançar.

Como último ponto de conclusão, mas, sobretudo, como ponto essencial de continuidade e início de outros estudos, novamente é ressaltada a necessidade das mulheres negras ocuparem espaços de poder, em condições de autonomia e paridade e de serem protagonistas, cada vez mais, da produção de conhecimento que possa versar sobre suas pautas e necessidades. Essa dissertação foi gerada por meio das demandas das mulheres negras, com a intenção de priorizar as suas experiências e construções de saberes sobre si enquanto ponto de partida para desdobramentos de enfrentamento da atual realidade.

Referências

- AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **DOSSIÊ – VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**. 2015. Disponível em <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/>>
- AKOTIRENE, C. O que é interseccionalidade. Belo Horizonte - MG. Letramento: Justificando, 2018.
- ALBERGUNI, S. Repercussões da violência sexual na vida das mulheres. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2019.
- ALBUQUERQUE, I. M. Violência sexual e discriminação racial: influência na responsabilização da vítima. 2015. 93 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, 2015.
- ALFAIA, C. C. Violência contra a mulher negra : efeitos sobre suas relações socioeconômicas e afetivas. 2019. 91 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública). Universidade Federal do Pará. Belém - PA, 2019.
- ANTUNES, J. A. Violência doméstica e sexual contra a mulher negra: a necessidade do recorte racial. **V Seminário Enlaçando Sexualidades**, 2017.
- ARAÚJO, S. U. Violência sexual contra mulheres: Repercussões psicossociais após dois anos da agressão. 2018. 108 f. (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus - AM, 2018.
- BAIGORRIA et al. Prevalência e fatores associados da violência sexual contra a mulher: revisão sistemática. **REVISTA DE SALUD PÚBLICA**. Volumen 19 (6), diciembre 2017.
- BAIROS, L. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458, jan. 1995.
- BARBOSA, J. P. M., et al. INTERSECCIONALIDADE E OUTROS OLHARES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM TEMPOS DE PANDEMIAPELA COVID-19. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 18(12), 2020.
- BATISTETTI, L.T.; LIMA, M.C.D.; SOUZA, S.R.R.K. A percepção da vítima de violência sexual quanto ao acolhimento em um hospital de referência no Paraná. **Rev Fun Care Online**, 2020.
- BEDONE, A. J.; FAÚNDES, A. Atendimento integral às mulheres vítimas de violência sexual: Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher, Universidade Estadual de Campinas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(2):465-469, fev, 2007.
- BEZERRA, C. F. M., et al. Violência contra as mulheres na pandemia do COVID-19: Um estudo sobre casos durante o período de quarentena no Brasil. **Id on Line Rev. Mult. Psic.** V.14, N. 51 p. 474-485, Julho/2020.
- BHATIA, S. Acculturation and the dialogical formation of immigrant identity: race and culture in diaspora spaces. In: HERMANS, H. J.; GIESER, T. *Handbook of Dialogical Self Theory*. Cambridge University Press, 2012. p. 115-131.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Justiça. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica da Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios** - 1 ed. Brasília: 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS** – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes : norma técnica** – 3. ed. atual. e ampl., 2. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica** – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011.

_____. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentando a Violência contra a Mulher** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. **Proteção de crianças e adolescentes no contexto da pandemia da Covid-19: consequências e medidas necessárias para o enfrentamento**. 2020.

BROWN, D. L. et al. Intersectional Perspectives of Black Women’s Mental Health: Strategies for Clinical Training. **Women & Therapy**, 43:3-4, 330-347, 2020.

CAMPOS, M. A. M. R. Violência sexual como questão de saúde pública: atenção específica em serviço de saúde. 2006. 168 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo - SP, 2006.

CAMPOS, B., et al. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: VULNERABILIDADE PROGRAMÁTICA EM TEMPOS DE SARS-COV-2/ COVID-19 EM SÃO PAULO. **PSICOLOGIA & SOCIEDADE**. 32, 2020.

CARA, A. T.. Mulheres em Situação de Violência Sexual: Redes de Atenção e Relatos da Experiência Sofrida. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem). UNESP, Faculdade de Ciências, Bauru-SP, 2015.

CARDOSO, C. P. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. 368 f. Tese (Doutorado Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador - Bahia, 2012.

CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011.

_____. Mulheres em movimento. **ESTUDOS AVANÇADOS**. 17 (49), 2003.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **PARÁGRAFO**. JAN/JUN. 2017, V.5, N.1, 2017.

CONTRERAS, J. M.; BOTT, S.; GUEDES, A.; DARTNALL, E. **Violência sexual na América Latina e no Caribe: uma análise de dados secundários**. Iniciativa de Pesquisa sobre Violência Sexual, 2010.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, nº 1, 2002, p.171-189.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. (2ª Ed). Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRISPIM, T. A. C. Construção da linha de cuidado para a mulher vítima de violência sexual: Superando Barreiras. 2019. 73 f. (Mestrado Profissional em Saúde da Mulher e da Criança) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

CRUZ, I. C. F. A sexualidade, a saúde reprodutiva e a violência contra a mulher negra: aspectos de interesse para assistência de enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 448-457, dec. 2004.

CUNHA, C; GONÇALVES, M. M. Accessing the Experience of a Dialogical Self: Some Needs and Concerns. *Culture Psychology*, Janeiro, 2009.

D'ALTE et al. Self dialógico: Um convite a uma abordagem alternativa ao problema da identidade pessoal. **Interacções**, n. 6, PP. 8-31 (2007).

DAMASCO, M. S.; MAIO, M. C.; MONTEIRO, S. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.

DAVIS, A. Mulheres, cultura e política. São Paulo: Boitembro, 2017. 1 edição.

_____. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitembro, 2016. 1 edição.

DELZIOVO, C. R., COELHO, E. B. S., d'ORSI, E; LINDNER, S. B. Violência sexual contra a mulher e o atendimento no setor saúde em Santa Catarina – Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23(5):1687-1696, 2018.

DINIZ, N. M. F.; ALMEIDA, L. C. G.; RIBEIRO, B. C. S.; MACÊDO, V. G. Mulheres vítimas de violência sexual: adesão à quimioprofilaxia do HIV. **Rev Latino-am. Enfermagem**, 2007.

EW, R. A. S.; CASTRO, T. G.; ROCHA, K, B. Diologicidade e contradições nas narrativas de si: estudo de casos múltiplos com adolescentes. **Athenea Digital** - 17(3): 29-52, 2017.

FARIAS, B. R. CLÍNICA E EXISTÊNCIA: SOBRE O FUNDAMENTO E O COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DA PSICOLOGIA. *Arquivos do IPUB*, v. 1, n. 1, p. 48-71, jan./abr. 2019.

FERNANDES, D. A. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e Negritude. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 24(3): 398, setembro/dezembro/2016.

FIGUEIREDO, A. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento, Florianópolis**, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2019**. ISSN 1983-7364, Ano13, 2019.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2020**. ISSN 1983-7364, Ano 14, 2020.

FREIRE, S. F. C. D.; BRANCO, A. U. A Teoria do Self Dialógico em Perspectiva. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, Jan-Mar 2016, Vol. 32 n. 1, pp. 25-33.

FREIRE, S. F. C. D.; BRANCO, A. U. O self dialógico em desenvolvimento: um estudo sobre as concepções dinâmicas de si em crianças. **Psicologia USP**. 2016, volume 27 , número 2 , 168-177.

GASPARINI, E. C.; SANTOS, M. O. COVID-19 E O AUMENTO DAS ESTATÍSTICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTES EM SANTA CATARINA. **Anais eletrônicos [do] II Circuito Regional do XXVII Seminário de Iniciação Científica / XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão** . Universidade do Oeste de Santa Catarina. – Joaçaba, SC: Editora Unoesc, 2021.

GERGEN, K. J. The social constructionist movement in modern psychology. **American Psychologist**, 40(3), 266-275, 1985.

GOMES, K. S. Violência contra a mulher e Covid-19: dupla pandemia. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 224,set/out. 2020.

GONZALES, L. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GOUVEIA, M.; ZANELLO, V. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicol. estud.**, v. 24, e42738, 2019.

GUANAES, C; JAPUR, M.. Construcionismo social e metapsicologia: Um diálogo sobre o conceito de self. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 19(2), 2003, 135-143.

GUARESCHI, N. M. DE F.. Ética, Política e Práticas Profissionais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 1, p. 3–7, jan. 2018.

HABIGZANG, L. F. et al . Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 21, n. 3, Dec. 2005.

HERMANS, H. J. The Dialogical Self as a Society of Mind:Introduction. **Theory & Psychology**, 2002, 12 (2), 147-160

_____. The Dialogical Self: Toward a Theory of Personal and Cultural Positioning. **Culture & Psychology**, September 2001

hooks, b. **Ain't I a woman? Black women and feminism**. Boston, MA : South End Press, 1981 (Acesso pela tradução livre para a Plataforma Gueto, Janeiro, 2014).

_____. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. 9 edição.

_____. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.

KATAGUIRI, L. G. Violência sexual e a correlação com iniquidades sociais e sanitárias. 2017. 75 f. Dissertação (Mestrado em Atenção à Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Atenção à Saúde, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG, 2017.

LEWIS, J. A.; NEVILLE, H. A. Construction and Initial Validation of the Gendered Racial Microaggressions Scale for Black Women. **Journal of Counseling Psychology**, Vol. 62, No. 2, 289–302, 2015.

LIEBLICH, A.; TUVAL-MASHIACH, R; ZILBER, T. Narrative research – reading, analysis and interpretation. London: SAGE Publications, 1998.

LIMA, C. A.; DESLANDES, S. F. Violência sexual contra mulheres no Brasil: conquistas e desafios do setor saúde na década de 2000. **Saúde Soc.** São Paulo, v.23, n.3, p.787-800, 2014
LOBO, J. C. Uma outra pandemia no Brasil: as vítimas da violência doméstica no isolamento social e a “incomunicabilidade da dor”. **TESSITURAS**, v. 8, S1, JAN-JUN, 2020.

LONG, L; ULLMAN, S. E. The Impact of Multiple Traumatic Victimization on Disclosure and Coping Mechanisms for Black Women. **Feminist Criminology**, 8(4) 295–319, 2013.

LOPES et al. Caracterização da Violência Sexual em Mulheres Atendidas no Projeto Maria-Maria em Teresina-PI. **RBGO**, v. 26, nº 2, 2004.

LOPES, F. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: Tópicos em saúde da população negra no Brasil. In: Brasil. Fundação Nacional de Saúde. **Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade**. Brasília: Funasa, 2005. p. 9-48

_____. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 21(5):1595-1601, set-out, 2005

LOPES, F; WERNECK, J. Saúde da População Negra: Da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, Jurema (org). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Criola, 2010. p. 5-23

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.

MACEDO, L. S. R; SILVEIRA, A. C. Self: Um conceito em desenvolvimento. **Paideia**, 22(52), 281-289, 2002.

MARTINS, T. F.; LIMA, T. J. S.; SANTOS, W. S. O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(7):2793-2802, 2020.

MATTAR et al. Assistência multiprofissional à vítima de violência sexual: a experiência da Universidade Federal de São Paulo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(2):459-464, fev, 2007.

MATTOS, E. Desenvolvimento do *self* na transição para a vida adulta: Um estudolongitudinal com jovens baianos. 2013. 277 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2013.

_____. Desenvolvimento do self e os processos imaginativos na transição para a adolescência: um estudo de caso. **Avances en Psicología Latinoamericana**, vol. 37, núm. 3, 2019

MELO, B. D. et al. (org). **Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID19: violência doméstica e familiar na COVID-19**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. p. 21-42.

_____. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

_____. (org). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C.; TAQUETTE, S. R. Análise de estudos qualitativos conduzidos por médicos publicados em periódicos científicos brasileiros entre 2004 e 2013. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 26 [2]: 417-434, 2016.

MONTERROSA, A. E. How Race and Gender Stereotypes Influence Help-Seeking for Intimate Partner Violence. **Journal of Interpersonal Violence**, p. 1–22, 2019.

MOREIRA, R. F. R; MAGALHÃES, D. K. O. OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **Revista da Jornada de Pós-graduação e Pesquisa, Congrega Urcamp**, vol. 16, nº16, ano 2020.

MORENO, M. R.; BRANCO, A. M. Desenvolvimento das significações de si em crianças na perspectiva dialógico-cultural. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 19, n. 4 p. 599-610, out./dez. 2014.

MOURA, M. J. A produção de sentidos sobre violência racial no atendimento psicológico a mulheres que denunciam violência de gênero . 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco-RE. 2009.

MUTTI, G. de S. L.; KLÜBER, T. E. Tese no formato multipaper: desvelando uma possibilidade na perspectiva fenomenológica de investigação. **Revista Paradigma**, Vol. XLIII, Edición Temática: Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática, pp 36-58, mayo, 2022.

NASCIMENTO, S. S. Saúde da mulher negra brasileira: A necessária intersecção em raça, gênero e classe. **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, n. 243, p. 91-103, jan./abr., 2018

NUNES, M. C. A.; MORAIS, N. A. Gravidez decorrente de violência sexual: revisão sistemática da literatura. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, vol. 69, núm. 2, pp. 88-103, 2017.

OKABAYASHI, N. Y. T., et al. Violência contra a mulher e feminicídio no Brasil - impacto do isolamento social pela COVID-19. **Braz. J. Hea. Rev.**, Curitiba, v. 3, n. 3, p.4511-4531 may./jun. 2020.

OLIVEIRA, C. S. Violência sexual: mulheres atendidas em uma Rede de Atenção Integral em uma capital do Sul do Brasil. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)-Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2015.

OLIVEIRA et al.. Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. **Revista Saúde Pública**, 2005.

OLIVEIRA, M. C. L. Desenvolvimento do self e processos de hiperindividualização:interrogações à Psicologia Dialógica. **Psicologia USP**, 2016, volume 2, número 2, 201-211.

OLIVEIRA, M. L. P. Subjetividade e identidade das mulheres negras: efeitos da discriminação racial. 2009. 76 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo-RS, 2009.

PASSOS, A. I. M.; GOMES, D. A. Y.; GONÇALVES, C. L. D. Perfil do atendimento de vítimas de violência sexual em Campinas. **Rev. Bioét.**, vol .26 no.1 Brasília Jan./Mar. 2018

PEIRCE, C. S. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Eletronic ed. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1978.

PEREIRA. B. C. J . Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras. 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília - UnB. Brasília-DF, 2013.

PONTES, V. V. Construindo continuidade frente a sucessivas rupturas: estratégias semióticas de reparação dinâmica do self. 2013. 232 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2013.

PRESTES, C. R. S. Feridas até o coração, erguem-se negras guerreiras. Resiliência em mulheres negras: transmissão psíquica e pertencimentos. 2013. 175f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo-SP, 2013.

_____. Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver. 2018. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências - Psicologia Social) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo-SP, 2018.

PRESTES, C.R.S.; PAIVA, V.S.F. Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e resiliência. **Saúde Soc.** São Paulo, v.25, n.3, p.673-688, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**. 13(29): 11-20, 1992.

_____. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAMÃO, S. R.; MENEGHEL, S. N.; OLIVEIRA, C. Nos caminhos de Iansã: cartografando a subjetividade de mulheres em situação de violência de gênero. **Psicologia & Sociedade**, 2005, 17, pp.79-87.

RODRIGUES, C.. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2013.

RODRIGUES, R. F. Sacode a poeira e dá a volta por cima: resiliência em mulheres que vivenciaram violência sexual. 2010. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro-RJ, 2010.

SABRI, et al. Intimate Partner Violence, Depression, PTSD and Use of Mental Health Resources among Ethnically Diverse Black Women. **Soc Work Health Care**. April ; 52(4): 351–369, 2013.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

- SALGADO, J.; GONÇALVES, M. The dialogical self: social, personal e (um)conscious. In: VALSINER, J.; ROSA, A. (Eds.). **The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2006.
- SANT'ANNA, P. A.; BAIMA, A. P. S. Indicadores Clínicos em Psicoterapia com Mulheres Vítimas de Abuso Sexual. **PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2008, 28 (4), 728-741.
- SANTOS, M. A.; GOMES, W. B. Self Dialógico: Teoria e pesquisa. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 15, n. 2, p. 353-361, abr./jun. 2010
- SANTOS, M. R. Histórias de reencontro: ancestralidade, pertencimento e enraizamento na descoberta de ser negra. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo-SP, 2014.
- SANTOS, S. S.; DELL'AGLIO, D. D. Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. **Estud. psicol.**, Campinas , v. 25, n. 4, Dec. 2008.
- SANTOS, C. C. A.; FUMAGALI, E. O. ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL EM TEMPOS DE COVID-19: A EDUCAÇÃO COMO FORMA DE PREVENÇÃO . **Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju , v. 6, n.3, p. 171-184. Março 2021.
- SARDENBERG, C. M. B. Caleidoscópios de gênero: Gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **MEDIAÇÕES, LONDRINA**, V. 20 N. 2, P. 56-96, JUL./DEZ, 2015.
- SATO, T.; HIDAKA, T; FUKUDA, M. Depicting the dynamics of living the life:the trajectory equifinality Model. In J. Valsiner et al. (Orgs.), **Dynamic Process Methodology in the Social and Developmental Sciences**, New York, USA, 2009.
- SILVA, A.C.C. Memórias, Cotidianos e Histórias: Retalhos de Identidades de Mulheres Negras em Construção. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, 2019.
- SILVA, I. P. A. ; CHAI, C. G. AS Relações entre racismo e sexismo e o direito à saúde mental da mulher negra brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 22, 2018.
- SILVA, M. H. P. D. Negritude e infância: cultura, relações étnico-raciais e desenvolvimento de concepções de si em crianças. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2010.
- SILVA, M. P. Representações Sociais de Mulheres Negras sobre Violência Doméstica e o Processo de Denúncia e Não-Denúncia. 2008. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador - BA, 2008.
- SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, 26(n. spe.), 14-24, 2014.
- SMITH, B; SPARKS, A. C.. Contrasting perspectives on narrating selves and identities: an invitation to dialogue. **Qualitative Research**, 8(1), 5-32, 2008.

SOUZAS, R. Movimento de mulheres negras e a saúde: Análise documental sobre a reivindicação de inclusão do “quesito cor” no sistema de informação à saúde. **Saúde Coletiva**, vol. 7, núm. 40, pp. 110-115, 2010.

SOUSA, M. G. S.; CABRAL, C. L. O. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. **Horizontes**, v. 33, n. 2, p. 149-158, jul./dez. 2015.

TATEO, L. Tensegrity as existential condition: The inherent ambivalence of Development. In I. Albert, I., E. Abbey & J. Valsiner (orgs.). **Cultural Psychology of Transgenerational Family Relations: Investigating Ambivalences**. NYC: IAP, 2018.

TAVARES, J. S. C.; KURATANI, S. M. A. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2019 v. 39, e184764, 1-13, 2019.

TEIXEIRA, A. M. B. Tensões subjetivas e culturais na experiência identitária de ser um estudante universitário negro: a emergência de um Self Decolonial. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2020.

TILIO, R. Marcos legais internacionais e nacionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres: Um percurso histórico. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, 2(1):68-93, 2012.

TRAJANO, R. K. N. et al. Comparativo de casos de violência sexual contra criança e adolescente no período 2018-2020. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, 2021.10.31

VALSINER, J. **Fundamentos da psicologia cultural – Mundos da mente, mundos da vida**. Trad. Ana Cecília S. Bastos. Porto Alegre: Artmed, 2012.

_____. Forms of Dialogical Relations and Semiotic Autoregulation within the Self. **Theory & Psychology**, April 2002.

_____. **An Invitation to Cultural Psychology**. SAGE Publications, 2014.

VIANA et al. Violência contra a saúde das mulheres negras: acaso ou prática social? **Revista Tema**, Vol. 14 - n. 20/21, janeiro a dezembro de 2013.

VIANA, A. J. B.; SOUSA, E. S. S.; NEVES, E. M. Racismo nos serviços de saúde: a ausência do cuidado com as mulheres negras vítimas de violência sexual. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, 2015, dez. 7(supl.):65-76.

VIEIRA, P. R. et al. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **REV BRAS EPIDEMIOL**, 2020.

VIL, N. M; et al. A Qualitative Study of Survival Strategies Used by Low-Income Black Women Who Experience Intimate Partner Violence. **Soc Work**. January 01; 62(1): 63–71, 2017.

VILELA, W. V.; LAGO, T. Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(2):471-475, fev, 2007

WENDY, A. The Angry Black Woman: The Impact of Pejorative Stereotypes on Psychotherapy with Black Women, **Social Work in Public Health**, 29:1, 27-34, 2014.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, Jurema (org). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Criola, 2010.

_____. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde Soc.** São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.

YIN, R. K.. Estudo de caso – planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZITTOUN, T. Dynamics of life-course transitions: a methodological reflection. In J. Valsiner, P. Molenaar, M. Lyra, & N. Chaudhary (Orgs.), **Dynamic process methodology and the social and developmental sciences** (pp. 405 - 429). New York: Springer, 2009.

ZITTOUN, T. Symbolic resources and responsibility in transitions. **Young**, 15, issue 2, 193-211, 2007.

ZITTOUN, T.; GILLESPIE, A. Symbolic Resources. In: WILEY, J.S. **The Encyclopedia of Cross-Cultural**, London: Inc, 2013.

APÊNDICES

Apêndice A - Ficha de Dados Sociodemográficos e do Atendimento no Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual



Ficha de Dados Sociodemográficos e do Atendimento no Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Programa de Pós-Graduação em Psicologia

I. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS	
Nome completo	
Data de nascimento/idade	
Bairro	
Com quem reside	
Possui filhos	() Sim () Não
Religião	
Escolaridade	
Atual ocupação	
Possui acesso a benefício e/ou apoio de algum programa social	
II. DADOS DA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	
Tipificação da violência	
Suposto autor	
Local e data	
Realização de denúncia	() Sim. Onde _____ () Não
Passou por violências associadas	() Sim. Quais _____ _____

	() Não
Passou por situações de violências anteriores	() Sim. Quais _____ _____ () Não
Acesso a rede de apoio	() Sim. Qual _____ _____ () Não
III. DADOS DO ATENDIMENTO NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	
Origem da chegada a unidade	
Data da chegada a unidade em relação ao tempo da violência	
Tempo de acompanhamento na unidade	
Atendimentos acessados	() Ginecológico () Procedimento cirúrgico () Psicológico () Orientação jurídica () Social () Farmacêutico () Medicação profilática () Infectológico
Atendimentos em curso no momento	() Ginecológico () Procedimento cirúrgico () Psicológico () Orientação jurídica () Social () Farmacêutico () Medicação profilática () Infectológico
Encaminhamentos	

Apêndice B - Temário Entrevista Narrativa



Temário - Entrevista Narrativa

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Proposição geral: A entrevista será iniciada com a seguinte proposição: “Gostaria de te ouvir falar sobre você e sua trajetória, o que achar mais importante, antes e após a chegada no Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual”. Ao longo da narrativa alguns questionamentos poderão ser realizados, a fim de esclarecer ou de abarcar os pontos do roteiro temático descrito a seguir.

TEMA	POSSÍVEIS QUESTÕES
Concepções sobre si mesma	<ul style="list-style-type: none">● Como você se descreveria?● O que considera como principais aspectos que te definem?● Quais os principais momentos da sua trajetória de vida?
Concepções sobre ser mulher negra e atravessamentos interseccionais	<ul style="list-style-type: none">● Como foi o seu processo de identificação enquanto mulher negra?● Quais principais influências que recebeu?● Quais os desafios e potencialidades desta identificação?● Quais momentos considera como marcadores deste processo?● Já se viu em alguma situação que gerou desconforto diante da sua identidade racial?
Situação de violência sexual	<ul style="list-style-type: none">● Como você se sentiu após a situação vivenciada?● Observou mudanças em você e/ou nos seus contextos de vida?● Havia passado por alguma situação de violência antes deste episódio?
Acesso à assistência institucional e outras (observação do cuidado e processos autoreflexivos)	<ul style="list-style-type: none">● Como decidiu acessar uma unidade de saúde após o acontecido?● Como você se sentiu após a chegada no Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual?● Quais as influências que os atendimentos tiveram sobre você?● Sentiu dificuldade em algum destes momentos de atendimento?● Quais pessoas você pôde acessar diante da situação vivenciada? Caso tenha acessado, como elas participaram deste processo com você? Caso não, porque optou por esta forma?● Além do atendimento no Serviço, existiram outros espaços e

	peças de suporte para voc4? Se sim, eles atuaram de que forma sobre voc4?
--	---------------------------------------------------------------------------

Ap4ndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Instituto de Psicologia
Programa de P4s-Gradua4o em Psicologia
MESTRADO EM PSICOLOGIA



T4tulo do Projeto: Mulheres negras em situa4o de viol4ncia sexual e as movimenta4o es do self dial4gico enquanto recurso de enfrentamento

Pesquisadores: Mariana de Oliveira Pinheiro (Pesquisadora Respons4vel) e Vania Nora Bustamante Dejo (Orientadora)

Tipo de Pesquisa: Disserta4o / Mestrado

TCLE – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Voc4 est4 sendo convidada a participar da pesquisa “*Mulheres negras em situa4o de viol4ncia sexual e as movimenta4o es do self dial4gico enquanto recurso de enfrentamento*”, desenvolvida por Mariana de Oliveira Pinheiro, discente do Mestrado Acad4mico no Programa de P4s-Gradua4o em Psicologia, da Universidade Federal da Bahia - UFBA, sob orienta4o da Professora Vania Nora Bustamante Dejo.

Objetivo central

Esta pesquisa pretende compreender como se apresenta o self dial4gico de mulheres negras em situa4o de viol4ncia sexual que s4o atendidas em um Servi4o de Acolhimento a Mulheres em Situa4o de Viol4ncia Sexual, em Salvador/BA. O termo “self dial4gico” 4 um conceito dentro da 4rea da Psicologia, que se refere 4 forma como as pessoas se v4em e se percebem a partir da sua rela4o e intera4o com as outras pessoas e com os ambientes os quais fazem parte. Ap4s ler este termo, voc4 ter4 o tempo que for necess4rio para refletir e informar sua decis4o em participar ou n4o desta pesquisa e poder4 tamb4m, se desejar, consultar seus familiares ou outras pessoas que possam ajud4-la na tomada de decis4o livre e esclarecida.

Cr4terios de inclus4o

O convite a sua participa4o se deve ao fato de voc4 estar sendo atendida no Servi4o de Acolhimento a Mulheres em Situa4o de Viol4ncia Sexual, localizado em Salvador/BA, por voc4 se considerar uma mulher negra e por voc4, no momento, residir em Salvador/BA.

Procedimentos que ser4o utilizados na pesquisa

Para a realização da pesquisa, nós adotaremos uma metodologia chamada entrevista narrativa, que consiste na realização de encontros individuais com a pesquisadora, momentos em que serão realizadas estas entrevistas e serão mantidos diálogos sobre você e a sua história de vida; como você se percebe enquanto mulher negra, como se sente diante da situação ocorrida e como vem lidando com essa situação a partir da sua chegada no Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual. Também será feito o preenchimento de uma Ficha de Dados Sociodemográficos e de Atendimento, com base nas informações do seu prontuário no Serviço e que você poderá ler, complementar, retirar ou modificar alguma informação. As entrevistas vão ser gravadas em áudio e acontecerão em um horário possível para você, de preferência um dia que você vier para seu acompanhamento no Serviço. Caso não seja possível a participação presencial, considerando o atual contexto da pandemia pela COVID-19, existe a possibilidade dos encontros acontecerem em ambiente virtual, via plataforma do Google Meet, a partir de acordo prévio entre você e a pesquisadora, que vai te oferecer todas as orientações necessárias. Sendo desta forma, a pesquisadora irá fazer o envio deste termo para você e do link para os encontros, e conversar com você sobre as condições propícias de ambiente e acesso a Internet para este momento. Se você concordar, você vai participar destas entrevistas e de eventuais contatos com a pesquisadora.

Cuidados para garantir a confidencialidade e a privacidade

Se assinar este Termo, quer dizer que você entendeu a proposta da pesquisa, mas a sua identidade vai ser mantida em sigilo e a das pessoas que você citar também, em todas as etapas da pesquisa, tanto na coleta dos dados como na divulgação dos dados. Isso significa que o seu nome e o nome das pessoas que você citar nunca vão ser divulgados. A coleta dos dados será realizada no próprio espaço do Serviço, em uma sala fechada, somente com a sua presença e a da pesquisadora, no dia e horário previamente combinados entre vocês. Serão tomadas todas as medidas de segurança sanitárias diante da pandemia pela COVID-19. Sendo feito de forma online, o sigilo da sua identidade e das pessoas que você citar também serão mantidos, uma vez que os contatos referentes à pesquisa serão feitos pela pesquisadora tendo você apenas como destinatária, sendo realizados por meio de comunicações via e-mail e/ou WhatsApp, de acordo com sua disponibilidade e facilidade de acesso. Também serão oferecidas orientações quanto ao momento e lugar onde você estará para a realização do encontro para a entrevista, no qual estará sozinha, em um ambiente propício para que seja preservada a sua privacidade e sigilo, apenas em contato com a pesquisadora, de forma online, que também estará sozinha, em ambiente fechado. Serão mantidos os cuidados necessários e será verificada a sua condição de acesso à Internet para que não tenha custos neste sentido. Você pode recusar o convite para participar da pesquisa e não assinar este Termo. Mas

mesmo depois de concordar, caso mude de ideia e desista de participar, você também pode retirar seu consentimento, a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Ressarcimento e indenização

A participação na pesquisa é voluntária, isso quer dizer que ela não será remunerada e não será necessário que você tenha qualquer despesa para poder participar da pesquisa. Ainda assim, caso você tenha algum gasto relacionado à sua participação, poderá apresentar a nota fiscal para a pesquisadora para que possa ser ressarcida. Você também terá garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Eventuais indenizações serão custeadas com recursos próprios da pesquisadora e da sua orientadora.

Tempo de duração da entrevista

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora, podendo se prolongar por mais tempo ou ser realizada em menor tempo.

Guarda dos dados e do material coletado na pesquisa

As entrevistas, após gravadas, serão transcritas e armazenadas e a ficha de dados também será guardada, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. No caso da realização de forma online, o armazenamento será feito da mesma forma, com o download dos documentos pela pesquisadora e por meio da guarda do TCLE também por você enquanto participante, nos seus arquivos digitais. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 (cinco) anos, conforme Resolução 466/12, que é uma resolução que cuida dos materiais de coleta em pesquisas.

Benefícios da sua participação

Esta pesquisa é importante porque poderá ampliar o conhecimento científico sobre mulheres negras que passaram por situação de violência sexual, reduzir mitos e aprimorar as práticas profissionais, acadêmicas e políticas públicas sobre esse tema. Além disso, contar sua história de vida pode ser benéfico para você, pois poderá se sentir melhor depois de dialogar sobre estes assuntos, além de ser uma boa oportunidade para refletir sobre o seu passado, seu momento presente e o seu futuro. Estes benefícios se aplicam tanto a sua participação de forma presencial como online.

Possíveis riscos ou desconfortos

Existe o risco de as perguntas tocarem em assuntos difíceis pra você e por isso você só responderá o que quiser e o que se sentir confortável para responder, não havendo nenhum problema em não responder alguma pergunta. Em qualquer momento você poderá se retirar da pesquisa e se não se sentir à vontade, não precisa responder, ainda que seja realizada de

forma online. Neste caso, existe o risco de você sofrer alguma interferência externa, a partir do lugar onde esteja, no momento do contato com a pesquisadora. Serão tomados cuidados prévios, a partir das orientações sobre ambiente propício para este encontro, e, nestas situações, será feita uma pausa na conversação ou remarcação com a pesquisadora.

Divulgação dos resultados da pesquisa

A sua identidade vai ser mantida em sigilo e a das pessoas que você citar também no processo de divulgação dos dados, o que significa que o seu nome e o nome das pessoas que você citar nunca vão ser divulgados, podendo, por exemplo, serem usados nomes fictícios no lugar dos nomes verdadeiros. Para acessar os resultados da pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento. Ao final da pesquisa, ela estará disponível para acesso no site www.popsi.ufba.br, na parte de dissertações e teses, e você também poderá solicitar uma cópia impressa para a pesquisadora. A pesquisadora irá apresentar os resultados da pesquisa para você e as demais mulheres atendidas no Serviço e também aos profissionais. Para além disso, os resultados da pesquisa poderão ser incorporados ao trabalho ofertado no Serviço de Acolhimento à Mulheres em Situação de Violência Sexual, sendo uma forma de qualificar o atendimento prestado à você e as demais mulheres atendidas nesta unidade, bem como estarão disponíveis para acesso público para outras pessoas que trabalham e/ou se interessam por esta temática, com a finalidade de contribuir nas discussões sobre tais questões. O seu acompanhamento no Serviço permanecerá, mesmo com a finalização desta pesquisa, sendo encerrado somente no momento em que for avaliado como suficiente por você e pelos profissionais que estiverem te atendendo.

Pesquisadora responsável: Mariana de Oliveira Pinheiro

Telefone: 71 99323-2874

E-mail: mpinheiro.psicologia@gmail.com / pinheiro500@hotmail.com

Orientadora: Vania Nora Bustamente Dejo

Telefone: 71 99199-2258

E-mail: vaniabus@yahoo.com

Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (CEP/SESAB)

Centro de Atenção à Saúde - Escola de Saúde Pública da Bahia (ESPBA) - Av. Antônio Carlos Magalhães, s/n, Iguatemi, CEP 40.275-350, Salvador - Ba.

Telefone: (71) 3116-0236

E-mail: sesab.cep@saude.ba.gov.br

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (CEP/IPS)

Rua Professor Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador - Ba.

Telefone: (71) 3283-6457

E-mail: cepips@ufba.br

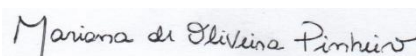
Observações:

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será assinado em duas vias, pela pesquisadora responsável e por você. Uma delas ficará com você e a outra via ficará arquivada no banco de dados da pesquisadora, sob a responsabilidade dela, durante 5 (cinco) anos. Todas as páginas deverão ser rubricadas por você e pela pesquisadora responsável, com ambas as assinaturas feitas na última página. Caso os encontros sejam em ambiente virtual, a pesquisadora irá construir com você orientações sobre como assinar este Termo.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia - CEP/IPS e/ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (CEP/SESAB). O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Termo de Compromisso da Pesquisadora Responsável

Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto “Mulheres negras em situação de violência sexual e as movimentações do self dialógico enquanto recurso de enfrentamento”.



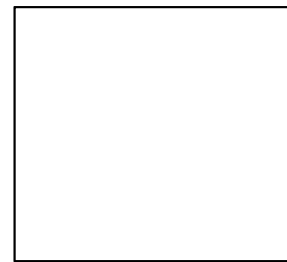
MARIANA DE OLIVEIRA PINHEIRO
(Assinatura da Pesquisadora Responsável)

Folha de consentimento: condição de participante

Eu, _____,
declaro que li e entendi as informações que me foram passadas acima e **concordo** em participar da pesquisa “Mulheres negras em situação de violência sexual e as movimentações do self dialógico enquanto recurso de enfrentamento”. Comunico também que **recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** e que me foi dada a oportunidade de esclarecer as minhas dúvidas.

Salvador, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante



Assinatura da Pesquisadora Responsável

Impressão datiloscópica da participante

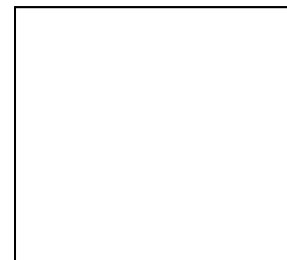
1ª Via – Participante

.....
.....

Eu, _____,
declaro que li e entendi as informações que me foram passadas acima e **concordo** em participar da pesquisa “Mulheres negras em situação de violência sexual e as movimentações do self dialógico enquanto recurso de enfrentamento”. Comunico também que **recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** e que me foi dada a oportunidade de esclarecer as minhas dúvidas.

Salvador, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante



Assinatura da Pesquisadora Responsável

Impressão datiloscópica da participante

2ª Via – Pesquisadora Responsável

Apêndice D - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia

UFBA - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA (IPS) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mulheres negras em situação de violência sexual e as movimentações do self dialógico enquanto recurso de enfrentamento

Pesquisador: Mariana de Oliveira Pinheiro

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 44549621.8.0000.5686

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.642.146

Apresentação do Projeto:

O protocolo em análise, versão 1, refere-se a pesquisa de mestrado, com financiamento próprio, intitulada "Mulheres negras em situação de violência sexual e as movimentações do self dialógico enquanto recurso de enfrentamento". Tem por questão de pesquisa a compreender como se apresenta o self dialógico de mulheres negras em situação de violência sexual que são atendidas em um serviço de assistência especializado em violência sexual em Salvador/BA, considerando a sua multivocalidade e os atravessamentos que perpassam este self de forma interseccional e de que forma os processos de cuidado autorreflexivos podem exercer influências sobre os mesmos.

Objetivo da Pesquisa:

Apresenta os mesmos objetivos nos diferentes documentos integrantes do protocolo de pesquisa (informações básicas do projeto e projeto de pesquisa). O objetivo geral é "compreender como se apresenta o self dialógico de mulheres negras em situação de violência sexual que são atendidas em um serviço de assistência especializado em violência sexual em Salvador/BA, considerando a sua multivocalidade e os atravessamentos que perpassam este self de forma interseccional e de que forma os processos de cuidado autorreflexivos podem exercer influências sobre os mesmos" e os objetivos específicos são:

Descrever o perfil de mulheres negras que aderem ao acompanhamento multiprofissional em

Endereço: Rua Aristides Novis, 197

Bairro: FEDERACAO

UF: BA

Telefone: (71)3283-6437

Município: SALVADOR

CEP: 40.210-730

E-mail: cepips@ufba.br

Continuação do Parecer: 4.642.146

decorrência de uma situação de violência sexual, analisar as narrativas de mulheres negras em situação de violência sexual na multivocalidade dos seus selves dialógicos e perceber quais os atravessamentos interseccionais que perpassam as multiplicidades e movimentações dos selves dialógicos de mulheres negras em situação de violência sexual antes e após a situação de violência. Para além disso, almeja observar quais os processos autorreflexivos em instâncias de cuidado construídos por mulheres negras em situação de violência sexual atendidas por serviço especializado em violência sexual e como estes podem se associar ao processo de enfrentamento da violência e na constituição de ressignificações de si mesmas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Sobre os riscos, afirma-se que “existe o risco de as perguntas tocarem em assuntos difíceis pra você, e isso poderá te incomodar um pouco, deixando você sensibilizada. Por isso, você não será obrigada a responder a nenhuma pergunta e só responderá o que quiser e o que se sentir confortável para responder”. Como forma de minimizar os riscos a autora coloca que “em qualquer momento você poderá se retirar da pesquisa e se não se sentir à vontade, não precisa responder. Caso você não esteja em acompanhamento psicológico no Serviço de Acolhimento à Mulheres em Situação de Violência Sexual no momento, se necessário você será direcionada pela pesquisadora para ter acesso a este atendimento”. Como benefícios, a pesquisadora destaca que “Esta pesquisa é importante porque poderá ampliar o conhecimento científico sobre mulheres negras que passaram por situação de violência sexual, reduzir mitos e aprimorar as práticas profissionais, acadêmicas e políticas públicas sobre esse tema. Além disso, contar sua história de vida pode ser benéfico para você, pois poderá se sentir melhor depois de dialogar sobre estes assuntos, além de ser uma boa oportunidade para refletir sobre o seu passado, seu momento presente e o seu futuro”. Avalia-se que os riscos existentes neste tipo de pesquisa são relativamente baixos. Entende-se que os benefícios possíveis com a realização da pesquisa em termos sociais e científicos superam os riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta apresenta tema relevante e original, com visíveis possibilidades de contribuições sociais, econômicas e/ou científicas. E está em conformidade com a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. O método proposto está adequado à abordagem do objeto de estudo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes termos obrigatórios para o tipo de pesquisa e população

Endereço: Rua Aristides Novis, 197

Bairro: FEDERACAO

CEP: 40.210-730

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-6437

E-mail: cepips@ufba.br

Continuação do Parecer: 4.642.146

participante:

- Folha de rosto
- Projeto de Pesquisa na íntegra
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- Termo de Confidencialidade
- Termo de Compromisso do Pesquisador Responsável
- Termo de Concordância com o Projeto de Pesquisa
- Termo de Autorização Institucional do Hospital Estadual da Mulher Maria Luzia Costa dos Santos
- Cronograma e Orçamento
- Ficha de dados sociodemográficos
- Termo de concessão (acesso aos prontuários eletrônicos do sistema de gestão hospitalar)
- Temário de Entrevista Narrativa

- O TCLE está redigido sob a forma de convite, apresentando linguagem clara. Atende aos princípios da autonomia, beneficência, não maleficência, justiça, privacidade, sigilo e anonimato.

Recomendações:

O cronograma não apresenta datas. Inserir datas referentes as etapas da pesquisa descritas no cronograma.

No projeto de pesquisa não contem número de participantes. Esta informação consta apenas nas Informações básicas do projeto. Inserir esta informação nos dois documentos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

No caso de protocolo pendente: O atendimento às pendências elencadas neste parecer deverá ocorrer no prazo de até 30 dias, a partir da emissão deste.

No caso de protocolo aprovado:

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

O/A pesquisador/a deverá apresentar relatório a este CEP após a conclusão da pesquisa. Solicitar modelo ao CEP quando de sua elaboração.

Endereço: Rua Aristides Novis, 197

Bairro: FEDERACAO

UF: BA

Telefone: (71)3283-6437

Município: SALVADOR

CEP: 40.210-730

E-mail: cepips@ufba.br

UFBA - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA (IPS) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



Continuação do Parecer: 4.642.146

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1717551.pdf	15/03/2021 12:36:35		Aceito
Outros	TermodeConfidencialidade.pdf	15/03/2021 12:33:26	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Outros	TermodeConcessao.pdf	15/03/2021 12:32:30	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Outros	TermodeAutorizacaoInstituicaoProponente.pdf	15/03/2021 12:31:37	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Outros	TermoAutorizacaoInstituicaoCoparticipante.pdf	15/03/2021 12:30:45	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Outros	Fichadedados.pdf	15/03/2021 12:26:15	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Outros	TemarioEntrevistaNarrativa.pdf	15/03/2021 12:11:49	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	15/03/2021 11:59:17	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodepesquisaCEPMarianaPinheiro.pdf	15/03/2021 11:58:57	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Declaração de concordância	TermodeConcordanciacomoprojdepesquisa.pdf	15/03/2021 11:57:38	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoCompPesquiResponsavel.pdf	15/03/2021 11:55:23	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Cronograma	Orcamentocronograma.pdf	15/03/2021 11:38:44	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Folha de Rosto	FolhaderostoMarianaPinheiro.pdf	15/03/2021 11:31:18	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Aristides Novis, 197

Bairro: FEDERACAO

CEP: 40.210-730

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-6437

E-mail: cepips@ufba.br

UFBA - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA (IPS) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



Continuação do Parecer: 4.642.146

SALVADOR, 10 de Abril de 2021

Assinado por:
Mauro de Oliveira Magalhães
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Aristides Novis, 197

Bairro: FEDERACAO

CEP: 40.210-730

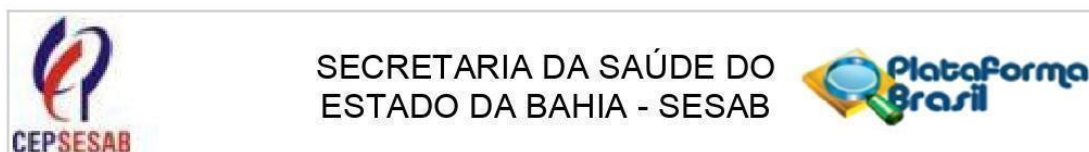
UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-6437

E-mail: cepips@ufba.br

Apêndice E - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mulheres negras em situação de violência sexual e as movimentações do self dialógico enquanto recurso de enfrentamento

Pesquisador: Mariana de Oliveira Pinheiro

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 44549621.8.3001.0052

Instituição Proponente: Hospital da Mulher - Maria Luiza Costa dos Santos

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.950.205

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa desenvolvida junto ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do título de mestrado. Realizado pela pesquisadora responsável Mariana de Oliveira Pinheiro, sob a orientação da professora Vania Nora Bustamante Dejo.

A pesquisadora cita Antunes (2016) para justificar a pesquisa ao afirmar que, muito embora todas as mulheres estejam sujeitas a esse tipo de violência, uma vez que todas estão submetidas a um processo histórico de discriminação de gênero, é fato que a mulher negra ainda constitua o grupo mais vulnerável por recair sobre ela, além da opressão de gênero, a discriminação racial. Ao direcionar o olhar para esta questão, entende-se que esse grupo de mulheres encontra-se atravessado pela identidade do ser mulher e pelo ser mulher negra, mergulhada em uma herança histórica bombardeada pelo preconceito racial. Pode-se dizer que o processo de construção identitária da mulher negra ao longo dos períodos traz marcas do período escravatário e do papel social e sexual a ela submetido.

Pesquisa de caráter qualitativo com método idiográfico, que será realizado no Serviço de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Sexual. Os participantes serão mulheres adultas, autodeclaradas como negras, que passaram por situação de violência sexual, que residem em Salvador e foram atendidas no referido serviço por pelo menos seis meses de acompanhamento multiprofissional, o que representa uma amostra de aproximadamente seis participantes. E como critério de exclusão das participantes da pesquisa se baseia na condição

Endereço: Centro de Atenção a Saúde - Escola de Saúde Pública da Bahia (ESPBA) - Av. Antonio Carlos Magalhães, s/n
Bairro: Iguatemi **CEP:** 40.275-350
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3116-0236 **E-mail:** sesab.cep@saude.ba.gov.br



Continuação do Parecer: 4.950.205

destas em não se autodeclararem enquanto mulheres adultas negras, não residirem em Salvador - Bahia e não estarem em atendimento, por no mínimo seis meses, no Serviço de Acolhimento a Mulheres em Situação de Violência Sexual, em Salvador - Bahia.

As participantes serão convidadas para participar da pesquisa num encontro individual quando será explicada a proposta e o desenvolvimento do trabalho. A coleta de dados será realizada através de entrevistas narrativas e também contará com o preenchimento de uma ficha com os dados sócio-demográficos das participantes e das informações dos atendimentos a elas ofertados. A análise será através da realizada à luz da Teoria do Self dialógico, da Psicologia Cultural Semiótica, se baseando também no conceito de interseccionalidade e das contribuições feministas pautadas no feminismo negro e decolonial.

Objetivo da Pesquisa:

- Objetivo Geral:

Compreender como se apresenta o self dialógico de mulheres negras em situação de violência sexual que são atendidas em um serviço de assistência especializado em violência sexual em Salvador/BA, considerando a sua multivocalidade e os atravessamentos que perpassam este self de forma interseccional e de que forma os processos de cuidado autorreflexivos podem exercer influências sobre o mesmo.

- Objetivos Específicos:

- a) Descrever o perfil de mulheres negras que aderem ao acompanhamento multiprofissional em decorrência de uma situação de violência sexual;
- b) Analisar as narrativas de mulheres negras em situação de violência sexual na multivocalidade dos seus selves dialógicos;
- c) Perceber quais os atravessamentos interseccionais que perpassam as multiplicidades e movimentações dos selves dialógicos de mulheres negras em situação de violência sexual antes e após a situação de violência;
- d) Observar quais os processos autorreflexivos em instâncias de cuidado construídos por mulheres negras em situação de violência sexual atendidas por serviço especializado em violência sexual e como estes podem se associar ao processo de enfrentamento da violência e na constituição de ressignificações de si mesmas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Diante da devolutiva sobre a pendência 3 o risco considerado acerca da garantia do sigilo por meio

Endereço: Centro de Atenção a Saúde - Escola de Saúde Pública da Bahia (ESPBA) - Av. Antônio Carlos Magalhães, s/n
Bairro: Iguatemi **CEP:** 40.275-350
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3116-0236 **E-mail:** sesab.cep@saude.ba.gov.br



Continuação do Parecer: 4.950.205

de uso de ferramenta online deixa de ter relevância significativa, já que a pesquisadora adotou os cuidados preconizados na Carta Circular nº 1/2021.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo representa grande relevância para a saúde pública, tendo em vista que as ocorrências de violência sexual contra as mulheres são ocorrências constantes na nossa sociedade. Outro aspecto a ser considerado é o fato de sermos um estado com a maioria da população autodeclarada negra, mas ainda sofremos os impactos do racismo que impera no país. Isso faz com as mulheres negras sejam afetadas de forma diferente, como bem citou a pesquisadora.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE foi adequado em conformidade com a Carta Circular nº 01/2021 e em atendimento da pendência 3.

Recomendações:

Sem recomendação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora respondeu à pendência elencada no parecer anterior, conforme segue abaixo.

Pendência 3: Onde lê-se "Cuidados para garantir a confidencialidade e a privacidade", a pesquisadora precisa esclarecer como será garantido o sigilo e a privacidade durante a coleta e divulgação dos dados, de acordo com a Carta Circular Nº 1/2021 que trata sobre orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Solicita-se adequação e sugere-se leitura orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual.

Análise: pendência atendida.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1733878.pdf	31/07/2021 19:34:41		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodepesquisaCEPMarianaPinheiro3.pdf	31/07/2021 19:30:51	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Outros	Listagemajustesdaspendencias2.pdf	31/07/2021 19:22:56	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito

Endereço: Centro de Atenção a Saúde - Escola de Saúde Pública da Bahia (ESPBA) - Av. Antonio Carlos Magalhães, s/n
Bairro: Iguatemi **CEP:** 40.275-350
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3116-0236 **E-mail:** sesab.cep@saude.ba.gov.br



SECRETARIA DA SAÚDE DO
ESTADO DA BAHIA - SESAB



Continuação do Parecer: 4.950.205

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE3.pdf	31/07/2021 19:21:36	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Outros	Listagemajustesdaspendedencias.pdf	18/06/2021 07:08:08	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodepesquisaCEPMarianaPinheiro2.pdf	18/06/2021 07:07:50	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Outros	TermodeAutorizacaoInstituicaoProponente2.pdf	18/06/2021 07:07:26	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Orçamento	Orcamentodetalhado.pdf	18/06/2021 07:07:08	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	18/06/2021 07:06:58	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2.pdf	18/06/2021 07:06:49	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Outros	TermodeConfidencialidade.pdf	15/03/2021 12:33:26	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Outros	TermodeConcessao.pdf	15/03/2021 12:32:30	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Outros	TermodeAutorizacaoInstituicaoProponente.pdf	15/03/2021 12:31:37	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Outros	TermoAutorizacaoInstituicaoCoparticipante.pdf	15/03/2021 12:30:45	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Outros	Fichadedados.pdf	15/03/2021 12:26:15	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Outros	TemarioEntrevistaNarrativa.pdf	15/03/2021 12:11:49	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	15/03/2021 11:59:17	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodepesquisaCEPMarianaPinheiro.pdf	15/03/2021 11:58:57	Mariana de Oliveira Pinheiro	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Centro de Atenção a Saúde - Escola de Saúde Pública da Bahia (ESPBA) - Av. Antonio Carlos Magalhães, s/n
Bairro: Iguatemi **CEP:** 40.275-350
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3116-0236 **E-mail:** sesab.cep@saude.ba.gov.br



SECRETARIA DA SAÚDE DO
ESTADO DA BAHIA - SESAB



Continuação do Parecer: 4.950.205

SALVADOR, 02 de Setembro de 2021

Assinado por:
Líliá Pereira Lima
(Coordenador(a))

Endereço: Centro de Atenção a Saúde - Escola de Saúde Pública da Bahia (ESPBA) - Av. Antonio Carlos Magalhães, s/n
Bairro: Iguatemi **CEP:** 40.275-350
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3116-0236 **E-mail:** sesab.cep@saude.ba.gov.br